

ina



DIREÇÃO-GERAL DA QUALIFICAÇÃO
DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS

RAF
2015

Administração
Pública

Relatório de Atividades de Formação da Administração Pública

Equipa

Marina Pereira

Catarina Ivens Ferraz

Cláudia Anjos

Hussna Alibhai

Fátima Carrêlo

Paulo Cabrita

Renato Pessoa

ÍNDICE

ÍNDICE	1
ÍNDICE DE GRÁFICOS	2
ÍNDICE DE QUADROS.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	6
2. PERFIL DA AMOSTRA	10
3. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	14
3.1. CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE FORMAÇÃO	14
3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS COM PLANOS DE FORMAÇÃO	16
4. ANÁLISE DA FORMAÇÃO DESENVOLVIDA.....	17
4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES QUE PARTICIPARAM EM AÇÕES DE FORMAÇÃO	17
4.1.1. <i>Trabalhadores que participaram em ações de formação, por ministério e subsetor de administração</i>	17
4.1.2. <i>Trabalhadores que participaram em ações de formação, por género e subsetor de administração</i>	19
4.1.3. <i>Trabalhadores que participaram em ações de formação, por género na ADIE</i>	20
4.1.4. <i>Trabalhadores que participaram em ações de formação, por grupo profissional</i>	21
4.2. CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO	24
4.2.1. <i>Horas de formação por trabalhador</i>	24
4.2.2. <i>Formação por área</i>	26
4.2.3. <i>Formação por modalidade</i>	27
a) <i>Volume de formação por modalidade e subsetor de administração</i>	27
b) <i>Volume de formação por modalidade na ADIE</i>	28
4.2.4. <i>Tipo de ações de formação</i>	29
a) <i>Tipo de ações de formação na administração pública</i>	29
b) <i>Tipo de ações de formação na ADIE</i>	30
4.2.5. <i>Tipo de horário da formação</i>	30
a) <i>Volume de formação por tipo de horário na administração pública</i>	30
b) <i>Volume de formação por tipo de horário de formação na ADIE</i>	31
4.2.6. <i>Regime de formação</i>	32
4.2.7. <i>Entidades formadoras</i>	35
5. INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO.....	37
5.1. ESTRUTURA DE CUSTOS DA FORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	37
5.1.1 <i>Investimento em formação por trabalhador, por subsetor de administração</i>	38
5.1.2 <i>Investimento em formação por trabalhador na ADIE</i>	41
5.2. FONTES DE FINANCIAMENTO	44
6. EXECUÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO	46
7. REGIME DE AUTOFORMAÇÃO	48
8. QUADROS COMPARATIVOS	52
8.1. DADOS DO ANO DE 2015.....	52
8.2. ANÁLISE COMPARATIVA (2012-2015)	53

8.2.1 <i>Análise do volume e custos da formação</i>	53
8.2.2 <i>Análise das fontes de financiamento da formação, por subsetor de administração</i>	55
NOTAS METODOLÓGICAS	57
ANEXOS	73
ANEXO I	75
TABELA DE INDICADORES	75
ANEXO II	79
RETRATO DA FORMAÇÃO.....	79
ANEXO III	101
QUESTIONÁRIO RAF	101
ANEXO IV	111
ANEXO P3 (I-RAF).....	111
ANEXO V	121
GLOSSÁRIO	121

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da amostra dos relatórios de atividades de formação (nº de trabalhadores)	5
Gráfico 2 – Taxa de cobertura da amostra de serviços, por subsetor de administração	10
Gráfico 3 - Taxa de cobertura da amostra de serviços da ADIE, por ministério	11
Gráfico 4 – Taxa de cobertura da amostra de trabalhadores, por subsetor de administração	12
Gráfico 5 - Taxa de cobertura da amostra de trabalhadores da ADIE, por ministério	12
Gráfico 6 - Distribuição de trabalhadores por género e subsetor de administração	13
Gráfico 7 - Serviços com unidades de formação	14
Gráfico 8 - Nível da unidade de formação dos serviços.....	14
Gráfico 9 - Serviços que ministram formação para o exterior	15
Gráfico 10 - Unidades de formação que ministram formação para o exterior por subsetor de administração	15
Gráfico 11 - Serviços com plano de formação.....	16
Gráfico 12 – Trabalhadores que participaram em ações de formação por ministério e subsetor de administração (%)	18
Gráfico 13 - Trabalhadores que participaram em ações de formação por género e subsetor de administração (%).....	19

Gráfico 14 – Trabalhadores que participaram em ações de formação por género na ADIE (%).....	20
Gráfico 15 - Trabalhadores que participaram em ações de formação por grupo profissional (%).....	21
Gráfico 16 - Horas de formação por trabalhador/subsetor	24
Gráfico 17 - Horas de formação por trabalhador/ministério	25
Gráfico 18 - Horas por área de formação, na ADIE e AL	26
Gráfico 19 - Horas por área de formação, na RAA e RAM.....	27
Gráfico 20 - Horas de formação por modalidade e subsetor de administração	28
Gráfico 21 - Horas de formação por modalidade e ministério	28
Gráfico 22 – Horas de formação por tipo de ação e subsetor de administração.....	29
Gráfico 23 - Distribuição de horas por tipo de ação de formação e ministério.....	30
Gráfico 24 - Volume de formação por tipo de horário na administração pública	31
Gráfico 25 - Volume de formação por tipo de horário por ministério	31
Gráfico 26 - Volume de formação por regime na administração pública.....	32
Gráfico 27 - Volume de formação por regime e ministério.....	33
Gráfico 28 - Volume de formação da RAM por regime	34
Gráfico 29 - Volume de formação no <i>regime misto/blended learning</i> por subsetor	34
Gráfico 30 – Volume de formação interna e externa	35
Gráfico 31 – Distribuição do volume de formação interna organizada pela própria entidade, na ADIE.....	36
Gráfico 32 - Estrutura de custos da formação na administração pública	37
Gráfico 33 - Investimento em formação por trabalhador na administração pública (total da amostra)	38
Gráfico 34 - Investimento em formação por trabalhador na administração pública (subamostra com reporte de custos)	39
Gráfico 35 - Investimento em formação por trabalhador por ministério (total da amostra)	41
Gráfico 36 - Investimento em formação por trabalhador, por ministério (subamostra com reporte de custos).....	41
Gráfico 37 - Despesas com formação face aos encargos com pessoal e ao orçamento dos serviços na administração pública	42
Gráfico 38 - Despesas com formação face aos encargos com pessoal, por ministério	42
Gráfico 39 - Despesas com formação face aos orçamentos dos serviços, por ministério ...	43

Gráfico 40 - Fontes de financiamento da formação na administração pública	44
Gráfico 41 - Fontes de financiamento por ministério.....	45
Gráfico 42 - Execução do plano de formação na administração pública	46
Gráfico 43 - Execução do plano de formação por ministério	47
Gráfico 44 - Entidades que reportaram a participação dos trabalhadores em formação em regime de autoformação	48
Gráfico 45 – Entidades que reportaram a participação de trabalhadores em formação, em regime de autoformação, por ministério.....	48
Gráfico 46 – Trabalhadores que participaram em ações de formação em regime de autoformação, por ministério e subsetor de administração (%).....	49
Gráfico 47 – Percentagem de trabalhadores que participaram em ações de formação em regime de autoformação, por grupo profissional (ordem decrescente de % de participação).....	50

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Análise comparativa - Número de trabalhadores que participaram em ações de formação relativamente ao número de trabalhadores da entidade, por grupos profissionais (%).....	22
Quadro 2 – Volume de formação por entidade formadora.....	35
Quadro 3 - Custo da formação por trabalhador (total da amostra)	38
Quadro 4 - Custo da formação por trabalhador (subamostra com reporte de custo)	40
Quadro 5 – Análise comparativa - Número de trabalhadores que participaram em ações de formação em regime de autoformação relativamente ao número de trabalhadores da entidade, por grupos profissionais (%).....	51
Quadro 6 – Dados do ano de 2015, por subsetor/ministério.....	52
Quadro 7 – Volume e custos da formação por subsetor no período (2012-2015).....	54
Quadro 8 – Peso das Fontes de Financiamento da formação por subsetor de administração, no período (2012-2015)	56
Quadro 9 - Universo RAF 2015 (trabalhadores - relação jurídica de emprego e serviços)..	58

INTRODUÇÃO

A Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, abreviadamente designada por INA, no âmbito das funções de coordenação do sistema de formação profissional da Administração Pública, nomeadamente as previstas no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de março, alterado pelos Decretos-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de maio, e n.º 174/2001, de 31 de maio, produziu o relatório de atividades de formação da administração pública 2015.

Este relatório é feito a partir da informação comunicada pelos organismos da administração central, local e regional ao INA, relativa ao período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015, através do preenchimento e envio dos ficheiros disponibilizados no *site* ¹.

O prazo de resposta ao questionário para a produção do RAF 2015 decorreu de 9 de março a 16 de maio de 2016.

Este relatório suporta-se em 1.420 questionários, correspondendo a 1.600 serviços e 584.366 trabalhadores que representam 94,2% do total de trabalhadores do universo da A.P. ² (Gráfico 1).

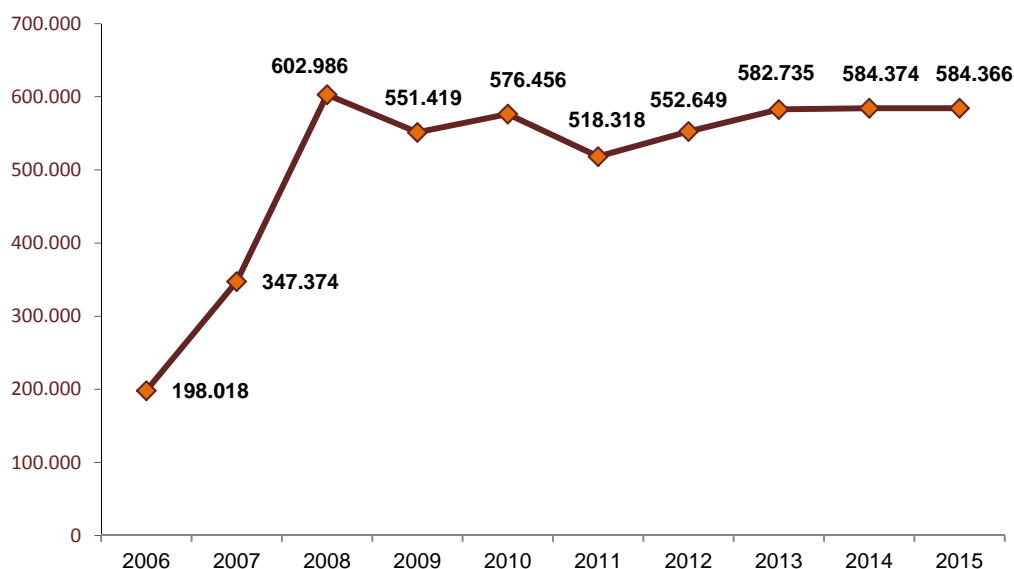


Gráfico 1 - Evolução da amostra dos relatórios de atividades de formação (nº de trabalhadores)

¹ Ver NOTAS METODOLÓGICAS 2. Instrumentos de recolha de dados

² Ver NOTAS METODOLÓGICAS 1. Âmbito do universo para recolha de dados

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório baseia-se numa amostra representativa dos serviços de apoio aos órgãos de soberania, administração direta e indireta do estado, administração local e administração regional autónoma - integrando dados dos 1.420 relatórios de formação, correspondentes a 1.600 serviços do universo geral³ de 1.806 serviços, relativos a 240.451 formandos e a 584.366 trabalhadores⁴.

Relativamente à *análise dos serviços, dos trabalhadores e da formação desenvolvida*, relevam-se os seguintes aspetos:

■ ■ ■ Caracterização dos trabalhadores da amostra

- ✓ A amostra representa 94,2% do universo de trabalhadores da administração pública.
- ✓ Quanto ao género é constituída por 59,4% de *mulheres* e 40,6% de *homens*.



■ ■ ■ Caracterização dos trabalhadores que participaram em ações de formação:

- ✓ No total de trabalhadores da amostra a *percentagem dos trabalhadores que participaram em ações de formação* é de 41,15%. Analisando por subsetor, a percentagem dos trabalhadores que participaram em ações de formação na ADIE é de 44,5%, na Administração local de 30,4%, na RAA de 21,0% e a RAM de 35,7%.
- ✓ De entre os trabalhadores que participaram em ações de formação o peso relativo da participação *das mulheres* (42,3%) é superior ao *dos homens* (39,4%).



- ✓ Nos grupos profissionais: *Chefia Tributária, Pessoal de Administração Tributária e Aduaneira, Guarda Nacional Republicana, Pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Outro Pessoal de Segurança e Pessoal de Inspeção* as percentagens dos trabalhadores que participaram em ações de formação superaram os 75%.

■ ■ ■ Caracterização dos serviços

- ✓ 20,9% dos serviços têm *unidades de formação* e 6,3% ministram *formação para o exterior*.
- ✓ 43,1% dos serviços da administração pública elaboraram *plano de formação* ou de frequência de ação de formação.
- ✓ 3,2% dos serviços, os trabalhadores não tiveram qualquer formação.

■ ■ ■ Formação em regime de autoformação

- ✓ 44% do total de serviços reportaram participação em ações de formação ao abrigo do regime de *autoformação*.
- ✓ Destes serviços apenas 5,1% dos trabalhadores frequentaram ações ao abrigo do regime de autoformação, constatando-se que a taxa de participação dos *homens* atingiu os 3,1%, e a das *mulheres* cifrou-se em 6,5%.



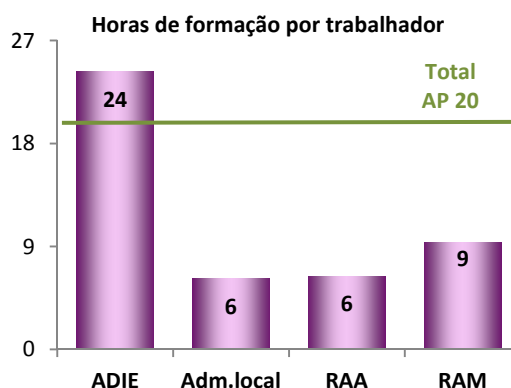
- ✓ A maior percentagem de participação em ações de formação em regime de autoformação, registou-se nos grupos profissionais, *Médico* (36,3%), *Conservador e Notário* (29%) e *Técnico Superior de Saúde* (20,9%).

³ Fonte: SIOE - dados reportados a 31 dezembro de 2015

⁴ Ver NOTAS METODOLÓGICAS

■ ■ ■ Caracterização das ações de formação

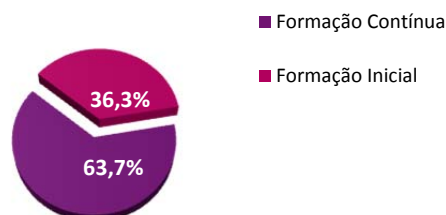
✓ Quanto ao *volume de horas de formação*⁵ por trabalhador, constata-se que cada trabalhador da administração pública frequentou em média 20 horas de formação⁶. Analisando por subsetor, este valor atingiu na ADIE 24 horas, registando a Administração local 6 horas, a RAA 6 horas e a RAM 9 horas de formação, por trabalhador⁷.



✓ O *volume global de formação* assumiu o valor de (11.643.056 horas), com particular destaque para a área dos *serviços de segurança*, que representa 44,7% do total, seguindo-se a área de *formação de professores* (10,2%) e a área de formação em *saúde* (8,9%).

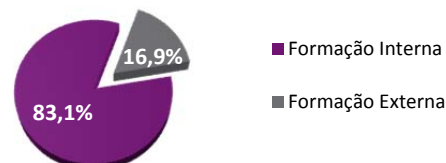
✓ No respeitante à *modalidade de formação*, constata-se a predominância da formação *contínua*, que representa 63,7%, do total da formação ministrada e a formação *inicial*, atinge os 36,3%.

Horas de formação por modalidade



✓ A formação interna (9.681.109 horas) regista uma percentagem de 83,1% do total da formação e a formação externa (1.961.947 horas) corresponde a 16,9%.

Horas de formação por tipo de ação



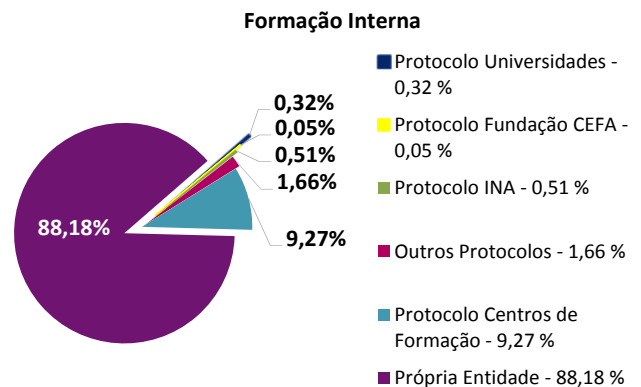
⁵ O número de horas de formação entendido como volume de formação, é o número de horas de cada ação a multiplicar pelo número de trabalhadores que a frequentaram.

⁶ Rácio entre o volume de formação e o número de trabalhadores da amostra.

⁷ Estes valores devem ser analisados em conjunto com a percentagem dos trabalhadores da amostra que realizaram formação, na ADIE (44,5%), na Adm.local (30,4%), na RAA (21%) e na RAM (35,7%).

■ ■ ■ Caracterização das ações de formação

✓ No total do volume de formação interna, 88,18% desta formação, foi organizada e desenvolvida pela própria entidade.

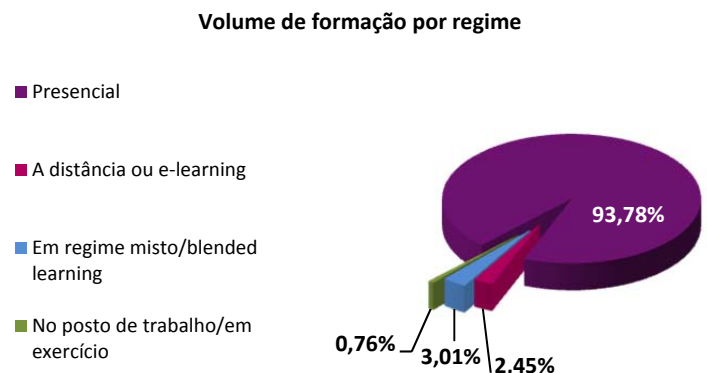


(8)

✓ A formação em *horário laboral* na administração pública, atingiu uma percentagem de 89,75%, o *regime pós-laboral* 8,79% e o *regime misto* 1,46%.



✓ Relativamente ao *regime de formação*, constata-se a predominância do *regime presencial* (93,78%), tendo o regime de formação *misto/blended learning* atingido uma percentagem de 3,01%, A *distância ou e-learning* 2,45%, e no *posto de trabalho/em exercício*, apenas de 0,76%.



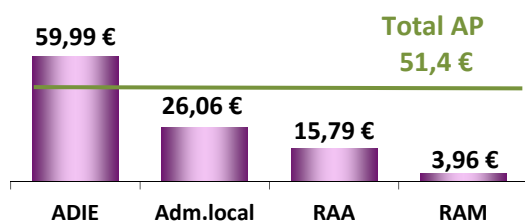
⁸ Nota: Por razões de arredondamento o total pode não corresponder à soma das parcelas.

■■■ Investimento em formação

✓ O investimento total em formação foi de 30.036.511,55€.

✓ O investimento em formação, por trabalhador, na administração pública, foi de 51,40€. Analisando por subsetor, este valor atingiu na ADIE 59,99€, na Administração local 26,06€, na RAA 15,79€ e na RAM 3,96€, por trabalhador⁹.

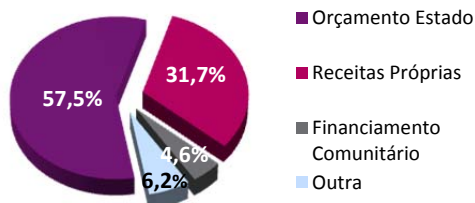
Investimento em formação por trabalhador



✓ O peso da formação nos orçamentos dos serviços representa 0,22% do total de encargos com pessoal e 0,05% do total do orçamento dos serviços.

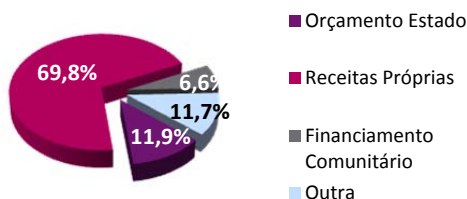
✓ A principal fonte de financiamento da formação para o total da AP foi o orçamento do estado (57,5%), seguindo-se as receitas próprias (31,7%), as outras fontes (6,2%) e o financiamento comunitário (4,6%).

Fontes de Financiamento na A. P.



✓ Na administração local, as receitas próprias são a principal fonte de financiamento das atividades formativas (69,8%), seguindo-se o orçamento do estado (11,9%), as outras fontes (11,7%) e o financiamento comunitário (6,6%).

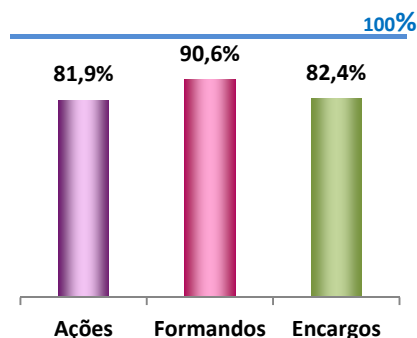
Fontes de Financiamento na Adm. local



■■■ Execução do plano de formação

✓ O grau de execução do plano de formação da administração pública, em número de ações planeadas foi de 81,9%. O grau de execução relativo aos formandos previstos e aos encargos previstos com a formação atingiu 90,6% e 82,4%, respetivamente.

Execução do plano de formação



⁹ Nota: Valores calculados em relação ao total de trabalhadores da amostra. A informação reporta a 81,1% do total de questionários (Total AP) com reporte de custos e financiamento da formação (P4 – 4.1 e 4.2), ADIE 80,3%, administração local 97,7%, RAA 69% e RAM 27,4%.

2. PERFIL DA AMOSTRA

A representatividade da amostra avalia-se pelos relatórios de formação recebidos, pelos serviços e efetivos a que os mesmos correspondem relativamente aos respetivos universos, pelos valores apurados e reportados a 31 de dezembro de 2015, com base no Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE).

No presente relatório, a referência à administração pública¹⁰ engloba a Administração direta do Estado, a Administração indireta do Estado e a Administração Autónoma (Administração Local e a Administração Regional).

Relativamente ao número de serviços abrangidos, a amostra - constituída por 1.420 relatórios de formação - corresponde a 1.600 serviços do universo de 1.806 serviços apurados com base no SIOE e integra dados dos serviços, da administração direta e indireta do estado e de apoio aos órgãos de soberania, da administração local, da região autónoma dos Açores e da região autónoma da Madeira¹¹.

Os relatórios recebidos dos serviços da administração direta e indireta do estado e dos serviços de apoio aos órgãos de soberania correspondem a dados de 1.139 serviços.

Da administração local foram recebidos relatórios de formação relativos a 307 municípios.

Os relatórios recebidos da região autónoma dos Açores correspondem a 85 serviços e da região autónoma da Madeira a 69 serviços.

Quanto ao *peso relativo dos serviços por subsector de administração*, verifica-se que a amostra representa 88,6% do universo, sendo a administração local aquele que tem maiores taxas de resposta, 99,7%¹² (Gráfico 2).

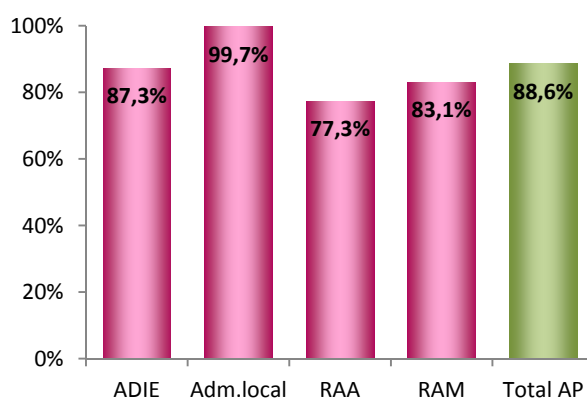


Gráfico 2 – Taxa de cobertura da amostra de serviços, por subsector de administração

¹⁰ No sentido orgânico.

¹¹ Ver NOTAS METODOLÓGICAS 1. Âmbito do universo para recolha de dados

¹² Ver NOTAS METODOLÓGICAS 4. Processo de recolha de dados c)

Quanto ao peso relativo dos serviços da ADIE por ministério, registou-se percentagens de resposta de 100% no MA, MAFDR, MAI, MDN, MF, MM, MNE¹³, MPI, MS, MTSS e Órgãos de Soberania. A amostra do MEdu representa 80,8% do total de resposta (Gráfico 3).

Nos organismos e serviços do MEdu, nos estabelecimentos de educação e ensino básico a representatividade foi de 80,4% e de 100% nos restantes serviços (secretaria geral, direções gerais, institutos públicos, inspeções gerais, estruturas atípicas e estruturas de missão). No MCTES, os estabelecimentos do ensino superior atingiram a taxa de 100% enquanto os restantes serviços a percentagem de respostas foi de 66,6%.

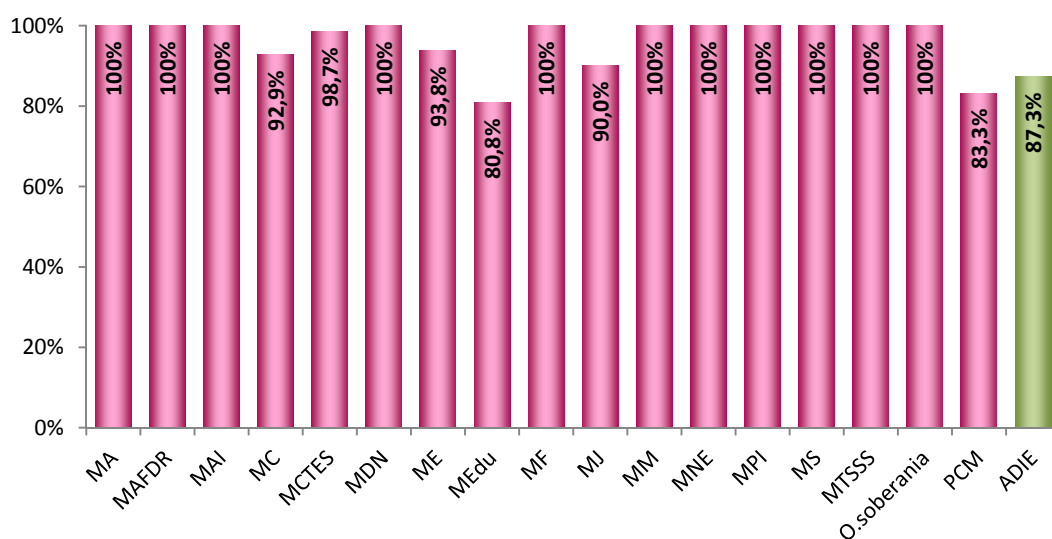


Gráfico 3 - Taxa de cobertura da amostra de serviços da ADIE, por ministério

Relativamente ao número de trabalhadores, a amostra constituída por 1.420 relatórios de formação (1.600 serviços), corresponde a 584.366 trabalhadores, dos quais 240.451 de trabalhadores fizeram formação relativamente ao universo de referência de 620.248 trabalhadores.

Quanto ao *peso relativo dos trabalhadores por subsector de administração*, constata-se que a amostra representa 94,2% do universo, assumindo a administração local o maior contributo relativo para o total da administração pública (100%)¹⁴, em contrapartida à região autónoma dos Açores cujo contributo relativo foi de 60,4% (Gráfico 4).

¹³ No que respeita ao MNE, a resposta referente a 7 entidades foi agregada num único questionário. Os 3 questionários rececionados correspondem ao total dos 9 serviços contemplados no universo do MNE.

¹⁴ Ver NOTAS METODOLÓGICAS 4. Processo de recolha de dados c)

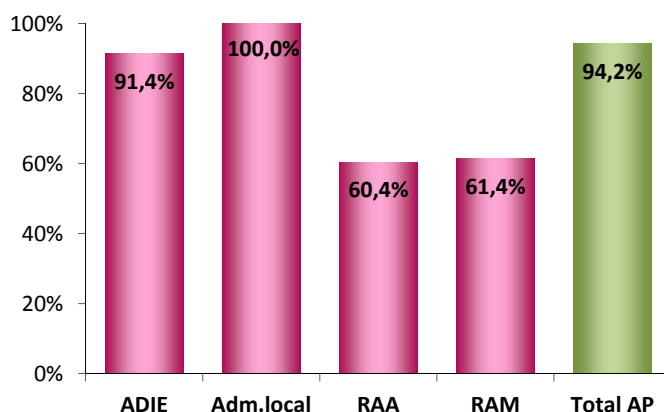


Gráfico 4 – Taxa de cobertura da amostra de trabalhadores, por subsector de administração

No que respeita ao *peso relativo dos trabalhadores da ADIE por ministério*, registaram-se percentagens de 100% no MA, MAFDR, MAI, MCTES, MF, MM, MNE, MPI e MTSSS, e muito aproximadas a 100% no MC e MJ (Gráfico 5).

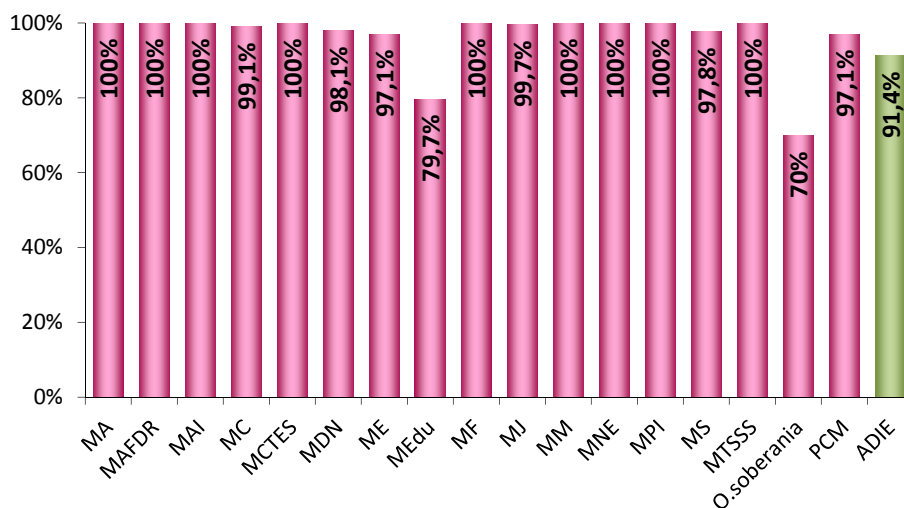


Gráfico 5 - Taxa de cobertura da amostra de trabalhadores da ADIE, por ministério

Na amostra mais de metade dos trabalhadores da administração pública são mulheres (59,4%)¹⁵ sendo a taxa de feminização mais expressiva nas administrações regionais dos Açores (66,8%) e da Madeira (68,7%).

¹⁵ Rácio entre o número de mulheres da amostra e o número total de trabalhadores da amostra.

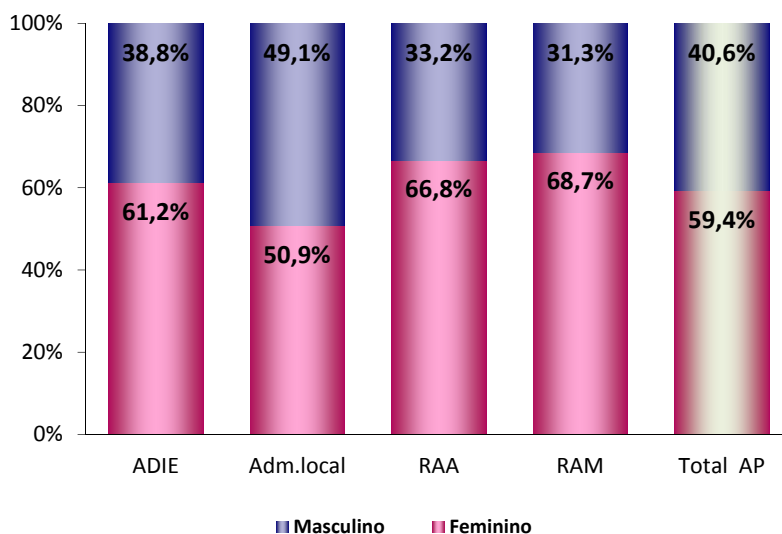


Gráfico 6 - Distribuição de trabalhadores por género e subsetor de administração¹⁶

Na ADIE constata-se uma predominância das *mulheres* (61,2%) relativamente à percentagem de *homens* (38,8%). Na Administração local existe um equilíbrio entre *mulheres* (50,9%) e *homens* (49,1%).

¹⁶ Rácio entre o número de mulheres/homens da amostra por subsetor e o número total de trabalhadores da amostra por subsetor.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Caracterização das unidades de formação

Do universo dos serviços que enviaram relatórios de formação (1.420), 20,9% dispõe de unidades de formação, à semelhança do reportado em 2014 (21,9%), 2013 (23,3%) e em 2012 (23,5%). Destacam-se o MS que apresenta a percentagem mais elevada dessas unidades com 82%, MTSSS com 64,7%, o MAFDR com 64,3% e o MJ com 55,6%. Em sentido oposto, o MC é aquele em que se verifica a percentagem mais reduzida (7,7%)¹⁷ (Gráfico 7).

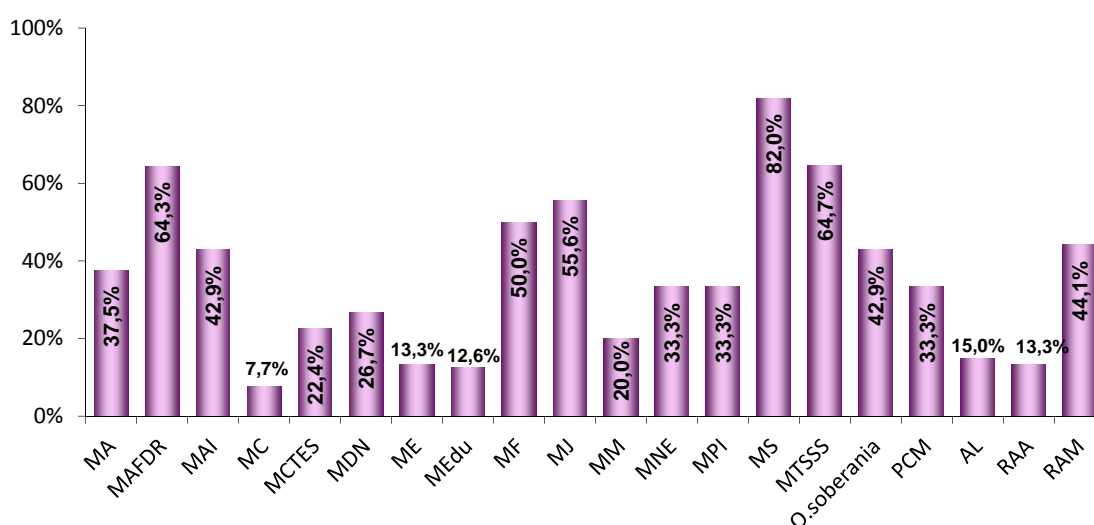


Gráfico 7 - Serviços com unidades de formação

Dos serviços que mencionam ter *unidade de formação*, 12,8 % são *direções de serviços*, 15,3 % são *divisões* e 71,9% correspondem a *outro* nível orgânico (Gráfico 8).

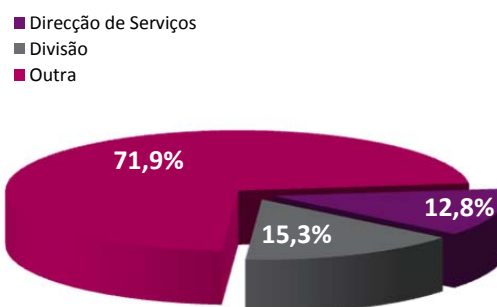


Gráfico 8 - Nível da unidade de formação dos serviços

¹⁷ No que respeita ao MNE, a SG agregou num único questionário a resposta de 7 entidades. Os 3 questionários rececionados correspondem ao total dos 9 serviços contemplados no universo do MNE (1 questionário refere-se a uma entidade que não teve formação ao longo do ano)

Apenas 6,3% dos serviços da administração pública ministram *formação para o exterior* (Gráfico 9).

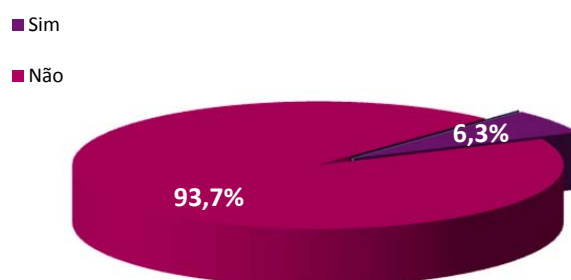


Gráfico 9 - Serviços que ministram formação para o exterior

O maior investimento na atividade de *formação para o exterior* por subsetor regista-se na região Autónoma da Madeira (16,2%) (Gráfico 10).

No que respeita à ADIE os organismos com maior investimento foram o MJ e PCM com a percentagem de 44,4%. Relativamente ao MA, MM e MNE constatou-se que dos organismos que pertencem a estes ministérios e que tem unidades de formação não houve nenhum que ministrou formação para o exterior durante o ano de 2015.

É também muito reduzido o número de câmaras que ministraram formação a outros (0,7%).

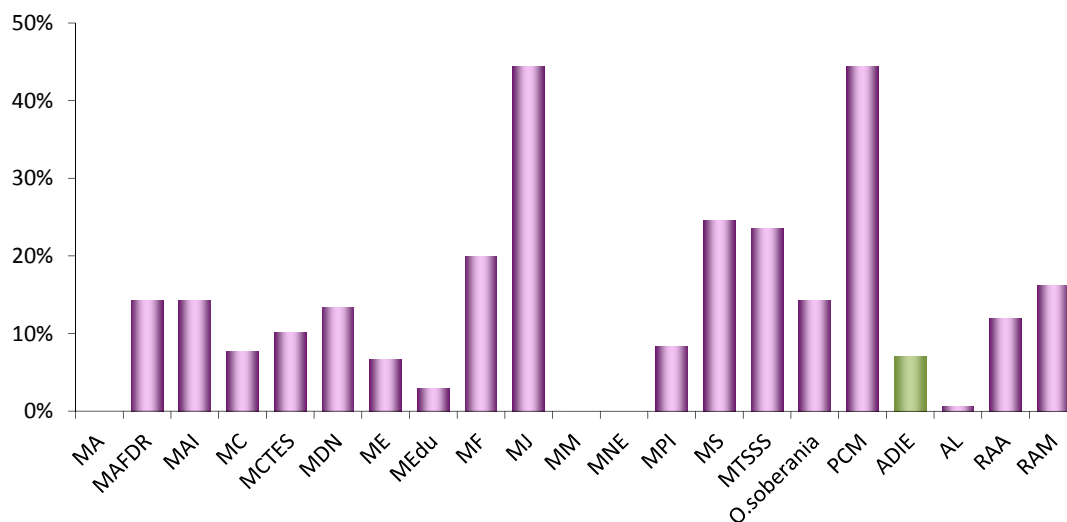


Gráfico 10 - Unidades de formação que ministram formação para o exterior por subsetor de administração

3.2. Caracterização dos serviços com planos de formação

No que respeita à planificação da formação, verifica-se que 43,1% da totalidade dos serviços da amostra elaboraram *plano de formação* ou de frequência de ação de formação, valor superior ao de 2014 (41,0%) em 2,1 p.p.

No conjunto da ADIE é de destacar MS com 85,2% de serviços que elaboraram *plano de formação*, o MDN e MF, ambos com 80,0% e o MAFDR com 78,6%. Em sentido inverso destaca-se o MC com 23,1%.

Na Administração local 29,3% de serviços elaboraram *plano de formação*, na RAA 22,7% e na RAM 52,9% (Gráfico 11).

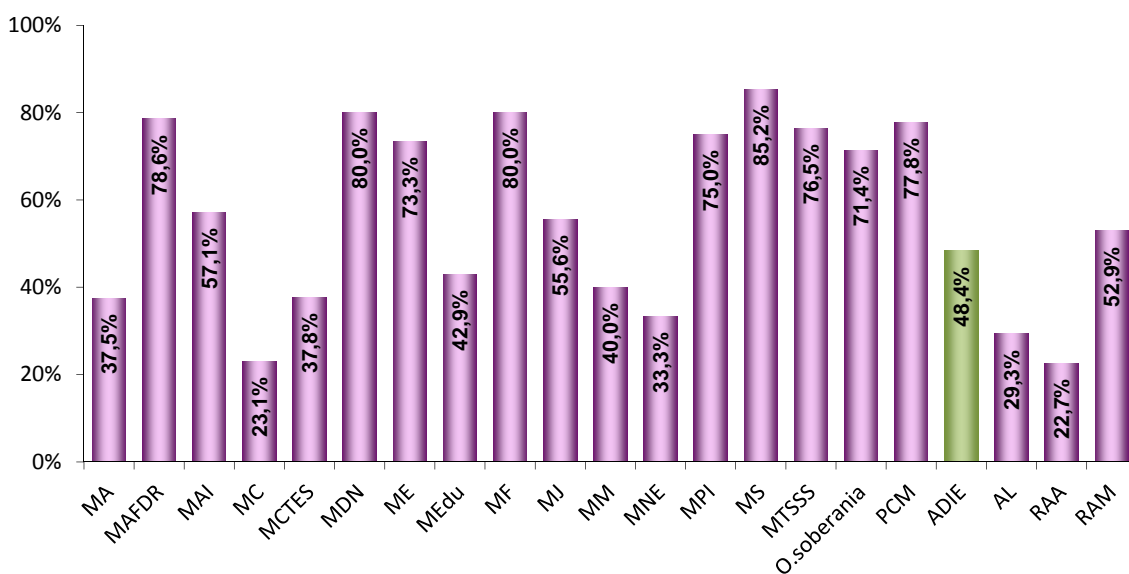


Gráfico 11 - Serviços com plano de formação

4. ANÁLISE DA FORMAÇÃO DESENVOLVIDA

4.1. Caracterização dos trabalhadores que participaram em ações de formação

Dos 584.366 trabalhadores que constituem a amostra, 240.451 frequentaram formação durante o ano de 2015, o que corresponde a 41,15%¹⁸ daquele universo (incluí também os trabalhadores que fizeram autoformação -29.765), sendo esta percentagem inferior à de 2014 (42,2%)¹⁹.

No que respeita aos trabalhadores que frequentaram formação constata-se que existe um maior número de mulheres do que homens, respetivamente 61,15% e 38,85%²⁰. Relativamente aos trabalhadores que participaram em ações de formação em regime de autoformação, também a percentagem de participação feminina (75,31%) é muito superior à masculina (24,69%)²¹.

4.1.1. Trabalhadores que participaram em ações de formação, por ministério e subsector de administração

Analisando a amostra do total de trabalhadores por subsector, no sentido de verificar as percentagens referentes aos que frequentaram ações de formação²², verifica-se que a ADIE regista uma percentagem de 44,5%, a Administração local de 30,4%, a RAA de 21,0% e a RAM de 35,7%.

Na ADIE, fazendo o mesmo tipo de análise ao nível de cada ministério, o MF com 89,6% e o MTSSS com 71,1% registam as maiores percentagens de participação dos trabalhadores em ações de formação. Por seu turno, o MCTES apresenta a percentagem mais reduzida, 19,1% (Gráfico 12).

¹⁸ Rácio entre o número de trabalhadores que participaram em ações de formação profissional (P2) e o número de trabalhadores da amostra (P1)

¹⁹ Nota: Ver Quadro 7 – Volume e custos da formação por subsector no período (2012-2015) página 54.

²⁰ Rácio entre o número de mulheres/homens que participaram em ações de formação profissional (P2) e o número total de trabalhadores que participaram em ações de formação profissional (P2).

²¹ Rácio entre o número de mulheres/homens que participaram em ações de formação profissional ao abrigo do regime de autoformação (P6) e o número total de trabalhadores que participaram em ações de formação profissional ao abrigo do regime de autoformação (P6).

²² Rácio entre o número de trabalhadores que participaram em ações de formação profissional por subsector e o número de trabalhadores da amostra por subsector.

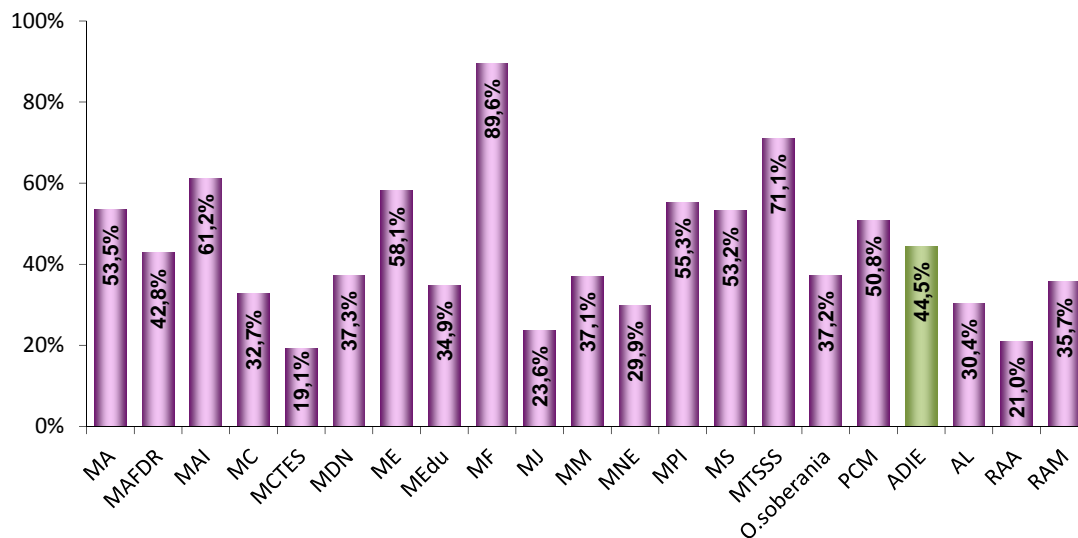


Gráfico 12 – Trabalhadores que participaram em ações de formação por ministério e subsetor de administração (%)

4.1.2. Trabalhadores que participaram em ações de formação, por género e subsetor de administração

Sendo a distribuição dos trabalhadores do género *feminino* da amostra para a administração pública (59,4%) superior à do género *masculino* (40,6%) conforme o referido no capítulo 2 – Gráfico 6, constata-se a mesma tendência relativamente à participação em ações de formação. Neste sentido, a participação *feminina* em formação é de 42,3%²³ e a participação *masculina* é de 39,4%²⁴ (Gráfico 13).

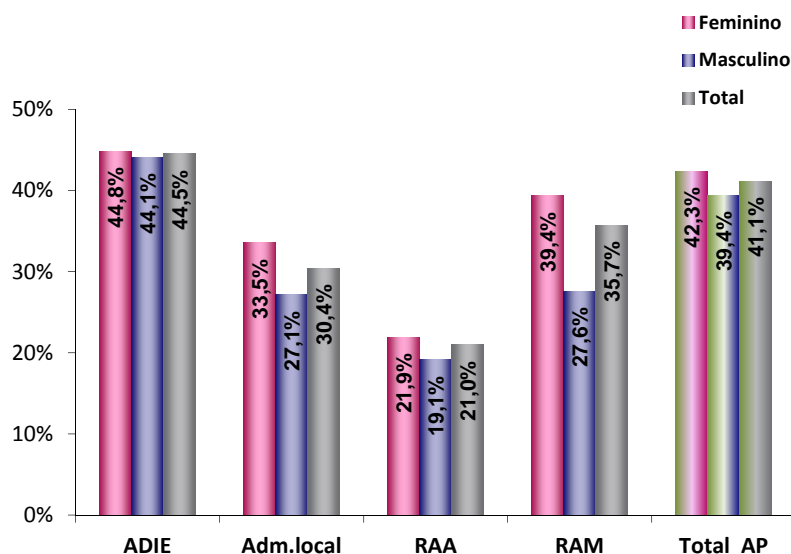


Gráfico 13 - Trabalhadores que participaram em ações de formação por género e subsetor de administração (%)

Na ADIE apesar da representatividade das *mulheres* (61,2%) ser mais elevada do que a dos *homens* (38,8%), constata-se que a *participação das mulheres* na formação (44,8%) é idêntica à dos *homens* (44,1%).

Na Administração local existe um equilíbrio na amostra na representatividade entre mulheres (50,9%) e homens (49,1%) mas constata-se que a percentagem de participação *feminina* (33,5%) é superior à *masculina* (27,1%).

A subamostra da administração regional autónoma apresenta uma percentagem significativamente maior de mulheres: a RAA tem 66,8% de trabalhadores do género feminino e a RAM tem 68,7%. Relativamente à participação em formação verifica-se que quer na RAA quer na RAM a participação feminina é superior à masculina.

²³ Rácio entre o número de mulheres que participaram em ações de formação profissional (P2) e o número total de mulheres da amostra (P1).

²⁴ Rácio entre o número de homens que participaram em ações de formação profissional (P2) e o número total de homens da amostra (P1).

4.1.3. Trabalhadores que participaram em ações de formação, por género na ADIE

O MAI, MDN, ME e MF são os ministérios em que a percentagem dos trabalhadores masculinos que participaram em ações de formação é superior à percentagem *feminina* e também nos Órgãos de Soberania. Em todos os outros grupos de entidades analisados a percentagem de participação *feminina* é superior à percentagem de participação *masculina* (Gráfico 14).

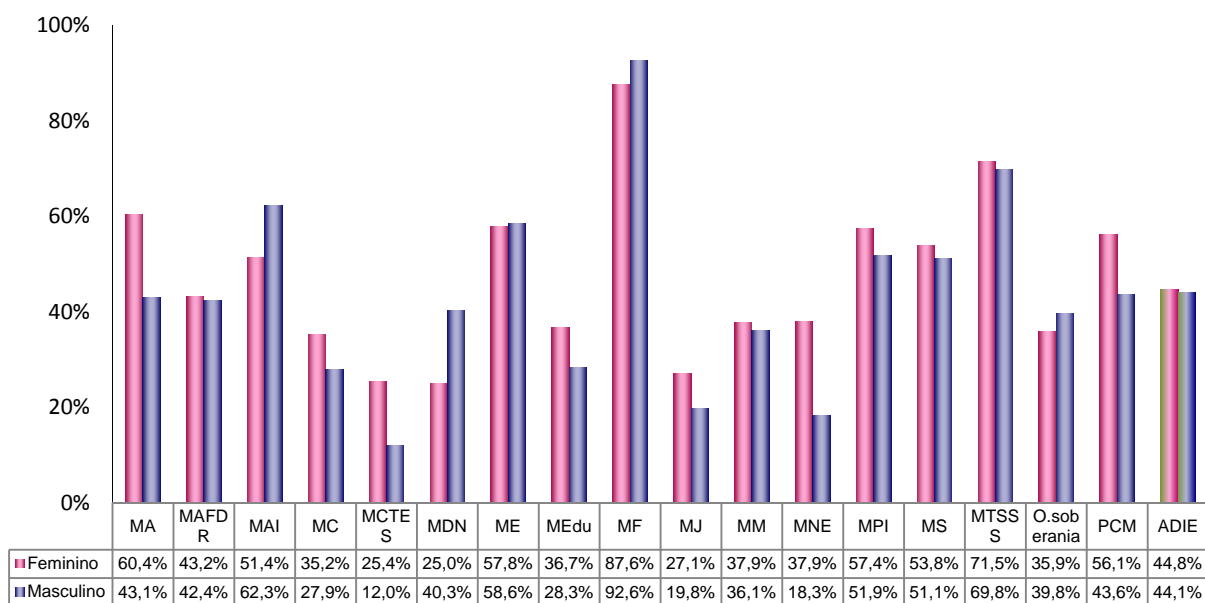


Gráfico 14 – Trabalhadores que participaram em ações de formação por género na ADIE (%)

4.1.4. Trabalhadores que participaram em ações de formação, por grupo profissional

A percentagem dos trabalhadores que participaram em ações de formação, no Total AP no ano de 2015, superou os 75% nos seguintes grupos profissionais: *Chefia Tributária, Pessoal de Administração Tributária e Aduaneira, Guarda Nacional Republicana, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Outro Pessoal de Segurança e Pessoal de Inspeção*. (Gráfico 15).

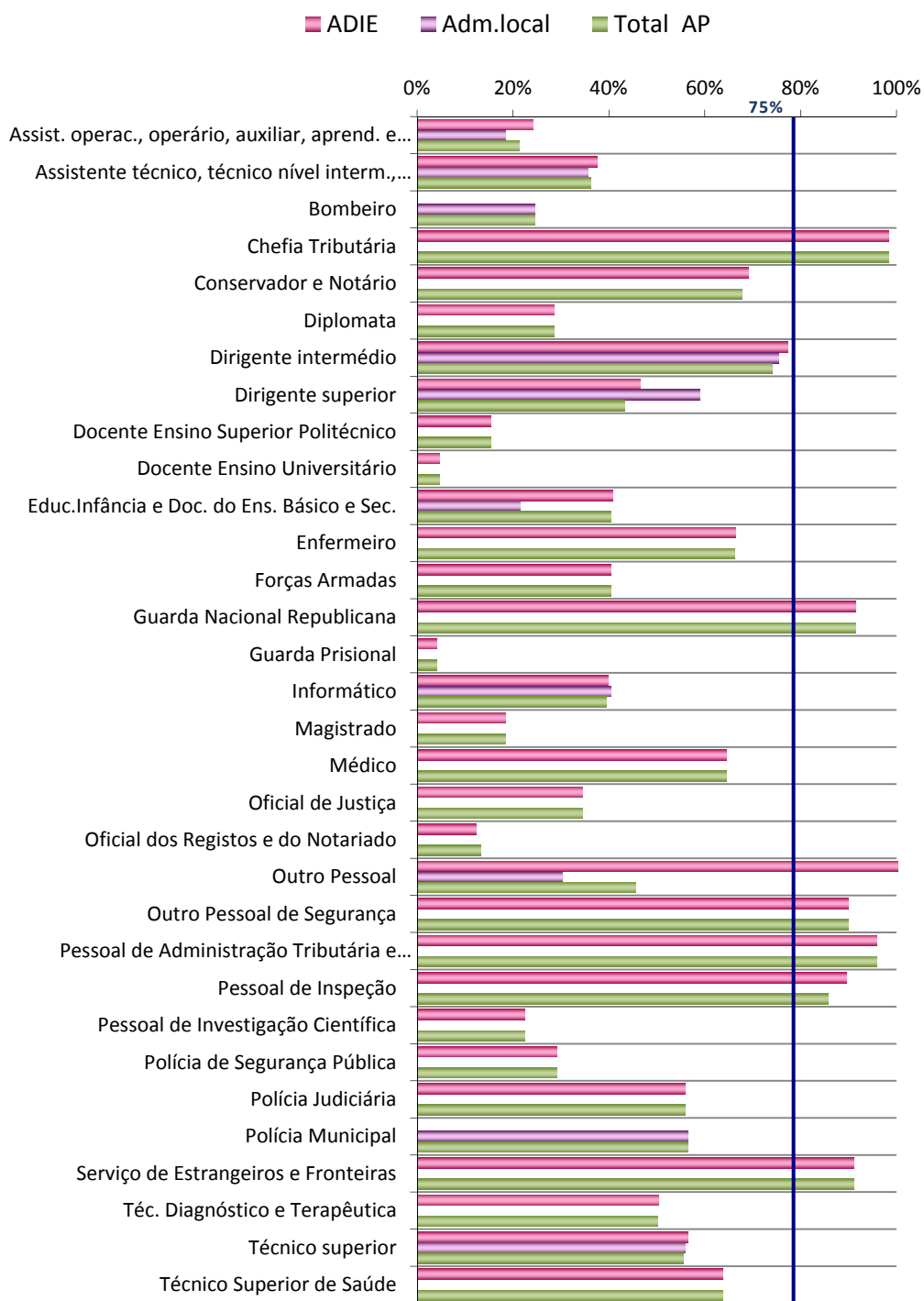


Gráfico 15 - Trabalhadores que participaram em ações de formação por grupo profissional (%)

Por seu turno, o grupo dos *Guardas Prisionais* (4,1%) e os *docentes do ensino universitário* apresentam as percentagens mais baixas (4,5%).

A percentagem dos *dirigentes intermédios* que participaram em ações de formação no total da amostra da administração pública foi de 74,2% e a dos *dirigentes superiores* de 43,4%, sendo na ADIE de 77,4% e 46,5% respetivamente. Destacam-se as percentagens dos *dirigentes intermédios* e dos *dirigentes superiores* na Administração local, respetivamente com 75,4% e 59,0%.

Convém referir que um conjunto alargado de grupos profissionais não existe na AL e assim, o que parece significar uma percentagem de participação de 0% corresponde, na realidade, à inexistência de trabalhadores desse grupo profissional nesse subsetor de administração.

No Quadro 1 identificam-se os grupos profissionais da amostra com as taxas mais altas e as taxas mais baixas de participação em ações de formação no ano de 2015 comparadas com os valores correspondentes no ano de 2014, 2013 e 2012.

Quadro 1 – Análise comparativa - Número de trabalhadores que participaram em ações de formação relativamente ao número de trabalhadores da entidade, por grupos profissionais (%)

Taxas de participação	Grupo Profissional	2012 (%)	2013(%)	2014(%)	2015(%)	Desvios (p. p.) Δ 2015/2014	Desvios (p. p.) Δ 2015/2012	
Mais altas (2015)	Chefia Tributária	76,9	90,7	95,2	98,4	3,20	21,50	
	Pessoal de Adm. Tributária e Aduan.	64,9	78,4	81,9	95,9	14,00	31,00	
	Guarda Nacional Republicana	92,5	67,3	69,1	91,6	22,50	-0,90	
	Pes. do Serviço de Estrang. e Front.	88,6	90,8	92,0	91,1	-0,90	2,50	
	Outro Pessoal de Segurança	18,9	38,3	24,4	90,0	65,60	71,10	
	Pessoal de Inspeção	79,7	82,2	79,6	85,7	6,10	6,00	
	Conservador e Notário	51,0	46,6	89,6	67,9	-21,70	16,90	
Mais baixas (2015)	Enfermeiro	57,5	57,6	65,0	66,4	1,40	8,90	
	Guarda Prisional	37,0	81,8	10,9	4,1	-6,80	-32,90	
Carreiras gerais	Docente do Ensino Universitário	5,5	4,3	4,5	4,6	0,10	-0,90	
	Técnico Superior	51,4	54,5	56,0	55,5	-0,50	4,10	
	Assis. Téc, téc. nível inter, admin.	38,8	38,7	37,8	36,2	-1,60	-2,60	
Dirigentes	Assist.oper, operário, auxiliar	21,2	20,5	23,1	21,4	-1,70	0,20	
	Dirigentes Superiores							
	ADIE	36,4	34,8	35,7	46,5	10,80	10,10	
	Adm. Local	69,0	54,2	73,1	59,0	-14,10	-10,00	
	RAA	17,6	13,6	21,0	26,2	5,20	8,60	
	RAM	31,7	24,8	20,3	22,8	2,50	-8,90	
	Total AP	37,1	33,4	34,8	43,4	8,60	6,30	
	Dirigentes Intermédios							
	ADIE	49,5	71,4	56,8	77,4	20,60	27,90	
	Adm. Local	74,9	74,2	76,4	75,4	-1,00	0,50	
	RAA	32,9	18,1	39,2	39,8	0,60	6,90	
RAM	19,7	44,8	32,5	37,3	4,80	17,60		
Total AP	56,3	69,7	60,8	74,2	13,40	17,90		

Da análise comparativa entre 2015/2014 contata-se que há grupos profissionais que apresentam alterações significativas de participação, nomeadamente o grupo Outro Pessoal de Segurança que apresentou um aumento de 2014 para 2015 de 65,6 pontos percentuais, o grupo de pessoal da *Guarda Nacional Republicana* um aumento de 22,5 p.p., o *Pessoal de Administração Tributária e Aduaneira* um aumento de 14 p.p., o grupo *Conservador e Notário* apresentou um decréscimo de 21,7 pontos percentuais.

4.2. Caracterização das ações de formação

O número de horas de formação entendido como o volume de formação é o número de horas de cada ação a multiplicar pelo número de trabalhadores que a frequentaram.

Em 2015 o valor global da formação para a administração pública foi de 11.643.056 horas. Comparativamente ao ano de 2014 (10.274.524 horas) houve um aumento de 13,32% ²⁵. Em relação a 2013 (10.580.124 horas) houve um aumento de 10,05%. Em relação a 2012 (32.267.744 horas) o decréscimo foi de 63,92 %.

As 11.643.056 horas de formação em 2015 distribuíram-se do seguinte modo: na ADIE 10.763.870 horas (92,4%), na Administração local 705.450 horas (6,1%), na RAA 63.316 horas (0,5%), e na RAM 110.420 horas (0,9%).

4.2.1. Horas de formação por trabalhador

Cada trabalhador da administração pública em 2015 frequentou em média 20 horas de formação ²⁶ (Gráfico 16).

Sectorialmente a ADIE atingiu as 24 horas, a Administração local as 6 horas, a RAA as 6 horas e a RAM as 9 horas de formação, por trabalhador ²⁷.

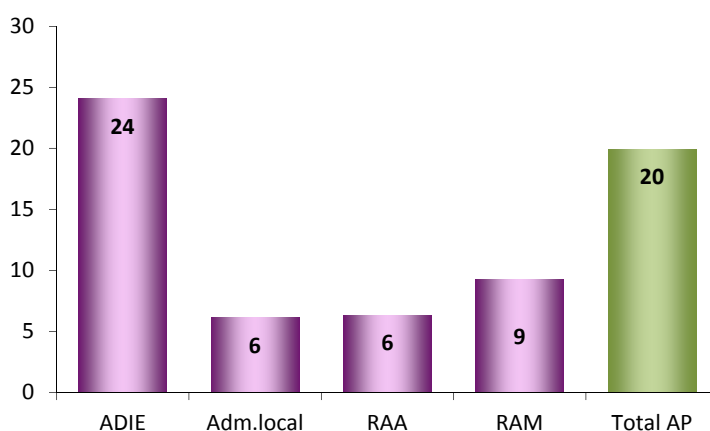


Gráfico 16 - Horas de formação por trabalhador/subsetor

²⁵ Nota: Ver Quadro 7 – Volume e custos da formação por subsector no período (2012-2015) página 54.

²⁶ Rácio entre o volume de formação e o número de trabalhadores da amostra.

²⁷ Estes valores devem ser analisados em conjunto com a percentagem dos trabalhadores da amostra que realizaram formação, por subsector (ADIE- 44,5%; Adm.local- 30,4%; RAA-21%;RAM- 35,7%).

Analisando os dados referentes à ADIE, o número de horas de formação por trabalhador atinge o valor mais elevado na PCM – 167 horas, o que se deve ao facto de a AMA ter dinamizado várias ações de formação no âmbito do Projeto Espaços do Cidadão que contribuiu para o elevado volume de formação neste ministério durante o ano de 2015. Também o Ministério da Defesa Nacional atingiu 105 horas de formação por trabalhador e à semelhança dos anos anteriores, justifica-se esta tendência por haver um elevado número de efetivos das Forças Armadas com grande volume de formação, que tem um forte impacto nos dados globais do ministério e na ADIE (Gráfico 17).

Por outro lado, o número de horas de formação por trabalhador atinge o valor mais baixo no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior com 6 horas.

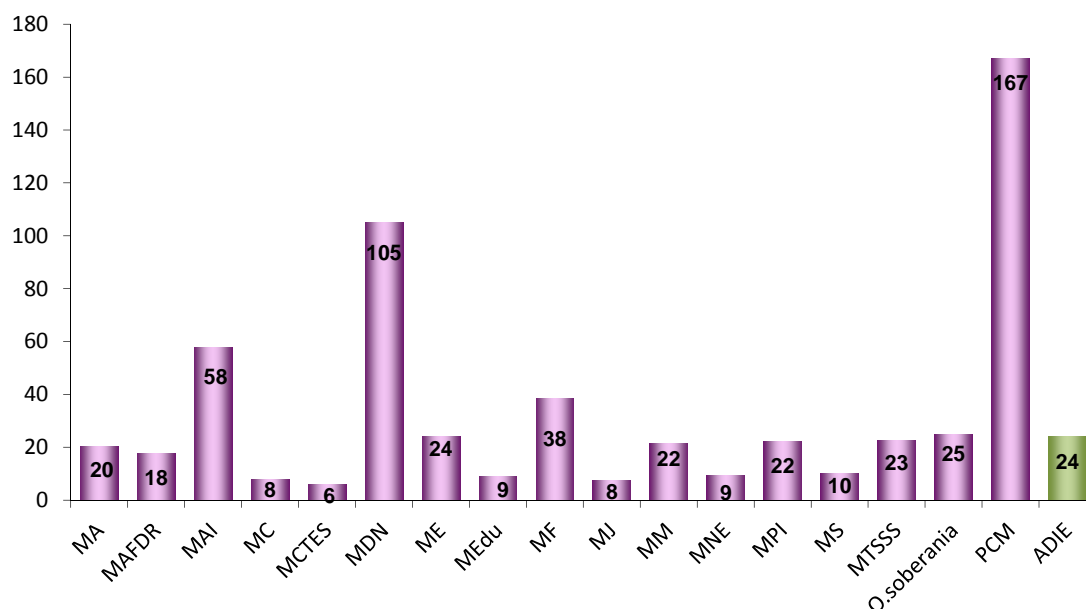


Gráfico 17 - Horas de formação por trabalhador/ministério

4.2.2. Formação por área

Apresentam-se de seguida o Gráfico 18 (ADIE e Adm. Local) e o Gráfico 19 (RAA e RAM) com os contributos de cada área de formação²⁸, por subsector de administração:

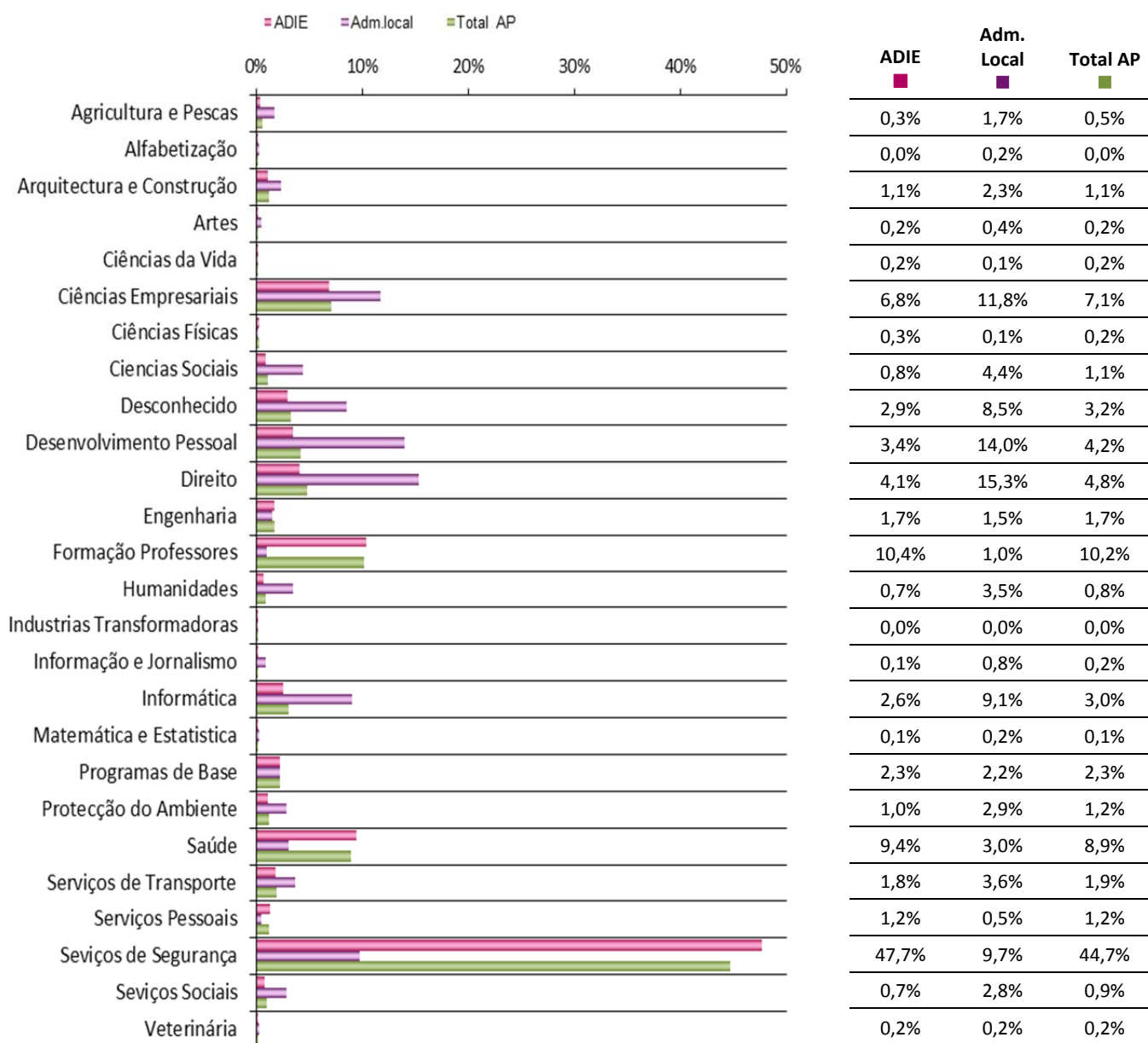


Gráfico 18 - Horas por área de formação, na ADIE e AL

Em toda a administração pública é na área dos *serviços de segurança* que se regista o maior volume de formação, com uma percentagem de 44,7%. Segue-se a área da

²⁸ Nota: As áreas de formação baseiam-se nas Áreas de Estudo da CNAEF — Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março)

formação de professores (10,2%) e a da formação em saúde (8,9%). Na ADIE destaca-se a área dos *Serviços de Segurança*, representando uma percentagem de 47,7% (Gráfico 18).

Tal como em 2013 e 2014, quer na RAA quer na RAM sobressai a área da *formação de professores* respetivamente 39,7% e 31,3% (Gráfico 19).

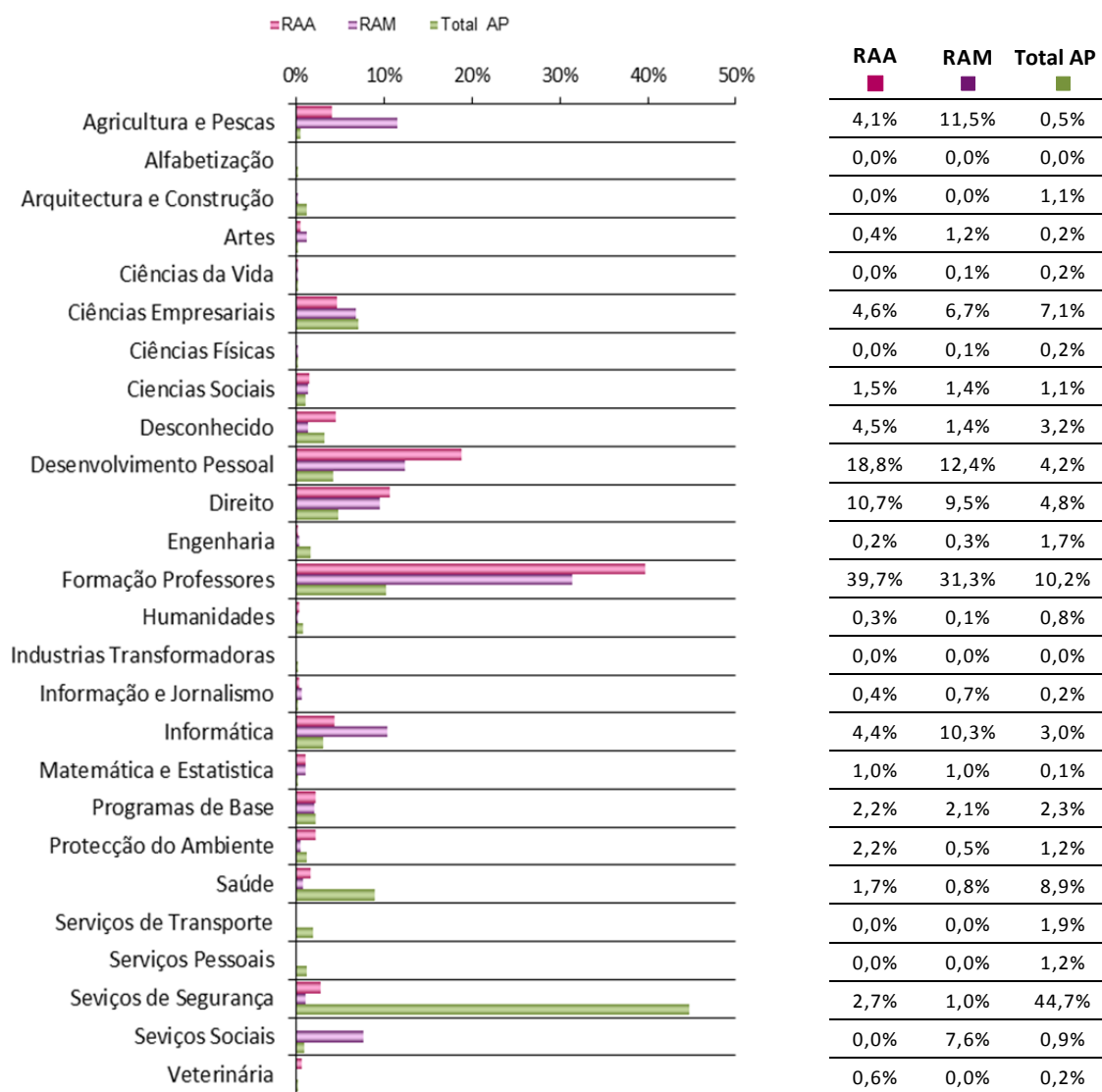


Gráfico 19 - Horas por área de formação, na RAA e RAM

4.2.3. Formação por modalidade

a) Volume de formação por modalidade e subsetor de administração

Na administração pública, na distribuição da formação por modalidade, permanece a prevalência da *formação contínua*, representando 63,7% do total da formação ministrada.

No entanto e em comparação com os 2 anos anteriores verifica-se, quer em relação a 2014 (75,9%) quer a 2013 (67,7%) verifica-se um decréscimo, de respetivamente 12,2 p.p. e 4,0 p.p. que se traduz num maior peso do volume de formação inicial em 2015.

Enquanto na ADIE, os valores da *formação inicial* e *contínua* aproximam-se da tendência geral, na Administração local, verifica-se que a predominância da *formação contínua* (81,1%) continua a ser muito acentuada (2014- 80,4%) (Gráfico 20).

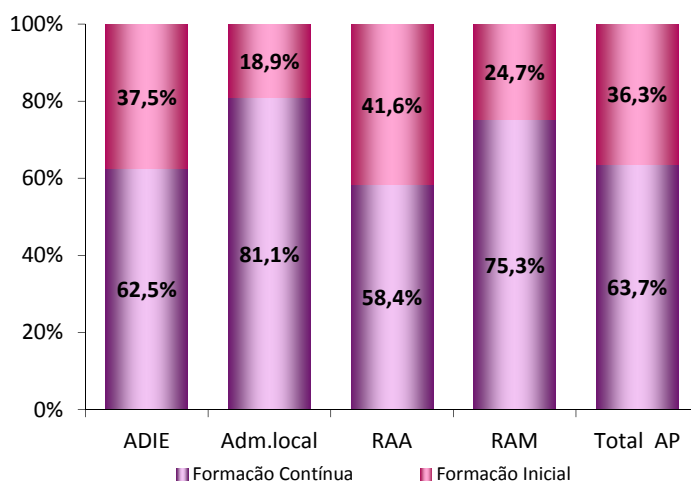


Gráfico 20 - Horas de formação por modalidade e subsetor de administração

b) Volume de formação por modalidade na ADIE

A *formação contínua* predomina claramente em todos os ministérios, sendo que no MNE apenas houve *formação contínua*, não se registando qualquer valor no âmbito da *formação inicial* em 2015. Todavia, é de realçar o peso da *formação inicial* na PCM (81,96%), no MM (62,34%) e no MDN (58,54%) (Gráfico 21). Para estes valores do volume de *formação inicial*, contribuíram nomeadamente na PCM- a AMA, no MM- o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. e a Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos e no MDN - o Exército, a Marinha e a Força Aérea.

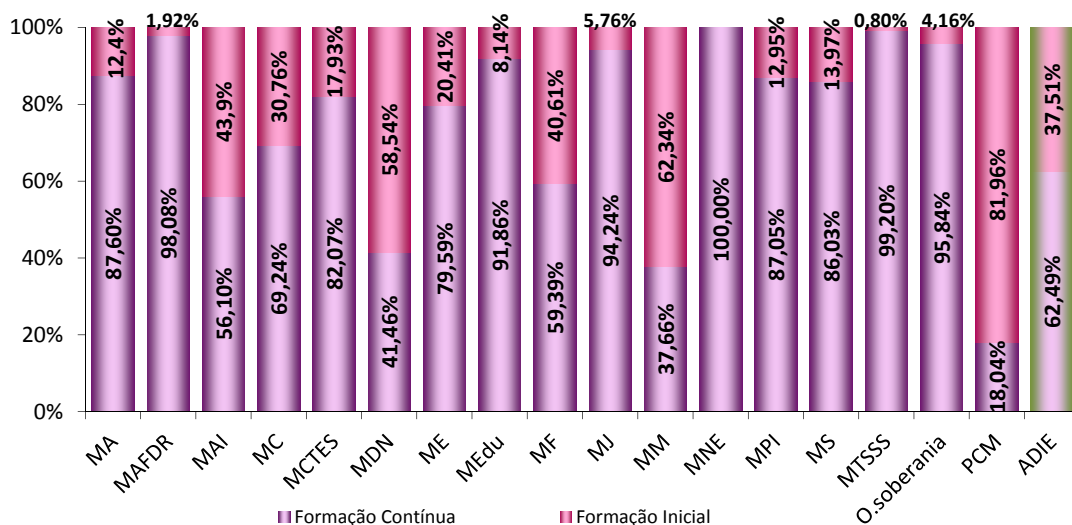


Gráfico 21 - Horas de formação por modalidade e ministério

4.2.4. Tipo de ações de formação

a) Tipo de ações de formação na administração pública

Quanto ao tipo de ação desenvolvida a formação classifica-se em interna e externa.

A *formação interna* é a formação organizada e desenvolvida internamente ou em cooperação com entidades externas através de protocolos com regras próprias.

A *formação externa* é a formação que é promovida por entidades que organizam iniciativas ou vendem formação com interesse para a melhoria da qualificação profissional dos recursos humanos.

No ano de 2015, a *formação interna* representou 83,1% do total da amostra da administração pública face aos 16,9% da *formação externa* (Gráfico 22). Constata-se assim uma diminuição do peso da formação externa (26,1%, em 2014).

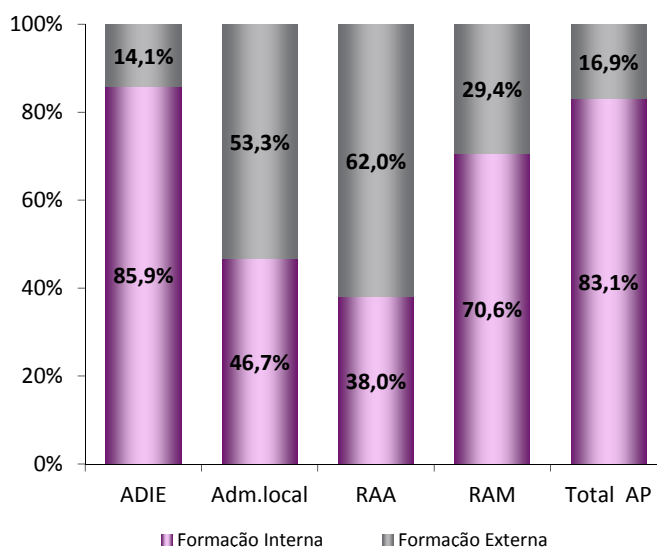


Gráfico 22 – Horas de formação por tipo de ação e subsetor de administração

A ADIE regista na *formação interna e externa*, a mesma tendência do valor geral da A.P. Por outro lado, inversamente, na AL e RAA acentua-se a predominância da *formação externa* (AL-53,3%;RAA -62,0%) relativamente à *formação interna* (AL- 46,7%; RAA - 38,0%).

b) Tipo de ações de formação na ADIE

No MDN, PCM, MF, O. Soberania e MJ a taxa de *formação interna* supera os 90% (Gráfico 23). De forma inversa, destaca-se o MC que apresenta a taxa mais elevada de *formação externa* com um score de 83,6%.

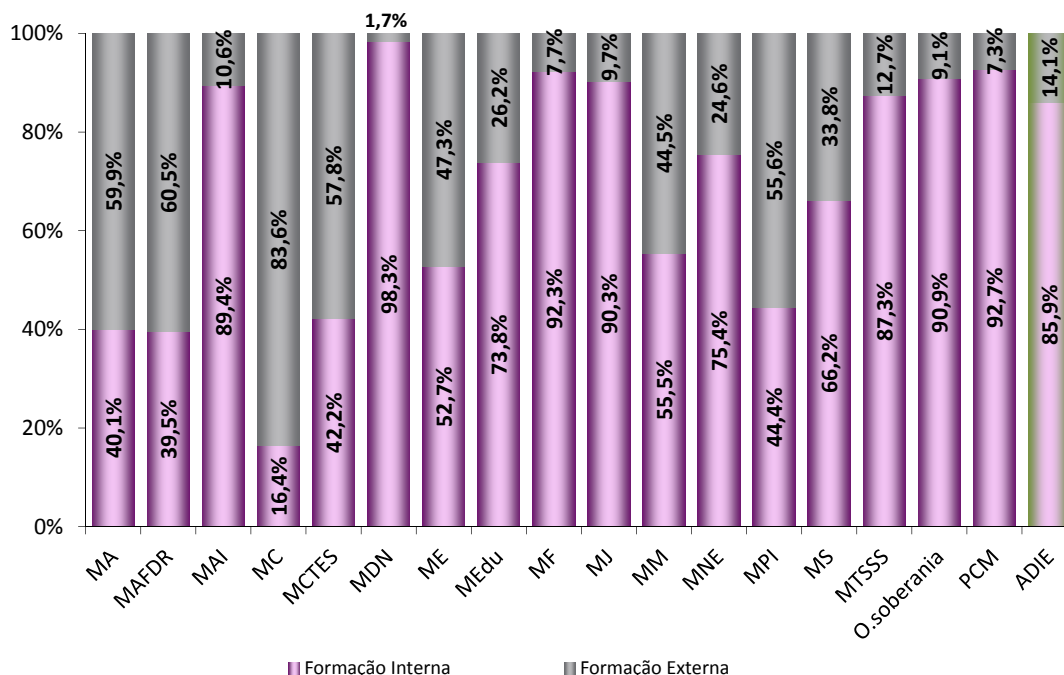


Gráfico 23 - Distribuição de horas por tipo de ação de formação e ministério

4.2.5. Tipo de horário da formação

a) Volume de formação por tipo de horário na administração pública

A formação em horário laboral na administração pública continua a imperar e a crescer desde 2013, tendo atingido uma percentagem de 89,75% no ano de 2015. O regime misto e o regime pós-laboral, mantêm uma percentagem reduzida, que tem vindo a diminuir desde o ano de 2013 representando respetivamente 1,46% e 8,79%.

A percentagem do volume de formação por tipo de horário na ADIE corresponde aproximadamente à percentagem da A.P. Na Administração local continua a prevalecer a formação em regime *laboral* (94,79%).

Na RAM e à semelhança de 2014 a formação em regime pós-laboral atinge um valor significativo (32,19%) (Gráfico 24).

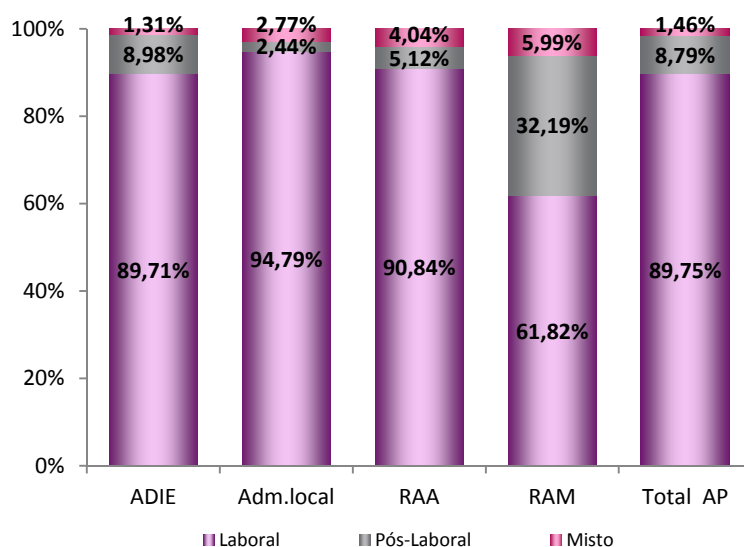


Gráfico 24 - Volume de formação por tipo de horário na administração pública

b) Volume de formação por tipo de horário de formação na ADIE

Em todos os ministérios, à exceção do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o volume de formação em *horário laboral* supera ou iguala os 89%, atingindo os 100% no MAI (Gráfico 25).

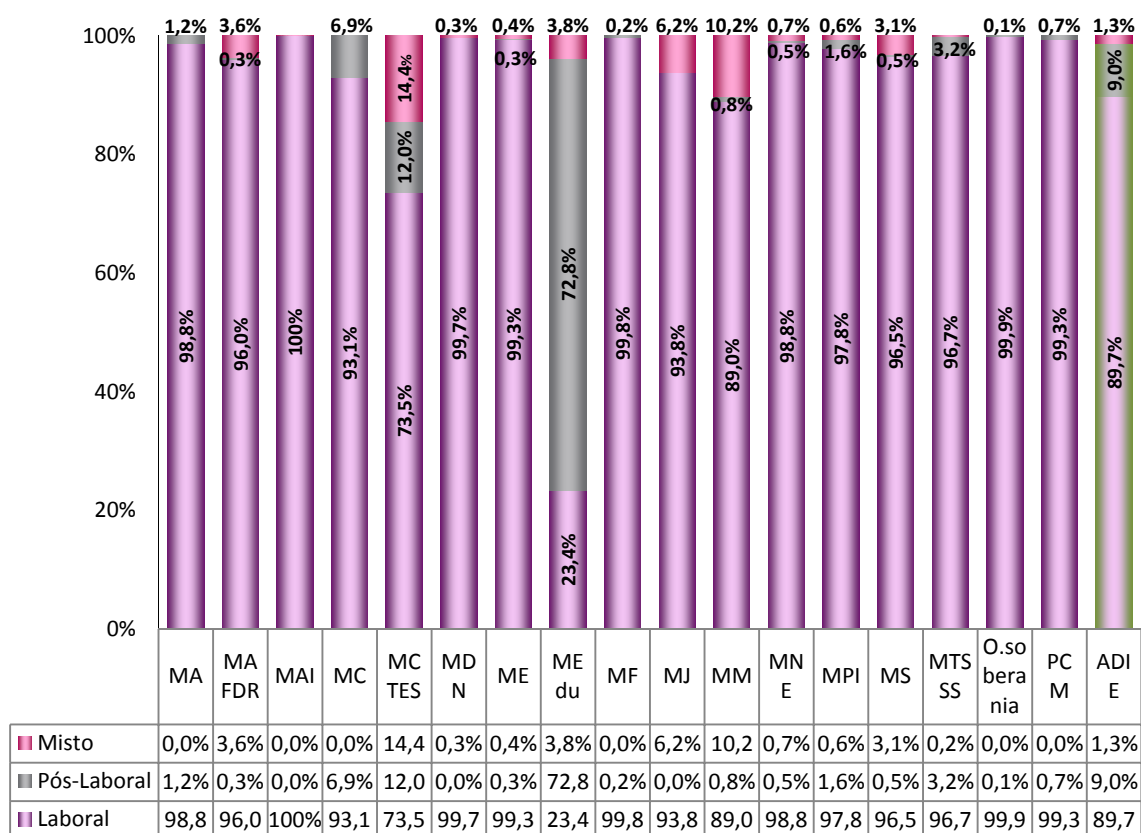


Gráfico 25 - Volume de formação por tipo de horário por ministério²⁹

²⁹ Nota: Por razões de arredondamento o total pode não corresponder à soma das parcelas.

No MEdu a formação em *horário laboral* representa apenas 23,4%, em contrapartida na formação em *horário pós-laboral* (72,8%) e em *horário misto* (3,8%). No MCTES, a formação em *horário laboral* representa 73,5%, em *horário pós-laboral* (12%) e em *horário misto* (14,40%). Estes dois ministérios destacam-se dos restantes que registam, na generalidade, percentagens reduzidas relativamente à formação ministrada em *horário misto e horário pós-laboral*.

Relativamente à formação ministrada em *horário misto* além do MCTES, já referido, destacam-se ainda o MM e o MJ, respetivamente com percentagens de formação de 10,2%, e 6,2%.

4.2.6. Regime de formação

A formação em *regime presencial* representa na administração pública uma percentagem muito elevada: 93,78% (Gráfico 26). No entanto comparativamente aos 2 últimos anos (2013 e 2014 - 95,2%) constata-se uma diminuição do peso da formação em *regime presencial*.

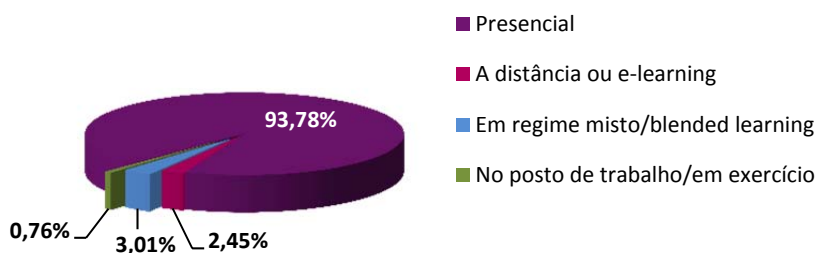


Gráfico 26 - Volume de formação por regime na administração pública

Os regimes de formação *a distância ou e-learning, misto/blended learning e no posto de trabalho/em exercício* continuam a ter, em conjunto, uma representação residual no quadro da administração pública de apenas 6,22%.

A percentagem do volume de formação por *regime* na ADIE corresponde aproximadamente à tendência geral. Em mais de metade dos ministérios, o volume de formação em *regime presencial* supera ou iguala os 80%, com exceção do MNE (69,62%), MM (50,12%) e PCM (13,8%) (Gráfico 27).

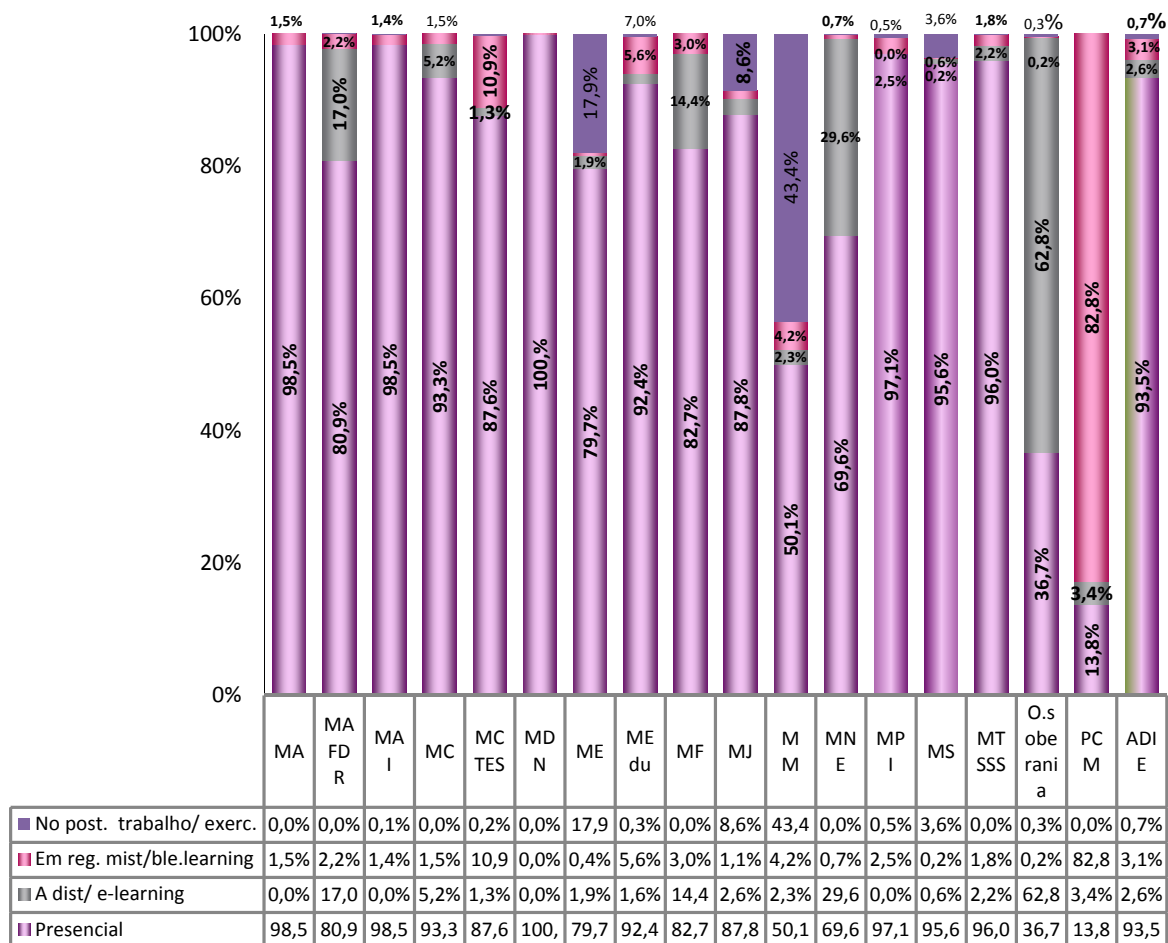


Gráfico 27 - Volume de formação por regime e ministério³⁰

Quanto à formação em *regime a distância* ou *e-learning* destacam-se também com percentagens significativas os Órgãos de Soberania (62,8%), o MNE (29,6%), o MAFDR (17,0%) e o MF (14,4%), registando a generalidade dos ministérios percentagens reduzidas.

Relativamente à formação ministrada em regime *misto/blended learning* sobressaem a PCM (82,8%) e o MCTES (10,9%).

No que respeita à formação no *posto de trabalho/em exercício* destacam-se o MM (43,4%) e o ME (17,9%).

Na Administração local, a formação em *regime presencial* também é predominante atingindo 97,7%. Os regimes de formação *a distância* ou *e-learning*, *misto/blended learning* e no *posto de trabalho/em exercício* continuam a ter, em conjunto, uma representação residual (2,3%) A formação em *regime a distância* ou *e-learning* atingiu apenas o valor residual de (0,2%), em *regime misto/blended learning* (0,8%) e a formação no *posto de trabalho/em exercício* (1,3%)

³⁰ Nota: Por razões de arredondamento o total pode não corresponder à soma das parcelas.

A RAM destaca-se pela aposta na formação em *regime misto/blended learning* atingindo 5,45% (2014 – 6,5%), sendo este valor consideravelmente superior ao dos outros subsectores da administração (Gráfico 28 e Gráfico 29).

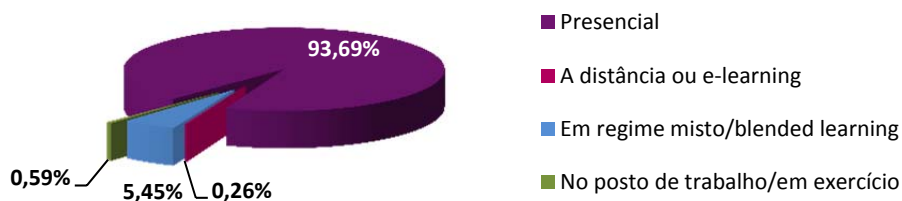


Gráfico 28 - Volume de formação da RAM por regime

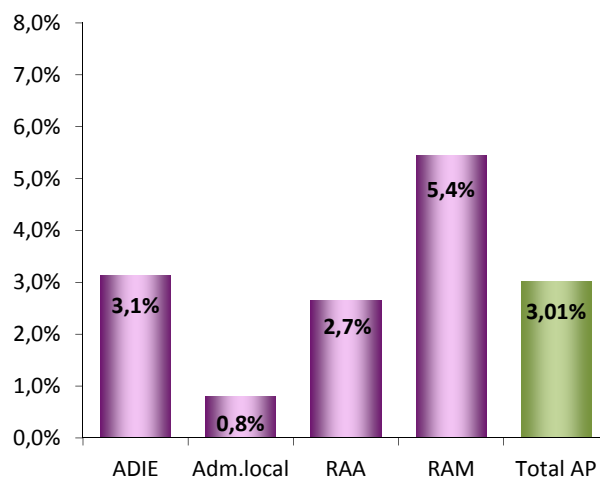


Gráfico 29 - Volume de formação no *regime misto/blended learning* por subsector

4.2.7. Entidades formadoras

Ao analisarmos a distribuição do volume de formação pelas entidades formadoras, e como já foi referido no ponto 4.2.4, constata-se um aumento do peso da formação interna (*formação interna* 83,1% e *formação externa* 16,9%), relativamente aos valores de 2014 (*formação interna* 73,9% e *formação externa* 26,1%) (Gráfico 30).

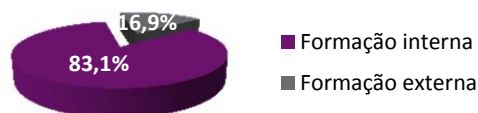


Gráfico 30 – Volume de formação interna e externa

Através da leitura do Quadro 2 pode verificar-se que do volume total de formação, a *formação interna* é ministrada maioritariamente pela *própria entidade* (73,2%). No caso da *formação externa*, a maior taxa de formação cabe a “*Outras*” entidades formadoras (5,24%).

Os diferentes serviços da ADIE recorreram maioritariamente à *Própria Entidade* para ministrar formação (76,25%), seguindo-se o *Protocolo - Centros de Formação* (7,93%), explicado pela maior representatividade dos estabelecimentos de educação e ensino básico inseridos no Ministério da Educação.

Em sentido oposto, a formação organizada pela *própria entidade* registou o valor mais baixo na Administração local (31,41%) apesar do aumento de 15.78 p.p. em relação a 2014 (15,63%).

Quadro 2 – Volume de formação por entidade formadora

		Entidades Formadoras	ADIE	Adm. Local	RAA	RAM	Total AP
Volume de Formação AP	Interna	Própria Entidade	76,25%	31,41%	37,57%	63,69%	73,20%
		Protocolo INA	0,45%	0,13%	0,00%	0,05%	0,42%
		Protocolo Fundação CEFA* ³¹	0,02%	0,46%	0,00%	0,00%	0,04%
		Protocolo Universidades	0,28%	0,19%	0,00%	0,00%	0,27%
		Protocolo Centros de Formação	7,93%	6,05%	0,00%	0,45%	7,70%
		Outros Protocolos	0,96%	7,06%	0,43%	6,39%	1,38%
	Externa	INA	1,32%	0,43%	0,02%	0,35%	1,25%
		Fundação CEFA*	0,02%	3,55%	0,00%	0,00%	0,23%
		Outras Entidades Públicas	1,96%	16,95%	35,74%	7,37%	3,11%
		Empresa de Formação	1,39%	11,68%	0,42%	3,03%	2,02%
		Escolas ou Universidades	4,02%	4,10%	5,02%	0,86%	4,00%
		Associação Sindical ou Profissional	0,42%	3,64%	1,51%	9,36%	0,71%
		Empresa Fornec. Equip/Instr.trabalho	0,34%	1,65%	0,24%	0,47%	0,42%
		Outras	4,65%	12,69%	19,06%	7,97%	5,24%
		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

³¹ Nos termos do Decreto-Lei nº193/2015, de 14 de setembro, a Fundação CEFA foi extinta e as suas atribuições foram transferidas para a DGAL que passa a dispor de uma unidade orgânica desconcentrada, designada por Centro de Formação Autárquica.

Como se pode observar no (Gráfico 31) quanto à distribuição do volume de formação na ADIE organizada pela *própria entidade* (8.207.336,41 horas), destaca-se em primeiro lugar o MDN (43,07% - 3.534.515,40 horas), seguido pelo MAI (29,65% - 2.433.538 horas) e pelo MS (9,16% - 751.933,41 horas). Verifica-se assim a mesma tendência desde 2011, ou seja, na ordem da distribuição do volume de formação organizada pela *própria entidade* na ADIE, sobressai o MDN, seguindo-se o MAI e MS.

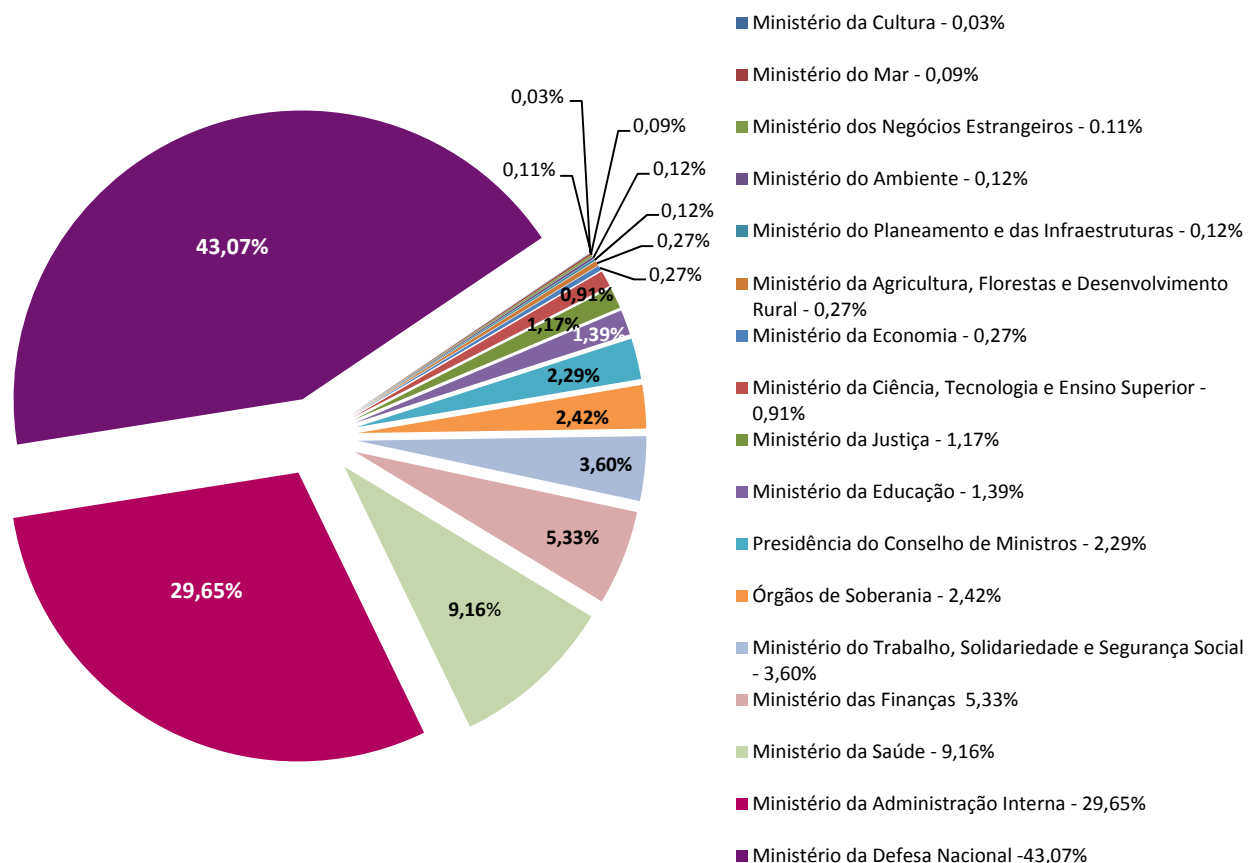


Gráfico 31 – Distribuição do volume de formação interna organizada pela própria entidade, na ADIE

5. INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO

5.1. Estrutura de custos da formação na administração pública

Os serviços incluídos na amostra investiram na qualificação dos seus trabalhadores, no ano de 2015, 30.036.511,55€. Comparando com o ano 2014 (30.724.434,83€) houve uma redução de 2,24%³².

Os **custos diretos** reportados que englobam, nomeadamente, o pagamento a formadores, aluguer de espaço e de equipamento e/ou instrumento de trabalho, inscrição em ações externas de formação e ajudas de custo dos formandos, corresponderam a 83,2% e os **custos indiretos**, que incluem as despesas com trabalhadores adstritos, total ou parcialmente à formação, com consumíveis e instalações e, ainda, com telecomunicações e outras despesas imputáveis à formação, corresponderam a 16,8% (Gráfico 32).

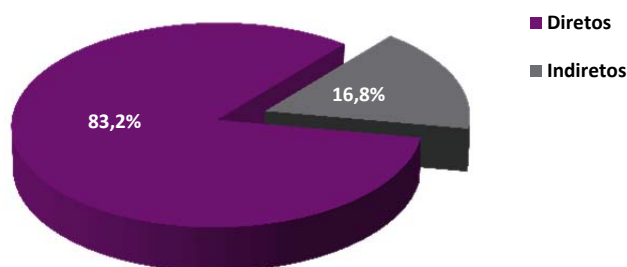


Gráfico 32 - Estrutura de custos da formação na administração pública

³² Nota: Ver Quadro 7 – Volume e custos da formação por subsector no período (2012-2015) página 54.

5.1.1 Investimento em formação por trabalhador, por subsetor de administração

O investimento em formação por trabalhador ascendeu no total da administração pública, ao valor de 51,40€³³. Analisando por subsetor³⁴, este valor atingiu na ADIE 59,99€, na Administração local 26,06€, na RAA 15,79€ e na RAM 3,96€, por trabalhador (Gráfico 33)³⁵.

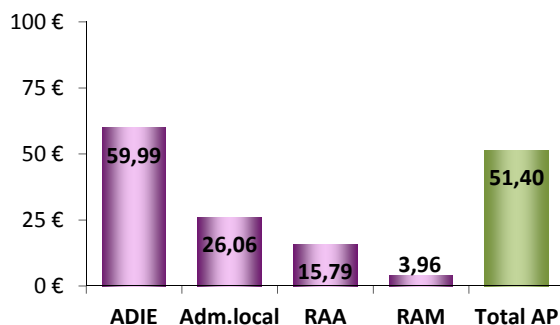


Gráfico 33 - Investimento em formação por trabalhador na administração pública (total da amostra)

Apresenta-se de seguida o Quadro 3 com o custo da formação por trabalhador (total da amostra) discriminado por subsetor da administração/ministério.

Quadro 3 - Custo da formação por trabalhador (total da amostra)

Subsetor/Ministério	Nº total de trabalhadores (amostra)	Custo total (€)	Custo por trabalhador (€)
Adm. Local	115.185	3.002.139,05	26,06
RAA	10.015	158.135,29	15,79
RAM	11.936	47.285,31	3,96
ADIE	447.230	26.828.951,90	59,99
MA	1.388	226.110,66	162,90
MAFDR	5.708	307.489,72	53,87
MAI	47.182	3.274.755,96	69,41
MC	1.950	80.069,92	41,06
MCTES	37.348	2.131.898,14	57,08
MDN	34.369	9.406.406,68	273,69
ME	2.582	304.949,92	118,11
MEdu	137.269	921.942,10	6,72
MF	12.398	1.161.678,16	93,70
MJ	14.514	131.448,76	9,06
MM	707	66.359,31	93,86
MNE*	2.750	142.357,49	51,77
MPI	2.387	326.613,54	136,83
MS	116.893	5.414.147,95	46,32
MTSSS	19.712	2.073.713,07	105,20
O. Soberania	8.832	580.594,93	65,74
PCM	1.241	278.415,59	224,35
Total AP	584.366	30.036.511,55	51,40

* A SG agregou num único questionário a resposta de 7 entidades

Na coluna 4 apresenta-se o custo por trabalhador considerando todos os trabalhadores da amostra.

³³ Rácio entre o custo da formação e o número de trabalhadores da amostra.

³⁴ Rácio entre o custo da formação por subsetor e o número de trabalhadores da amostra por subsetor.

³⁵ Nota: Ver Quadro 7 – Volume e custos da formação por subsetor no período (2012-2015) página 54.

No entanto, e tendo em conta que nem todos os serviços da amostra reportaram informação relativa a custos de formação, se calcularmos o mesmo indicador considerando apenas o total de trabalhadores das entidades que reportaram custos, o investimento em formação por trabalhador alcançou no total da administração pública o valor de 57,16€³⁶, o que correspondeu a 66,67€ na ADIE, a 26,64€ na Administração local, na RAA a 23€ e a 13,38€ na RAM (Gráfico 34).

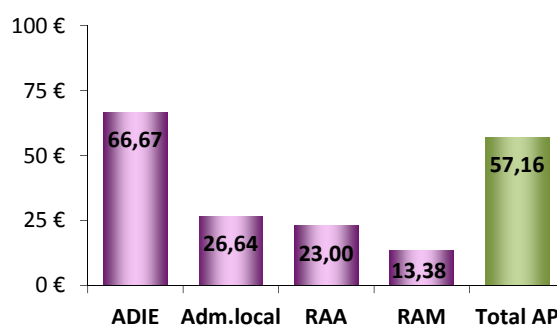


Gráfico 34 - Investimento em formação por trabalhador na administração pública (subamostra com reporte de custos)

O Quadro 4 a seguir indica o custo da formação por trabalhador (apenas as entidades que reportaram custos), discriminado por subsetor da administração / ministério.

³⁶ Rácio entre o custo da formação e o número de trabalhadores, das entidades da subamostra com reporte de custo.

Quadro 4 - Custo da formação por trabalhador (subamostra com reporte de custo)

Subsetor/Ministério	Nº total de trabalhadores (subamostra)	Custo total (€)	Custo por trabalhador (€)	Entidades que reportaram custos (%)
Adm. Local	112.678	3.002.139,05	26,64	97,7
RAA	6.875	158.135,29	23,00	69,0
RAM	3.535	47.285,31	13,38	27,4
ADIE	402.397	26.828.951,90	66,67	80,3
MA	1.385	226.110,66	163,26	87,5
MAFDR	5.708	307.489,72	53,87	100,0
MAI	47.182	3.274.755,96	69,41	100,0
MC	1.942	80.069,92	41,23	100,0
MCTES	36.621	2.131.898,14	58,22	93,7
MDN	34.356	9.406.406,68	273,79	100,0
ME	2.557	304.949,92	119,26	100,0
MEdu	96.901	921.942,10	9,51	73,4
MF	12.398	1.161.678,16	93,70	100,0
MJ	14.496	131.448,76	9,07	88,9
MM	686	66.359,31	96,73	80,0
MNE*	2.682	142.357,49	53,08	100,0
MPI	2.387	326.613,54	136,83	100,0
MS	113.386	5.414.147,95	47,75	95,0
MTSSS	19.712	2.073.713,07	105,20	100,0
O. Soberania	8.832	580.594,93	65,74	100,0
PCM	1.166	278.415,59	238,78	87,5
Total AP	525.485	30.036.511,55	57,16	81,1

* A SG agregou num único questionário a resposta de 7 entidades

Na coluna 4 do Quadro 4, apresenta-se o custo por trabalhador, considerando apenas os trabalhadores das entidades que reportaram custos. Efetivamente, constata-se alterações nos valores de custo por trabalhador comparativamente aos valores do Quadro 3, sobretudo nos subsetores que não reportaram a totalidade dos custos e em que se verificam diferenças relevantes.

Na coluna 5 do mesmo quadro indica-se a percentagem de entidades que reportaram custos, verificando-se grandes disparidades entre os subsetores (variações entre 27,4% - RAM e 97,7% - Adm. local). É de realçar pela positiva no subsetor ADIE, casos como o MAFDR, MAI, MC, MDN, ME, MF, MNE, MPI, MTSSS e Órgãos de Soberania em que todos os questionários entregues integraram a informação relativa aos custos da formação.

5.1.2 Investimento em formação por trabalhador na ADIE

Analisando com mais detalhe os dados relativos à ADIE, considerando os trabalhadores da amostra (Quadro 3), verifica-se uma assinalável divergência entre ministérios. Nesta comparação, os valores registados pelo MDN (273,69€), a PCM (224,35€) e o MA (162,90€) destacam-se dos restantes (Gráfico 35).

O investimento em formação por trabalhador revelou-se baixo no MEdu (6,72€).

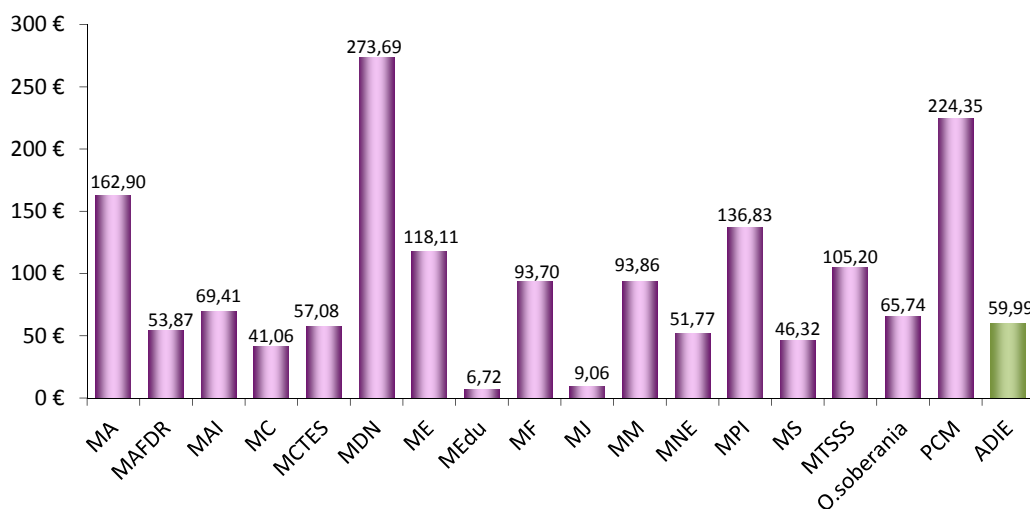


Gráfico 35 - Investimento em formação por trabalhador por ministério (total da amostra)

Fazendo a mesma análise relativa aos dados da ADIE, considerando apenas os trabalhadores da subamostra com reporte de custos (Quadro 4), apresenta-se o Gráfico 36.

No caso dos ministérios, MAFDR, MAI, MC, MDN, ME, MF, MNE, MPI, MTSSS e Órgãos de Soberania, os valores do investimento por trabalhador são semelhantes nas duas amostras consideradas.

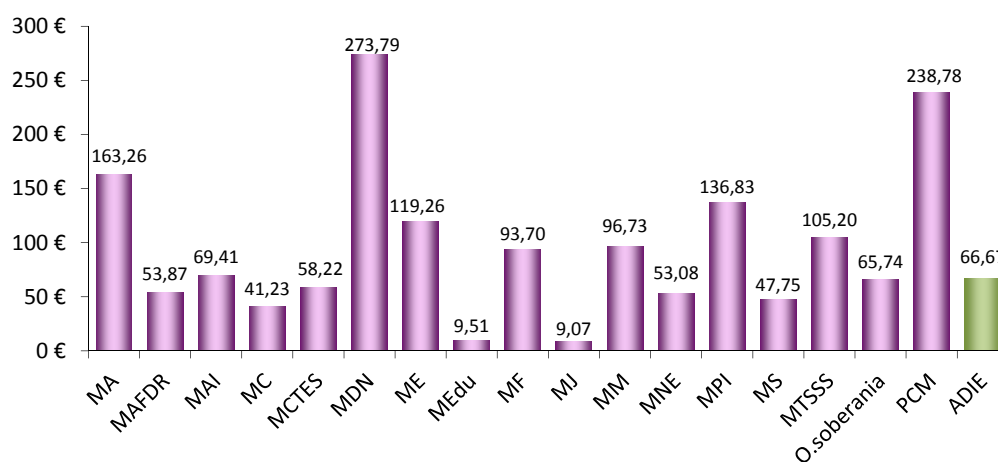


Gráfico 36 - Investimento em formação por trabalhador, por ministério (subamostra com reporte de custos)

Quanto ao peso da formação nos orçamentos dos serviços da administração pública (Gráfico 37), verifica-se que para o total da AP, o mesmo corresponde a 0,22%³⁷ do total de encargos com pessoal e a 0,05%³⁸ do total do orçamento dos serviços.

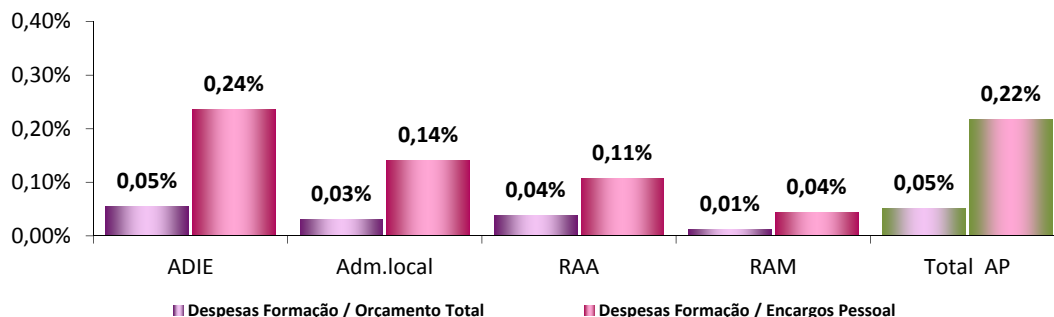


Gráfico 37 - Despesas com formação face aos encargos com pessoal e ao orçamento dos serviços na administração pública³⁹

Quanto às despesas com formação por ministério e relativamente à relação com os encargos com pessoal, destacam-se o MDN (0,83%), PCM (0,68%) e MA (0,52%), sendo estes ministérios que apresentam os valores mais altos do investimento em formação por trabalhador, respetivamente MDN (273,69€), a PCM (224,35€) e o MA (162,90€) (Gráfico 38).

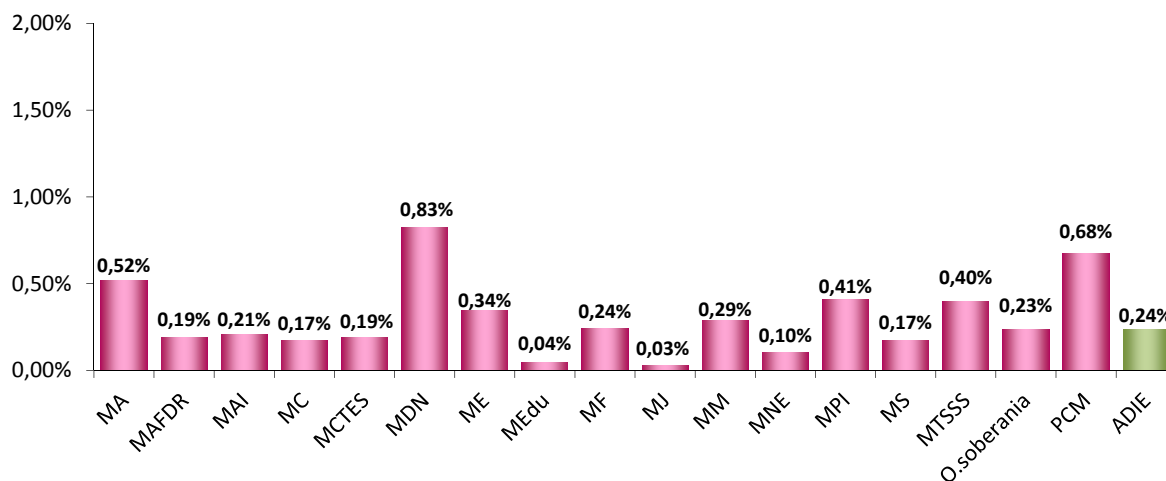


Gráfico 38 - Despesas com formação face aos encargos com pessoal, por ministério⁴⁰

³⁷ Rácio entre as despesas com a formação e os encargos totais das entidades com pessoal.

³⁸ Rácio entre as despesas com a formação e o total do orçamento executado das entidades.

³⁹ Nota: A informação reporta ao conjunto dos 81,09% de questionários da AP com reporte de custos, indicados no Quadro 4, ADIE 87,5%, Administração local 97,65%, RAA 69,01% e RAM 27,42%.

⁴⁰ Nota: A informação reporta a 87,5% do total de questionários da ADIE com reporte de custos.

É também o MDN (0,54%) que se destaca dos restantes ministérios por apresentar níveis mais elevados de despesa com a formação, relativamente ao orçamento total (Gráfico 39).

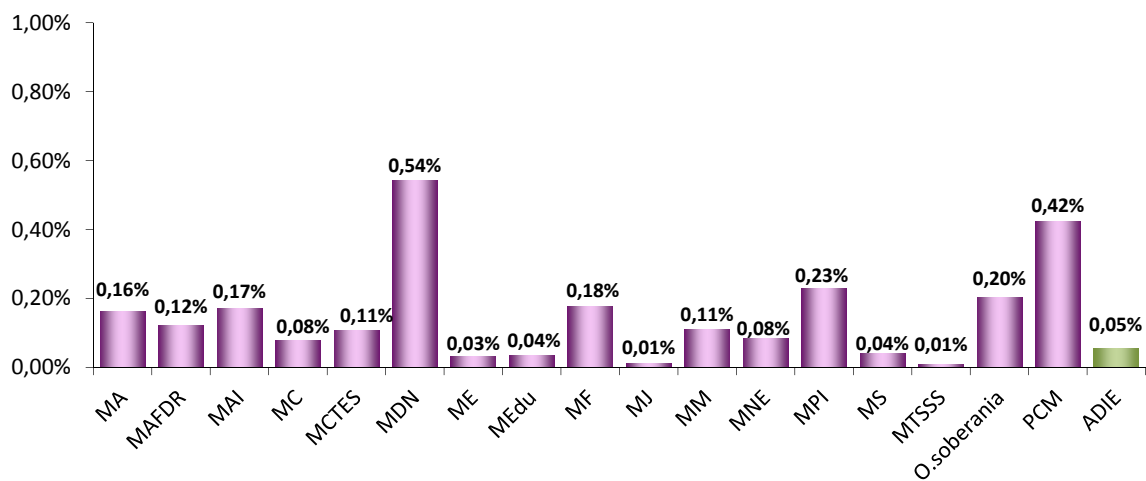


Gráfico 39 - Despesas com formação face aos orçamentos dos serviços, por ministério⁴⁰

5.2. Fontes de financiamento

A principal *fonte de financiamento* da formação continuou a ser, à semelhança dos anos anteriores, o *orçamento do estado*, com 57,5% do total da amostra da AP (2014 – 52,2%), seguido das *receitas próprias* 31,7% (2014 – 29,2%), *financiamento comunitário* 4,6% (2014 - 12,8%) e *outras fontes* 6,2% (2014 – 5,8%)⁴¹. O recurso ao *financiamento comunitário* sofreu um decréscimo de 8,20 p.p. face a 2014.

Quer na ADIE, com a proporção de 62,6%, quer na RAA com a proporção de 68,2%, a principal *fonte de financiamento* da formação continua a ser o *orçamento do estado* (2013 -ADIE 58,6% e RAA 61,3%). Na Administração local, essa configuração é de cariz inverso. As *receitas próprias* continuam a ser na Administração local, a principal fonte de financiamento das atividades formativas atingindo 69,8% (2014 - 57,6%), seguindo-se o *orçamento do estado* 11,9 % (2014 – 15,4%), as *outras fontes* 11,7% (2014 – 6,8%) e por último o *financiamento comunitário* 6,6% (2014 – 20,2%). A Administração local continua a ser o subsetor da administração pública, em que há maior recurso ao *financiamento comunitário* (6,6%), apesar de ter sofrido um acentuado decréscimo de 13,6 p.p. face a 2014 (Gráfico 40).

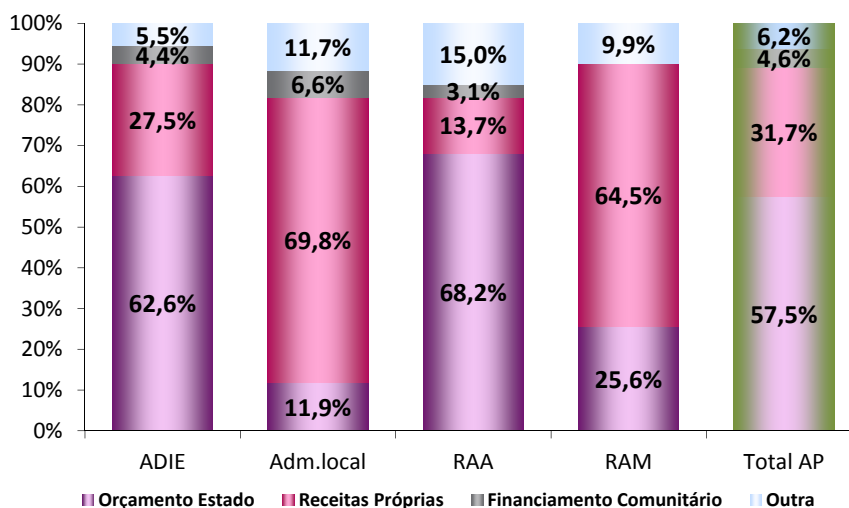


Gráfico 40 - Fontes de financiamento da formação na administração pública

A RAM destaca-se por a formação ser financiada maioritariamente através de *receitas próprias* 64,5%, seguindo-se o *orçamento do estado* 25,6% e o financiamento através de *outras fontes* 9,9%. A RAM não teve financiamento comunitário para a formação no ano de 2015.

⁴¹ Nota: Ver Quadro 8 – Peso das Fontes de Financiamento da formação por subsector de administração, no período (2012-2015) página 56.

Na ADIE o *financiamento da formação* do MDN assenta quase na totalidade no OE (99,2%), mantendo-se a tendência de anos anteriores (2012 - 93,1%; 2013 - 94,6%; 2014 - 98,9%). No MM (76,4%), MAI (73,4%), MA (64,9%), MAFDR (56,1%) e MEdu (51,5%) predomina o financiamento do OE, em relação às restantes fontes de financiamento (representando mais de metade do financiamento total).

O ME tem as *receitas próprias* como principal fonte de financiamento que suportam os encargos com a formação (69,7%). Também o MF (65,3%), o MC (63,6%), o MCTES (56,1%) o MS (55,1%), o MPI (51,6%) se destacam no ano de 2015 por terem as *receitas próprias* como principal fonte de financiamento da formação. O MJ tem as *receitas próprias* como principal fonte de financiamento da formação (49,3%) seguido dos *fundos comunitários* (41,6%).

É de assinalar que no MTSSS o peso das *outras fontes* (40,2%) resulta do recurso a verbas do orçamento da segurança social (Gráfico 41).

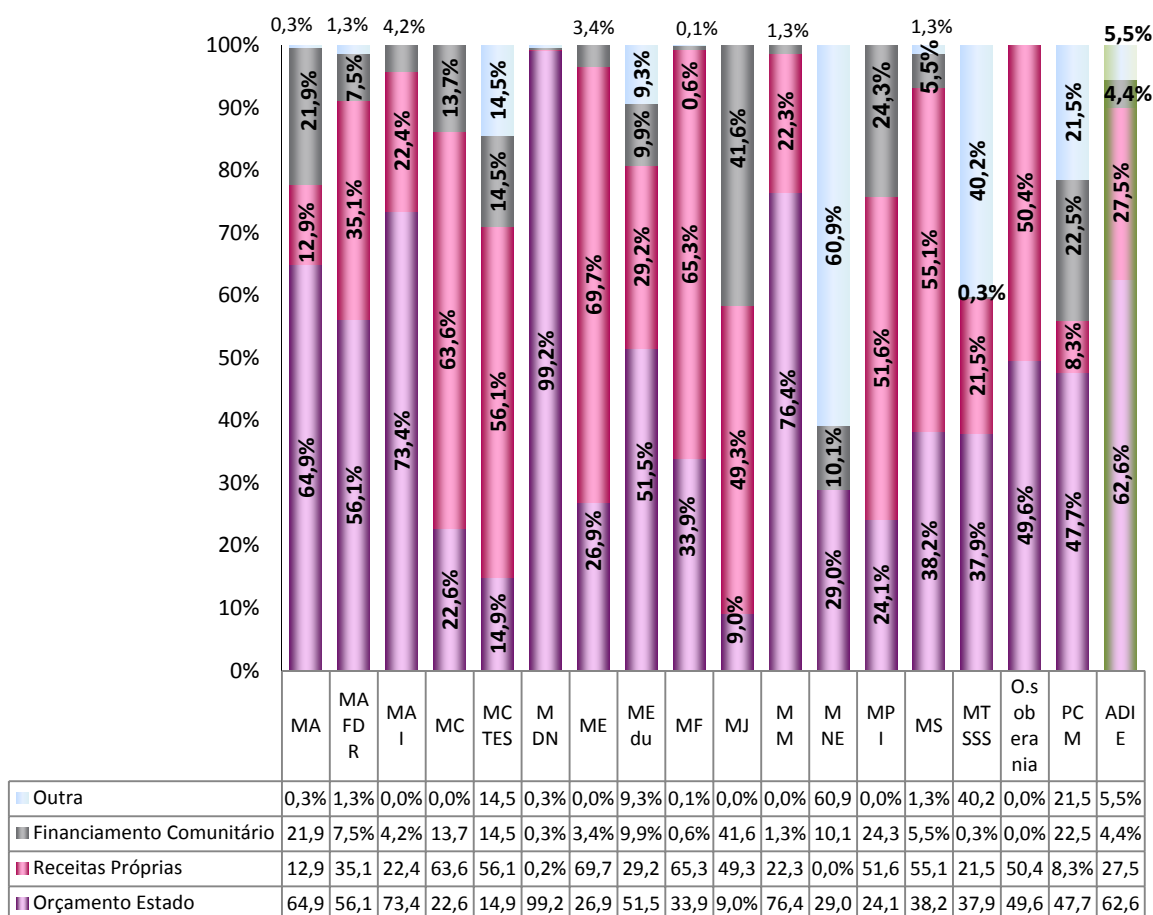


Gráfico 41 - Fontes de financiamento por ministério⁴²

⁴² Nota: Por razões de arredondamento o total pode não corresponder à soma das parcelas.

6. EXECUÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO

Relativamente à execução do *plano de formação* da administração pública⁴³, verifica-se que a taxa de execução das *ações* planeadas, em 2015 foi de 81,9%.

O grau de execução relativo aos *formandos* previstos e aos *encargos* previstos com a formação na AP atingiu 90,6% e 82,4%, respetivamente (Gráfico 42).

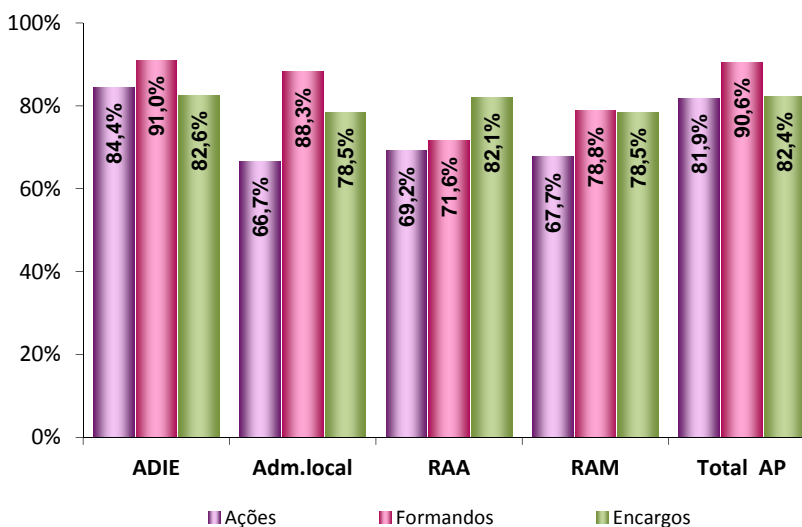


Gráfico 42 - Execução do plano de formação na administração pública

Verifica-se, quer na ADIE, quer na Administração local, quer na RAM, que a taxa de execução do número de *formandos*, em comparação, com a taxa de execução dos *encargos* e com a taxa de execução das *ações* planeadas, é superior.

Na ADIE, o perfil respeitante aos três índices em referência tem uma configuração idêntica, ao do total da administração pública.

Quanto à Administração local, a sequência de ordenação das taxas de execução são semelhantes ao que ocorre ao nível da AP, no entanto apresentam valores inferiores, no tocante à taxa de execução do número de *ações* (66,7%), à taxa de execução do número de *formandos* (88,3%) e à taxa de execução dos *encargos* (78,5%).

⁴³ Estes dados são obtidos através do preenchimento da folha P5 – Indicadores de execução do plano de formação, desde que tenha havido planeamento da formação, nos termos do D.L. nº 50/ 98 de 11 de março (Plano de Formação ou Plano de Frequência de ações de formação)

Fazendo uma análise mais detalhada da ADIE, verificam-se discrepâncias significativas nos graus de execução dos *planos de formação* entre ministérios (Gráfico 43).

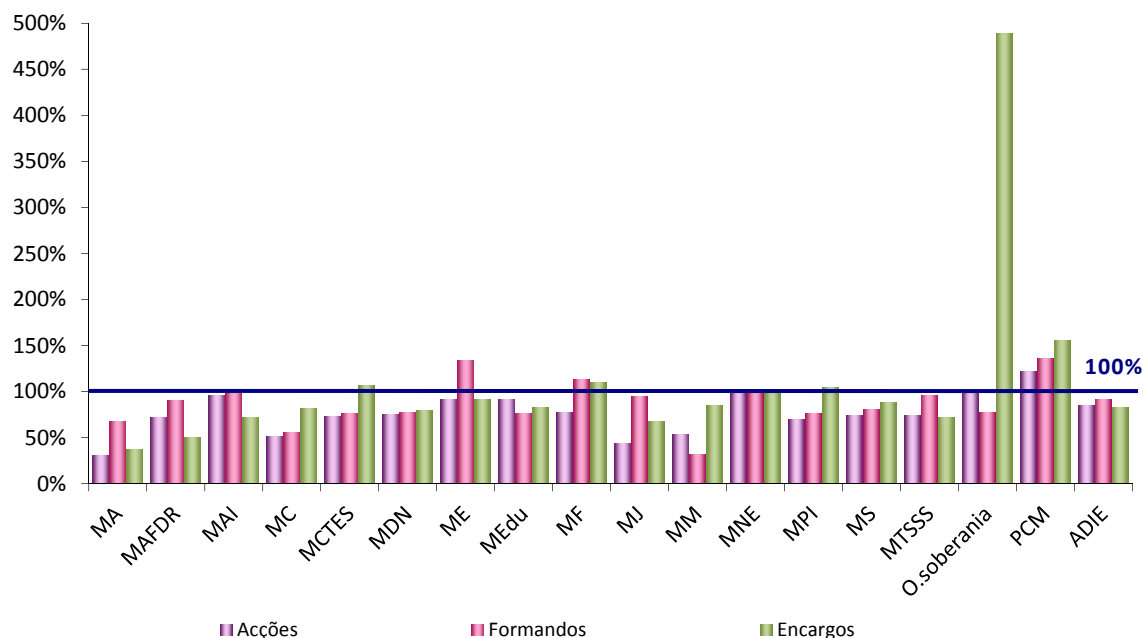


Gráfico 43 - Execução do plano de formação por ministério

No respeitante aos trabalhadores que receberam formação, a maior parte dos ministérios apresenta uma taxa significativamente mais baixa de *formandos* em relação ao que estava previsto, com percentagens abaixo dos 100%. Com percentagens acima dos 100% destacam-se a PCM, o ME e o MF.

Em matéria de *encargos* com a formação não existe homogeneidade entre os ministérios. Com percentagens um pouco acima dos 100% destaca-se o MCTES, o MPI e MF, no entanto, com percentagens mais elevadas surgem a PCM e os Órgãos de Soberania. De realçar que os Órgãos de Soberania apresentam um valor de execução de *encargos* muito elevado (488,6%) relativamente ao planeado, que é justificado por alguns serviços elaborarem plano de formação sem previsão de encargos.

É ainda de salientar, a PCM na medida em que o número de *ações* realizado superou o número de *ações* previsto (121,7%).

7. REGIME DE AUTOFORMAÇÃO

A autoformação corresponde à formação de iniciativa do trabalhador, financiada pelo próprio, de acordo com o disposto no artigoº 24.º do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de Março.

Verifica-se que 56,0% dos serviços não reportaram qualquer participação de trabalhadores em ações ao abrigo do *regime de autoformação* (Gráfico 44). Apesar de ser ainda um valor muito elevado, o mesmo tem vindo a baixar relativamente a anos anteriores (em 2014-56,4%; 2013-56,8%; 2012-57,4%; 2011-58,5%).

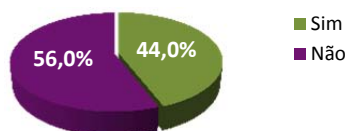


Gráfico 44 - Entidades que reportaram a participação dos trabalhadores em formação em regime de autoformação

Na ADIE, 46,7% das entidades reportaram formação em *regime de autoformação* (em 2014-46,4%) destacando-se o MJ e MNE com 66,7%, logo seguido do MA com 62,5% (Gráfico 45).

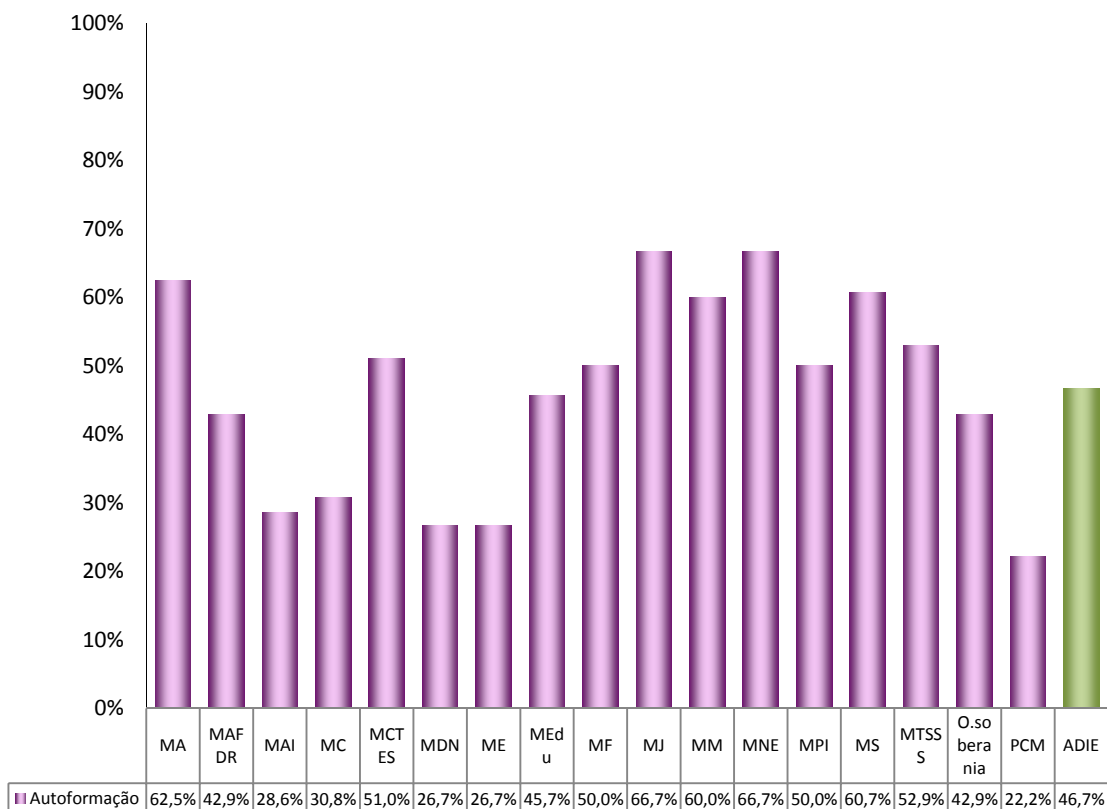


Gráfico 45 – Entidades que reportaram a participação de trabalhadores em formação, em regime de autoformação, por ministério

No total da amostra, apenas 5,1%⁴⁴ dos trabalhadores frequentaram ações de formação ao abrigo do *regime de autoformação* (Gráfico 46), valor idêntico a 2014 (5,2%), (2013-4,8%; 2012-3,9%). Por género, a percentagem de *mulheres* que participaram em ações de formação em *regime de autoformação* atingiu os 6,5% (2013 - 6,3%), sendo a percentagem de participação dos *homens* de 3,3% (2013-2,7%)⁴⁵.

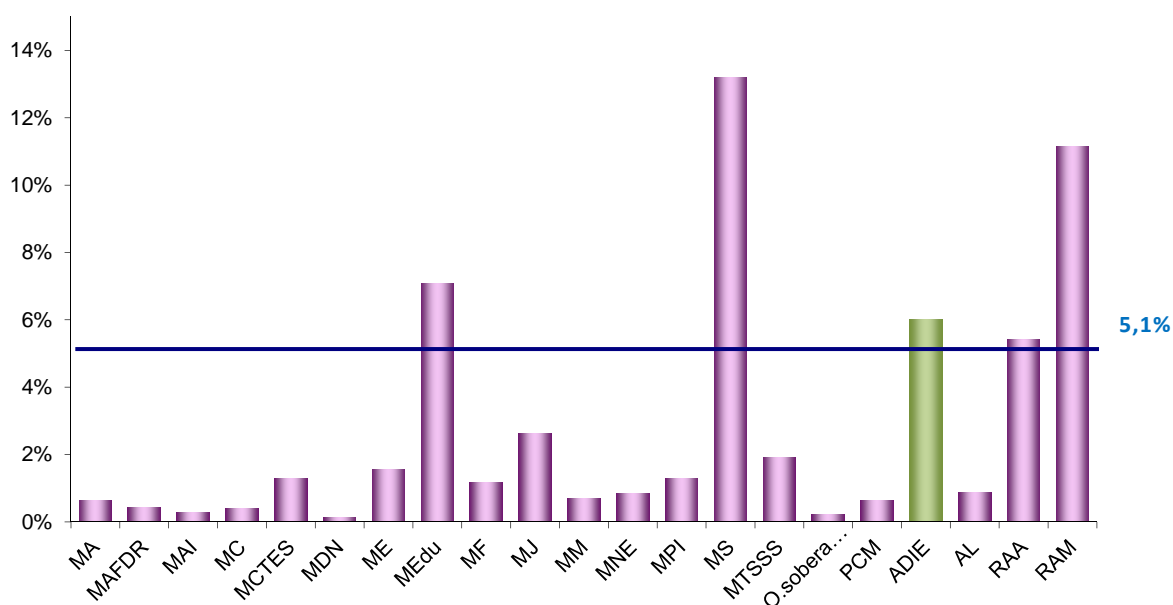


Gráfico 46 – Trabalhadores que participaram em ações de formação em regime de autoformação, por ministério e subsector de administração (%)

Na ADIE a reduzida participação dos trabalhadores em formação ao abrigo deste regime 6,0% (2014-6,1%) apenas é contrabalançada pelo MS e MEdu, respetivamente com 13,2% (2014-12,5%) e 7,1% (2014-6,2%).

Na Administração local a participação dos trabalhadores em formação ao abrigo do *regime de autoformação* corresponde a 0,9% dos trabalhadores (2014-1,4%), na RAA a 5,4% (2014-4,0%) e na RAM a 11,2% (2014-6,6%).

⁴⁴ Rácio entre o número de trabalhadores que participaram em ações de formação profissional, ao abrigo do regime de autoformação (P6) e o número de trabalhadores da amostra (P1).

⁴⁵ Rácio entre o número de mulheres/homens que participaram em ações de formação profissional, ao abrigo do regime de autoformação (P6) e o número de mulheres/homens da amostra (P1).

Relativamente à percentagem dos trabalhadores que participaram em ações de formação em regime de autoformação, por grupo profissional, destacam-se acima dos 5,1%, os grupos: Médico (36,3%), Conservador e Notário (29,0%), Técnico Superior de Saúde (20,9%), Pessoal de Inspeção (11,8%), Técnico de Diagnóstico e Terapêutica (11,1%), Enfermeiro (10,3%) e Educador de Infância e Docentes do Ensino Básico e Secundário (9,2%) (Gráfico 47).

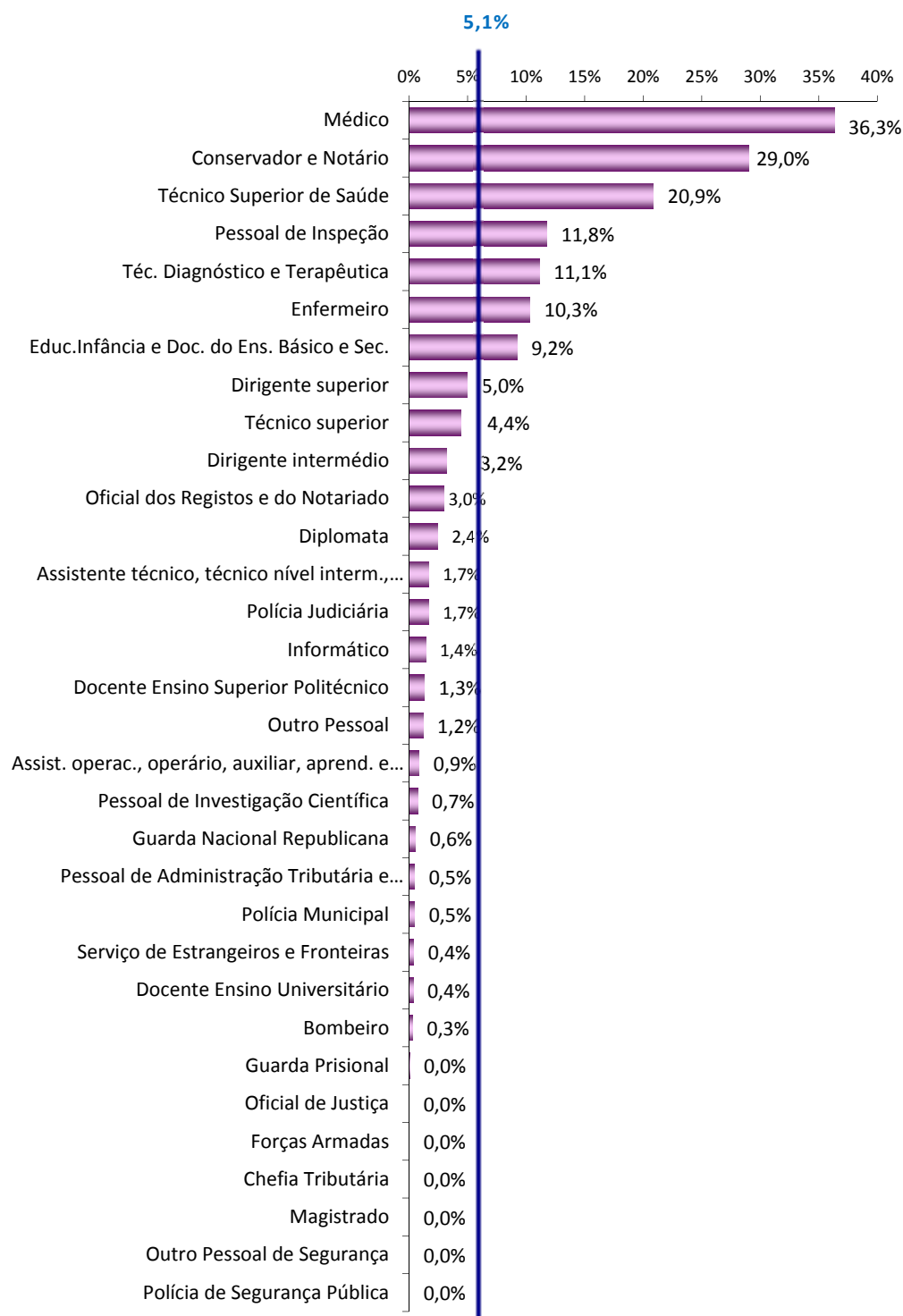


Gráfico 47 – Percentagem de trabalhadores que participaram em ações de formação em regime de autoformação, por grupo profissional (ordem decrescente de % de participação)

No Quadro 5 identificam-se os grupos profissionais da amostra para o total da Administração Pública, com as taxas mais altas de participação em ações de formação em regime de autoformação⁴⁶, no ano de 2015 comparadas com os valores correspondentes no ano de 2014, 2013 e 2012, bem como dos grupos das Carreiras gerais e de Dirigentes, Superiores e Intermédios.

Quadro 5 – Análise comparativa - Número de trabalhadores que participaram em ações de formação em regime de autoformação relativamente ao número de trabalhadores da entidade, por grupos profissionais (%)

Taxas de participação em autoformação	Grupo Profissional	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	Desvios (p. p.) Δ 2015/2014	Desvios (p. p.) Δ 2015/2012
Mais altas (2015)	Médico	23,3	29,7	31,0	36,3	5,30	13,00
	Conservador e Notário	1,6	5,3	25,8	29,0	3,20	27,40
	Técnico Superior de Saúde	25,9	19,5	25,3	20,9	-4,40	-5,00
	Pessoal de Inspeção	8,0	15,1	13,6	11,8	-1,80	3,80
	Tec. Diagnóstico e Terapêutica	7,6	10,8	10,7	11,1	0,40	3,50
	Enfermeiro	6,4	9,2	9,2	10,3	1,10	3,90
	Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Sec	6,8	8,8	9,1	9,2	0,10	2,40
Carreiras gerais	Técnico Superior	5,2	5,6	5,2	4,4	-0,80	-0,80
	Assis. Téc, téc. nível inter, admin.	2,0	2,3	1,8	1,7	-0,10	-0,30
	Assist.oper, operário, auxiliar	0,9	1,1	1,2	0,9	-0,30	0,00
Dirigentes	Dirigentes Superiores	3,8	3,5	4,0	5,0	1,00	1,20
	Dirigentes Intermédios	4,1	4,3	3,0	3,2	0,20	-0,90

Da análise comparativa entre os quatro anos, constata-se que o grupo *Médico*, à exceção do ano de 2012, apresenta as taxas mais altas de participação.

⁴⁶ Rácio entre o número de trabalhadores por grupo profissional que participaram em ações de formação profissional, ao abrigo do regime de autoformação (P6) e o número de trabalhadores da amostra (P1) por grupo profissional.

8. QUADROS COMPARATIVOS

8.1. Dados do ano de 2015

No Quadro 6 apresentam-se os dados do universo e da amostra por subsetor/ministério referentes aos serviços/entidades e trabalhadores, incluídos no estudo do ano de 2015.

Quadro 6 – Dados do ano de 2015, por subsetor/ministério

Subsetor/ Ministério	Nº total de serviços (universo)	Peso relativo dos serviços (amostra) (%)	Nº total de trabalhadores (amostra)	Peso relativo dos trabalhadores (%)	Entidades com formação (%)	Entidades que reportaram custos (%)	Nº total de trabalhadores dos quest. com reporte de custos
Adm. Local	308	99,7	115.185	100,0	97,1	97,7	112.678
RAA	110	77,3	10.015	60,4	94,7	69,0	6.875
RAM	83	83,1	11.936	61,4	91,2	27,4	3.535
ADIE	1.305	87,3	447.230	91,4	97,3	80,3	402.397
MA	8	100	1.388	100,0	100,0	87,5	1.385
MAFDR	14	100	5.708	100,0	100,0	100,0	5.708
MAI	8	100	47.182	100,0	100,0	100,0	47.182
MC	14	92,9	1.950	99,1	92,3	100,0	1.942
MCTES	153	98,7	37.348	100,0	96,9	93,7	36.621
MDN	24	100	34.369	98,1	86,7	100,0	34.356
ME	16	94	2.582	97,1	93,3	100,0	2.557
MEdu	826	80,8	137.269	79,7	97,6	73,4	96.901
MF	10	100	12.398	100,0	100,0	100,0	12.398
MJ ⁽¹⁾	10	90,0	14.514	99,7	100,0	88,9	14.496
MM	5	100	707	100,0	100,0	80,0	686
MNE ⁽²⁾	9	100	2.750	100,0	66,7	100,0	2.682
MPI	12	100	2.387	100,0	100,0	100,0	2.387
MS	108	100	116.893	97,8	98,4	95,0	113.386
MTSSS	21	100	19.712	100,0	100,0	100,0	19.712
O. Soberania ⁽¹⁾	55	100	8.832	70,0	100,0	100,0	8.832
PCM	12	83,1	1.241	97,1	88,9	87,5	1.166
Total AP	1.806	88,6	584.366	94,2	96,8	81,1	525.485

⁽¹⁾ Ver NOTAS METODOLÓGICAS 4.Processo de recolha de dados alínea g)

⁽²⁾ A SG do MNE agregou num único questionário a resposta de 7 entidades. Os 3 questionários rececionados correspondem ao total dos 9 serviços contemplados no universo do MNE (1 questionário refere-se a uma entidade que não teve formação ao longo do ano).

8.2. Análise comparativa (2012-2015)

8.2.1 Análise do volume e custos da formação

Destacamos no Quadro 7 os seguintes dados relativos à formação no período de 2012 – 2015:

- Numero total de trabalhadores da amostra
- Peso relativo dos trabalhadores na amostra
- % de Trabalhadores que participaram em ações de formação
- Volume de Formação
- Horas de Formação por trabalhador
- Custo total com a formação
- Custo por trabalhador
- % de Entidades que reportaram custos

Da análise do conjunto dos dados apurados, observa-se que a representatividade dos trabalhadores incluídos nas amostras recolhidas, para os anos referentes ao período 2012-2015 aumentou 9,2 p.p., e atingiu o valor mais alto, na amostra obtida no ano de 2014 de 95,4%.

Tendo em conta que nem todos os serviços das amostras recolhidas, reportaram informação relativa a custos de formação, observa-se que a percentagem de entidades que remeteram esses elementos tem vindo a crescer e atingiu um aumento de 8 p.p. face 2012.

Constata-se que a percentagem dos trabalhadores da administração pública que participaram em ações de formação, no período de 2012 – 2015, teve flutuações que oscilaram entre o valor mínimo de 40,6% e máximo de 42,2%. No ano de 2015 observou-se um aumento de 0,4 p. p. face a 2012 e em termos homólogos a redução foi de 1,1 p.p.

Segundo os dados apurados ao longo do período de referência, foi no ano de 2012 que se atingiu o maior volume de formação na administração pública (32.267.744 horas), tendo a ADIE contribuído em 93,7% para o valor total, através do forte impacto nos dados globais, do elevado volume de formação, dos efetivos das Forças Armadas. Ao invés foi no ano de 2014 que se atingiu o menor volume de formação (10.274.524 horas). No entanto no ano de 2015 houve um aumento de 13,32% em termos homólogos, e um decréscimo face a 2012, de 63,92%.

Relativamente ao custo total da formação na administração pública no ano de 2015 (30.036.511,55€), observa-se que houve um decréscimo de 2,24% em relação ao ano de 2014 (30.724.434,83€) que no entanto se traduziu por um acréscimo do volume de formação.

Quadro 7 – Volume e custos da formação por subsetor no período (2012-2015)

Subsetor		2012		2013		2014		2015		Δ homóloga 2015/2014		Δ 2015/2012	
		Peso %		Peso %		Peso %		Peso %		Nº	%	Nº	%
Adm.Local	Nº total de trabalhadores (amostra)	110.558	20,0	114.642	19,7	110.014	18,8	115.185	19,7	5.171	4,70	4.627	4,19
RAA		10.971	2,0	9.553	1,6	10.035	1,7	10.015	1,7	-20	-0,20	-956	-8,71
RAM		5.016	0,9	17.299	3,0	14.394	2,5	11.936	2,0	-2.458	-17,08	6.920	137,96
ADIE		426.104	77,1	441.241	75,7	449.931	77,0	447.230	76,5	-2.701	-0,60	21.126	4,96
Total AP		552.649	100,0	582.735	100,0	584.374	100,0	584.366	100,0	-8	-0,001	31.717	5,74
										p.p.		p.p.	
Adm.Local	Peso relativo dos Trabalhadores na amostra (%)	100,0		100,0		100,0		100,0		0,0		0,0	
RAA		74,0		57,9		79,0		60,4		-18,6		-13,6	
RAM		31,0		83,8		71,5		61,4		-10,1		30,4	
ADIE		85,0		88,9		92,9		91,4		-1,5		6,4	
Total AP		85,0		92,1		95,4		94,2		-1,2		9,2	
										p.p.		p.p.	
Adm.Local	Trabalhadores que participaram em ações de formação (%)	31,3		31,7		35,2		30,4		-4,8		-0,9	
RAA		31,5		22,0		24,3		21,0		-3,3		-10,5	
RAM		22,3		31,1		26,8		35,7		8,9		13,4	
ADIE		43,6		43,7		44,8		44,5		-0,3		0,9	
Total AP		40,7		40,6		42,2		41,1		-1,1		0,4	
										p.p.		p.p.	
Adm.Local	Volume de Formação (horas)	1.592.190	4,9	1.307.204	12,4	1.361.492	13,3	705.450	6,1	-656.042	-48,19	-886.740	-55,69
RAA		419.850	1,3	49.232	0,5	61.037	0,6	63.316	0,5	2.279	3,73	-356.534	-84,92
RAM		18.322	0,1	251.417	2,4	86.854	0,8	110.420	0,9	23.566	27,13	92.098	502,66
ADIE		30.237.382	93,7	8.972.271	84,7	8.765.141	85,3	10.763.870	92,4	1.998.729	22,80	-19.473.512	-64,40
Total AP		32.267.744	100,0	10.580.124	100,0	10.274.524	100,0	11.643.056	100,0	1.368.532	13,32	-20.624.688	-63,92
										%		%	
Adm.Local	Horas de Formação por trabalhador	14		11		12		6		-50,00		-57,14	
RAA		38		5		6		6		0,00		-84,21	
RAM		4		15		6		9		50,00		125,00	
ADIE		71		20		19		24		26,32		-66,20	
Total AP		58		18		18		20		11,11		-65,52	
										€		%	
Adm.Local	Custo total (€)	2.959.007,10	10,3	3.185.433,25	7,9	4.406.100,39	14,3	3.002.139,05	10,0	-1.403.961	-31,86	43.132	1,46
RAA		100.297,83	0,4	336.526,84	0,8	353.695,31	1,2	158.135,29	0,5	-195.560	-55,29	57.837	57,67
RAM		21.992,99	0,1	163.288,32	0,4	123.984,97	0,4	47.285,31	0,2	-76.700	-61,86	25.292	115,00
ADIE		25.559.859,67	89,2	36.666.102,46	90,9	25.840.654,16	84,1	26.828.951,90	89,3	988.298	3,82	1.269.092	4,97
Total AP		28.641.157,59	100,0	40.351.350,87	100,0	30.724.434,83	100,0	30.036.511,55	100,0	-687.923	-2,24	1.395.354	4,87
										€		%	
Adm.Local	Custo por trabalhador - amostra (€)	26,76		27,79		40,05		26,06		-13,99	-34,93	-0,70	-2,62
RAA		9,14		35,23		35,25		15,79		-19,46	-55,21	6,65	72,76
RAM		4,38		9,44		8,61		3,96		-4,65	-54,01	-0,42	-9,59
ADIE		59,99		83,10		57,43		59,99		2,56	4,46	0,00	0,00
Total AP		51,83		69,24		52,58		51,40		-1,18	-2,24	-0,43	-0,83
										p.p.		p.p.	
Adm.Local	Entidades que reportaram custos (%)	93		93		94		98		4		5	
RAA		62		53		63		69		6		7	
RAM		30		25		26		27		1		-3	
ADIE		68		73		73		80		7		12	
Total AP		73		75		75		81		6		8	

8.2.2 Análise das fontes de financiamento da formação, por subsetor de administração

O Quadro 8 apresenta o peso de cada fonte de financiamento da formação por subsetor da administração no período de 2012 – 2015.

Através da leitura do quadro pode verificar-se que em todos os anos, a principal *fonte de financiamento da formação* na administração pública, continua a ser o *Orçamento do Estado* que apesar de ter sofrido no ano de 2014 um decréscimo de 12,4 p.p. face a 2013 volta a aumentar em termos homólogos, em 2015 - 5,3 p.p.

Segundo os dados apurados ao longo do período de referência, é de realçar que foi na Administração local que as *receitas próprias* foram a principal fonte de financiamento onde, em média, correspondeu a mais de metade do peso do financiamento da formação, tendo atingido a maior percentagem em 2015 (69,8%).

Constata-se que o peso do *financiamento comunitário* no período de 2012 – 2015, teve oscilações entre os valores de 20,6% e os 4,6%. No ano de 2015 observou-se uma redução de 16 p. p. face a 2012 e em termos homólogos, uma redução de 8,2 p. p.

Na ADIE, verifica-se uma redução de 15,9 p. p. face a 2012 e em termos homólogos uma redução de 7,2 p. p., do peso do *financiamento comunitário*.

Por outro lado, foi a Administração local o subsetor da administração pública em que houve maior recurso, ao *financiamento comunitário* no ano de 2015, apesar da diminuição de 13,6 p.p. face a 2014.

Quadro 8 – Peso das Fontes de Financiamento da formação por subsetor de administração, no período (2012-2015)

Subsetor		2012	2013	2014	2015	Δ homologa 2015/2014	Δ 2015/2012
		(%)	(%)	(%)	(%)	p.p.	p.p.
Adm. Local	Orçamento do Estado (%)	10,6	18,7	15,4	11,9	-3,5	1,3
RAA		88,9	44,8	61,3	68,2	6,9	-20,7
RAM		14,5	13,0	15,2	25,6	10,4	11,1
ADIE		51,4	69,0	58,6	62,6	4,0	11,2
Total AP		47,3	64,6	52,2	57,5	5,3	10,2
		(%)	(%)	(%)	(%)	p.p.	p.p.
Adm. Local	Receitas Próprias (%)	57,7	49,6	57,6	69,8	12,2	12,1
RAA		3,9	19,0	16,6	13,7	-2,9	9,8
RAM		6,9	0,7	1,3	64,5	63,2	57,6
ADIE		23,2	17,7	24,6	27,5	2,9	4,3
Total AP		26,7	20,1	29,2	31,7	2,5	5,0
		(%)	(%)	(%)	(%)	p.p.	p.p.
Adm. Local	Financiamento Comunitário (%)	23,9	21,1	20,2	6,6	-13,6	-17,3
RAA		0,0	30,1	11,2	3,1	-8,1	3,1
RAM		67,8	15,0	5,3	0,0	-5,3	-67,8
ADIE		20,3	8,5	11,6	4,4	-7,2	-15,9
Total AP		20,6	9,7	12,8	4,6	-8,2	-16,0
		(%)	(%)	(%)	(%)	p.p.	p.p.
Adm. Local	Outra (%)	7,8	10,6	6,8	11,7	4,9	3,9
RAA		7,2	6,1	10,9	15,0	4,1	7,8
RAM		10,8	71,3	78,2	9,9	-68,3	-0,9
ADIE		5,1	4,8	5,2	5,5	0,3	0,4
Total AP		5,4	5,6	5,8	6,2	0,4	0,8
		(%)	(%)	(%)	(%)	p.p.	p.p.
Adm. Local	Total Fontes de Financiamento (%)	100,0	100,0	100,0	100,0		
RAA		100,0	100,0	100,0	100,0		
RAM		100,0	100,0	100,0	100,0		
ADIE		100,0	100,0	100,0	100,0		
Total AP		100,0	100,0	100,0	100,0		
		(%)	(%)	(%)	(%)	p.p.	p.p.
Adm. Local	Peso Relativo dos Serviços (amostra) (%)	85,1	93,8	97,7	99,7	2,0	14,6
RAA		73,8	74,2	79,4	77,3	-2,1	3,5
RAM		33,7	75,3	73,6	83,1	9,5	49,4
ADIE		79,2	88,7	90,4	87,3	-3,1	8,1
Total AP		78,0	88,1	90,2	88,6	-1,6	10,6
		(%)	(%)	(%)	(%)	p.p.	p.p.
Adm. Local	Entidades que reportaram Custos e Financiamento (%)	93	93	94	98	4	5
RAA		62	53	63	69	6	7
RAM		30	25	26	27	1	-3
ADIE		68	73	73	80	7	12
Total AP		73	75	75	81	6	8

NOTAS METODOLÓGICAS

1. Âmbito do universo para recolha de dados

Na metodologia de recolha e tratamento de dados foram considerados os seguintes serviços e trabalhadores⁴⁷:

- Órgãos de Soberania;
- Administração direta e indireta do estado (ADIE) - PCM, Ministérios⁴⁸ (entidades da ADE e AIE)
 - Sector da Saúde – Entidades Públicas Empresariais (E.P.E.) do Serviço Nacional de Saúde (SNS) (inclui trabalhadores em exercício de funções independentemente do tipo de contrato que detêm);
 - Universidades incluindo as que têm estatuto de fundação (inclui trabalhadores em exercício de funções independentemente do tipo de contrato que detêm);
 - Instituições sem fins lucrativos: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Casa Pia e Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (inclui trabalhadores em exercício de funções independentemente do tipo de contrato que detêm); e Fundação Inatel.
- Administração regional autónoma da Madeira;
- Administração regional autónoma dos Açores;
- Administração Autárquica (apenas câmaras);

Não foram considerados, os seguintes serviços:

- Gabinetes de membros dos Governos (Central e Regional);
- Entidades reguladoras;
- Empresas;
- Entidades Públicas Empresariais;
- Instituições sem fins lucrativos;
- Fundos Autónomos;
- Freguesias;
- Assembleias distritais, associações de municípios e comunidades intermunicipais;
- Assembleia e Presidência da República.

O universo das administrações públicas (nas óticas de contas nacionais e jurídica) é diferente do considerado para o RAF.

⁴⁷ Fontes: DGAEP – SIOE (dados disponíveis em 02-02-2016); DGAEP/DEEP.

⁴⁸ Atualização de dados (ministérios) devido ao novo regime de organização e funcionamento na Administração Central decorrente da Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional – Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro.

Apresenta-se no Quadro 9 o resumo do âmbito do universo de referência do RAF 2015:

Quadro 9 - Universo RAF 2015 (trabalhadores - relação jurídica de emprego e serviços)

Quadro 9 - Universo RAF 2015 (trabalhadores - relação jurídica de emprego e serviços)	
Integra	<ul style="list-style-type: none"> • Órgãos de Soberania; • ADIE – PCM, Ministérios (serviços da ADE e AIE); • Sector da Saúde – Entidades Públicas Empresariais (E.P.E) do Serviço Nacional de Saúde (SNS) (independentemente do tipo de contrato que detêm); • Universidades incluindo as que têm estatuto de Fundação (independentemente do tipo de contrato que detêm); • Instituições sem fins lucrativos: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Casa Pia e Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (inclui trabalhadores em exercício de funções independentemente do tipo de contrato que detêm); Fundação Inatel; • Administração Regional Autónoma; • Administração Autárquica (apenas câmaras).
N/ Integra	<ul style="list-style-type: none"> • Gabinetes de membros dos Governos (Central e Regional); • Entidades Reguladoras; • Empresas; • Entidades Públicas Empresariais fora do SNS (Central e Regionais); • Assembleia e Presidência da República; • Instituições sem fins lucrativos; • Fundos Autónomos; • Freguesias, assembleias distritais, associações de municípios e comunidades intermunicipais; • Entidades Administrativas Independentes, Órgãos Consultivos e Estruturas de Missão (1).

Nota: Emprego de acordo com o universo de referência do Relatório de Atividades de Formação (RAF). O universo das administrações públicas (nas óticas de contas nacionais e jurídica) é diferente do considerado para o RAF.

(1) Analisado e validado por subsector/ministério com o respetivo interlocutor.

O emprego no setor das administrações públicas em 31 de dezembro de 2015 revelou um aumento global de 0,4% em relação a 31 de dezembro de 2014, para este comportamento contribui essencialmente o subsector da administração central o qual representa 76,2% dos postos de trabalho no setor das administrações públicas. Em 2015, e à semelhança dos últimos anos, a passagem à situação de reforma/aposentação constitui o principal motivo de saída definitiva de trabalhadores ⁴⁹.

Embora a definição do universo dos trabalhadores/serviços a abranger no universo de referência do Relatório de Atividades de Formação (RAF) seja diferente do considerado para o universo das administrações públicas (nas óticas de contas nacionais e jurídica) o aumento no emprego no setor das administrações públicas em 31 de dezembro de 2015 em conjunto com os ajustamentos e opção de inclusão de entidades que não foram consideradas no RAF de 2014, justifica o aumento do número de trabalhadores considerados no universo do RAF 2015 face a 2014.

ANO	Homens	Mulheres	Total AP
2014	246.015	366.557	612.572
2015	246.458	373.790	620.248

Quanto ao âmbito de serviços a abranger no universo, houve no total uma pequena redução no número de serviços (-0,71%).

UNIVERSO - SERVIÇOS					
ANO	ADIE	AL	RAA	RAM	Total AP
2014	1.317	308	107	87	1.819
2015	1.305	308	110	83	1.806

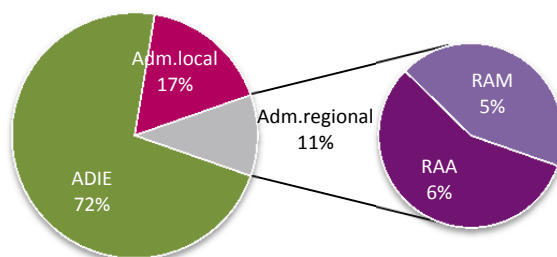
À semelhança dos anos anteriores, procedeu-se a ajustamentos ao nível das Entidades Administrativas Independentes, Órgãos Consultivos e Estruturas de Missão por validação dos interlocutores dos subsectores/ministérios em que as entidades se integram.

⁴⁹ Fonte: BOEP- Boletim Estatístico do Emprego Público Nº 14 (junho 2016). O BOEP divulga dados, indicadores e análises estatísticas sobre emprego público, no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho. A informação disponibilizada no boletim centra-se no universo de entidades que compõem o setor das administrações públicas na ótica de contabilidade nacional e no conjunto das empresas e demais entidades públicas ou maioritariamente participadas pelo setor público que compõem os subsectores das sociedades financeiras e não financeiras públicas, consistente com o respetivo universo definido pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P..

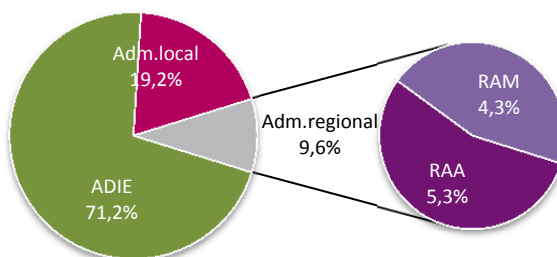
Também na RAA, e de acordo com o interlocutor, não foram integradas no universo as Entidades Públicas (E.P.E.) do SNS e, apenas, consideram-se 19 Estruturas Atípicas das 45 iniciais.

De seguida apresentam-se os gráficos com o peso das entidades no **universo** e na **amostra** RAF da AP por subsetor de administração.

universo



amostra

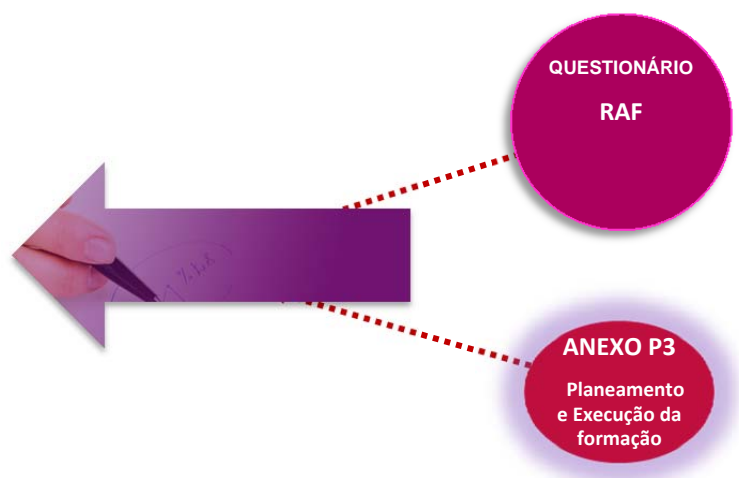


2. Instrumentos de recolha de dados

O processo de recolha e registo dos dados integra **dois ficheiros**⁵⁰ distintos que são submetidos *online* em simultâneo e que no conjunto suportam a informação necessária à elaboração do Relatório Anual das Atividades da Formação (RAF 2015):

- O Questionário RAF;
- O Anexo P3, para ser preenchido por cada entidade, na perspetiva da formação profissional (planeada ou não) realizada pelos seus trabalhadores, **desde que tenha havido formação profissional realizada** no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015 estando disponível no início do ano de 2015.

⁵⁰ Ver ANEXOS III e IV



Os ficheiros estão organizados de acordo com as designações e estrutura do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) instituído pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. Sendo o SIOE um sistema de recolha e disponibilização de informação de caracterização organizacional de serviços e entidades no âmbito das administrações públicas em contas nacionais e respetivos recursos humanos, todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, regiões autónomas, autarquias locais e outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais, para cumprimento do disposto na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, devem inserir os dados dos respetivos recursos humanos no Sistema de Informação da Organização do Estado.

Estrutura dos ficheiros

➤ Questionário RAF

O questionário está dividido em folhas (P1, P2, P4, P5 e P6):

Folha P1 - Número de trabalhadores da entidade por cargo/carreira/grupo e género;

Folha P2 - Número de trabalhadores da entidade que participaram em ações de formação profissional por cargo/carreira/grupo e género;

Folha P4 – Encargos com a formação, pessoal e orçamento da entidade;

Folha P5 – Indicadores de execução do Plano de Formação;

Folha P6 – Número de trabalhadores da entidade que participaram em ações de formação profissional, por cargo/carreira/grupo e género ao abrigo do regime de autoformação.



As folhas P2 a P6 só ficarão visíveis, se responder Sim à pergunta da linha 59 na folha P1:
"Houve formação durante o ano em análise?"

54 TOTAL

55

56 Na orgânica da entidade existe uma unidade para a área da formação? Não

57 A unidade ministra formação para o exterior? Não

58 Foi elaborado plano de formação para o ano a que corresponde este relatório? Não

59 Houve formação durante o ano em análise? Não

60

61 Observações:

62

63

64

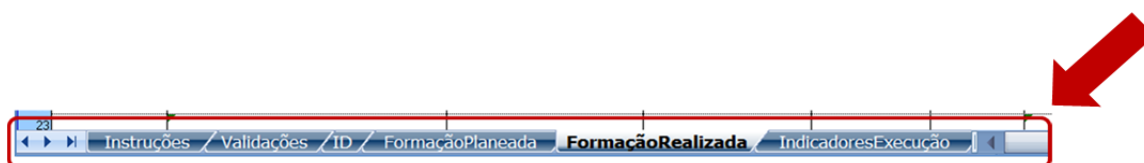
65

66

67

➤ Anexo P3 (i – RAF)

- Ações Planeadas
- Ações Realizadas
- Cálculo Automático dos Indicadores de Execução da Formação



Os serviços, poderiam apenas preencher os dados relativos a **Ações de formação profissional realizadas**. No entanto, um dos benefícios resultantes de preencher também

os dados relativos às ações planeadas é a obtenção de forma automática de todos os Indicadores de Execução da Formação.

Verificou-se que 60% dos serviços que preencheram o Anexo P3, preencheram os dados relativos a **Ações de formação profissional planeadas**.

Situações específicas

Para os serviços que tenham **aplicações de gestão da formação** que contemplem os dados recolhidos no Anexo P3 (i-RAF), foi possível substituir o preenchimento manual por exportação de dados. Os interessados deveriam contactar o INA diretamente, ou através do respetivo interlocutor, para análise e decisão sobre esta solução.

Foram 56 entidades que optaram pelo Anexo P3 (i-RAF) automático, representando 26% do total dos trabalhadores da amostra.

3. Guias de preenchimento

Foram atualizados os Guias de preenchimento para o Questionário e Anexo P3 (i-RAF) e disponibilizados no *site*, com instruções para o registo da informação sobre a formação profissional dos trabalhadores de cada entidade e onde se integrou um glossário de conceitos.

O Anexo P3 é para ser preenchido por cada entidade, na perspetiva da formação profissional (planeada ou não) realizada pelos seus trabalhadores, desde que tenha havido formação profissional realizada no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

No caso de não ter havido formação profissional realizada pelos trabalhadores no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro:

- A entidade preencheu apenas o Questionário RAF mas unicamente a folha P1;
e
- A entidade não entregou o Anexo P3.

Nessa circunstância o Questionário terminou na folha P1 e as entidades apenas enviaram o Questionário, não tendo de entregar o Anexo P3.

Nestes casos, as entidades deveriam também inscrever a justificação no campo «Observações»: «Não houve formação profissional realizada pelos trabalhadores no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.»

	A	B	C	D	E	F
1	RELATÓRIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE 2015					Pág. Seguinte Imprimir
32	Cargo/ Carreira/ Grupo	Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Sec.				
33		Pessoal de Inspeção				
34		Médico				
35		Enfermeiro				
36		Téc. Diagnóstico e Terapêutica				
37		Técnico Superior de Saúde				
38		Chefia Tributária				
39		Pessoal de Administração Tributária e Aduaneira				
40		Conservador e Notário				
41		Oficial dos Registos e do Notariado				
42		Oficial de Justiça				
43		Forças Armadas				
44		Polícia Judiciária				
45		Polícia de Segurança Pública				
46	Guarda Nacional Republicana					
47	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras					
48	Guarda Prisional					
49	Outro Pessoal de Segurança					
50	Bombeiro					
51	Polícia Municipal					
52	Outro Pessoal					
54	TOTAL					
56	Na orgânica da entidade existe uma unidade para a área da formação? Não <input type="checkbox"/>					
57	A unidade ministra formação para o exterior? Não <input type="checkbox"/>					
58	Foi elaborado plano de formação para o ano a que corresponde este relatório? Não <input type="checkbox"/>					
59	Houve formação durante o ano em análise? Não <input type="checkbox"/>					
61	Observações:					
62	Não houve formação profissional realizada pelos trabalhadores no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015					
63						
64						
65						
66						
67						

4. Processo de recolha de dados

A rede de interlocutores criada no ano de 2011 é atualizada anualmente, tendo sido a última atualização efetivada no início do ano de 2016.

À semelhança dos anos anteriores, realizou-se a Reunião Anual da Rede RAF no início do ano de 2016, uma reunião com todos os interlocutores que participaram no RAF 2014 para conhecimento da informação disponibilizada no relatório, bem como para planeamento das ações para a produção do RAF 2015.

a) Oficiaram-se os serviços da AP com competência em matéria de gestão de recursos humanos, no sentido de:

- Validação das entidades a considerar no âmbito do Universo RAF 2015;
- Divulgação do preenchimento dos ficheiros e respetivo envio ao INA.

b) Os serviços considerados foram:

- Serviços de Apoio aos Órgãos de Soberania;
- Secretarias-Gerais da PCM e ministérios;
- Direção Geral da Administração Escolar;
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- DGAL (para os serviços da Administração local - câmaras);
- DROAP (para os serviços da região autónoma da Açores);

- DRAPMA (para os serviços da região autónoma da Madeira).

Sublinhamos o elevado envolvimento de todos os serviços referidos patente na promoção da divulgação e cumprimento dos prazos, preenchimento e envio dos questionários, bem como veiculando pedidos de insistências do INA junto dos serviços em falta.

c) Complementarmente aos e-mails referidos foram expedidos e-mails para os serviços envolvidos, utilizando em casos específicos (municípios, saúde, estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário e instituições do ensino superior) a base de dados das entidades que responderam ao RAF em 2014. Nesta base de dados consta a identificação do responsável pela informação, Nome, cargo, telefone e e-mail.

No entanto, continuou a alimentar-se as diligências junto dos municípios através de contactos telefónicos diretos que se traduziu num aumento de 98% para 99,7% de serviços continuando a ser a Administração Autárquica o subsetor com maior taxa de resposta.

Também, relativamente à taxa de cobertura da amostra da *distribuição dos trabalhadores por subsetor da administração*, constata-se que a Administração local é a mais representada atingindo os 100% (Gráfico 4). Este valor pode ser explicado pela elevada taxa de resposta das autarquias em que, nalguns casos, os serviços reportaram um número de funcionários superior ao que consta no SIOE (dados relativos a 31/12/2015).

É de realçar a continuação do esforço conjunto e colaboração, quer das entidades incluídas no grupo das instituições do ensino superior com uma taxa de resposta de 100%, (2014 – 100%; 2013 - 100%; 2012 - 78%), quer das entidades incluídas no grupo dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário, com uma taxa de resposta de 80,44 % (2014 – 86%, 2013 - 78%; 2012 - 65%), tendo contribuído também para este resultado o empenho da DGAE e da DGEstE.

A administração regional autónoma atingiu uma taxa de resposta de 77,3% na RAA (2014 – 79%, 2013 e 2012 - 74%) e de 83,1% na RAM (2014- 74%, 2013 – 75%; 2012 - 34%) sendo de destacar, o empenhamento quer da DROAP quer da DRAPMA na promoção da divulgação e preenchimento dos ficheiros junto dos serviços.

d) Validação da Informação

Ambos os ficheiros contêm uma folha de «Validações» resultante de um conjunto de regras pré-estabelecidas que serve para alertar, sempre que se verifique falta de preenchimento de dados obrigatórios ou se registre inconsistências entre os dados.

➤ Questionário RAF

Total de Alertas		8
VALIDAÇÃO DO PREENCHIMENTO		
Alertas no preenchimento da folha P1	Nº de Alertas	Ação
Há campos que não estão preenchidos	6	Preencha os campos assinalados com *
O endereço de correio electrónico não está preenchido ou não está escrito correctamente	1	Corrija
Não preencheu o Quadro 1	1	Preencha o número de trabalhadores do Quadro 1
Alertas no preenchimento da folha P2		
Nas linhas com *, existem mais trabalhadores em formação que os declarados no Quadro 1	0	Verifique se está correto.
Não preencheu o Quadro 2	0	
Alertas no preenchimento da folha P4		
Falta a descrição de outros financiamentos	0	
O total de despesa e o total de financiamento não coincide	0	
Os encargos totais com pessoal (4.3) não podem exceder o orçamento executado (4.4)	0	
Alertas no preenchimento da folha P5		
Alertas no preenchimento da folha P6		
Nas linhas com *, existem mais trabalhadores em formação que os declarados no Quadro 2	0	

Sempre que aparecer o carater «», à direita de um campo, significa que o campo não está preenchido, ou está preenchido incorretamente. A folha de Validações serve para ajudar a localizar essas situações

RELATÓRIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE 2015

Ano a que se refere o questionário: 2015

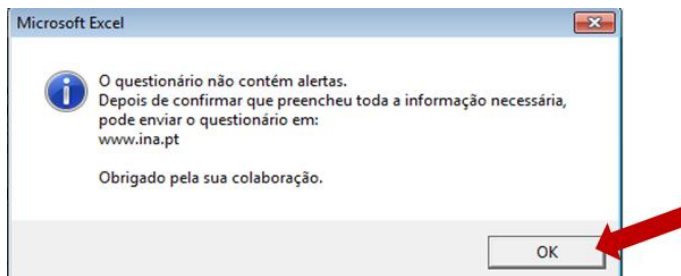
Identificação da Entidade
 Inira apenas o Código SIOE (*) e verifique a Identificação da Entidade
 Orgão de Soberania/Ministério/Adm. Local/Adm. Reg. Autónoma
 Entidade
 Número de Identificação de Pessoa Colectiva - NIPC
 (*) Código SIOE
 Consultar o código SIOE em: <http://www.sioe.dgaep.gov.pt>

Identificação do responsável pelo preenchimento
 Nome
 Cargo
 Telefone
 E-mail

1- Número de trabalhadores da entidade por cargo/carreira/grupo e género

Quadro 1	Género		Total
	F	M	
Dirigente superior			
Dirigente intermédio			
Técnico superior			
Assistente técnico, técnico nível interm., administrativo			
Assst. operac., operário, auxiliar, aprend. e pratic.			
Informático			
Magistrado			
Diplomata			
Pessoal de Investigação Científica			
Docente Ensino Universitário			
Docente Ensino Superior Politécnico			
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Sec.			
Pessoal de Inspeção			
Médico			
Enfermeiro			
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			
Técnico Superior de Saúde			
Chefia Tributária			

No fim do preenchimento do questionário e depois da verificação da inexistência de erros na folha de validações, quando se guarda o documento surge a mensagem:



➤ **Anexo P3 (i – RAF)**

Total de Alertas		
VALIDAÇÃO DO PREENCHIMENTO	Nº de Alertas	Ação
Alertas no preenchimento da folha ID	9	
Há campos que não estão preenchidos	8	Preencha os campos assinalados com «
O endereço de correio electrónico não está preenchido ou não está escrito correctamente	1	Corrija
Alertas no preenchimento da folha Formação Planeada	0	
Há linhas com o preenchimento incompleto ou incorreto	0	
Alertas no preenchimento da folha Formação Realizada	0	
Há linhas com o preenchimento incompleto ou incorreto	0	

Ministério das Finanças

P3-AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DESENVOLVIDAS
ANEXO AO RELATÓRIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE 2015

Ano a que se refere o questionário: 2015

Identificação da Entidade

Orgão de Soberania/Ministério/Adm. Local/Adm. Reg. Autónoma:

Entidade:

Número de Identificação de Pessoa Coletiva - NIPC (*):

Código SIOE:

Consultar o código SIOE em: <http://www.sioe.dgaep.gov.pt>

Identificação do responsável pelo preenchimento

Nome:

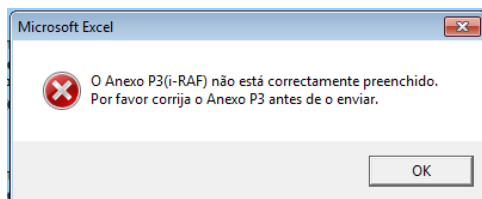
Cargo:

Telefone:

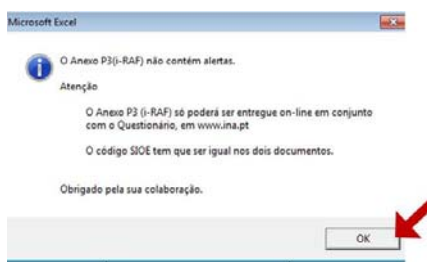
E-mail:

Observações:

No fim do preenchimento do Anexo P3, quando se fechar a folha se existirem erros, irá aparecer a seguinte mensagem:



Se o Anexo P3 estiver devidamente preenchido, quando se fechar a folha irá aparecer a seguinte mensagem:



É também efetuada a validação da informação reportada nos ficheiros através da análise das tendências homólogas, controlo de *outliers* e contacto de entidades no sentido de obter os dados em falta ou correções necessárias.

e) Prazo de recolha de dados

Nos termos do n.º1 do artigoº 22.º do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de março, os serviços da administração pública que realizem planos e ações de formação ou planos de frequência de ações de formação devem elaborar anualmente relatórios de atividades que contenham as ações desenvolvidas e o balanço dos resultados obtidos e enviá-los, até ao dia 15 de abril de cada ano, ao órgão coordenador.

O prazo de resposta dos 2 ficheiros (Questionário e Anexo P3) para a produção do RAF 2015, decorreu de 9 de março a 16 de maio de 2016.

No período de entrega do Questionário RAF 2015 os dois ficheiros (Questionário e i-RAF) só podem ser entregues *online* em conjunto e o código SIOE no nome a atribuir tem que ser igual nos 2 documentos.

Exemplo relativo ao INA em 2015

Nome a atribuir ao **Questionário RAF**

RAF-AAAA-CCCCCCCC.xlsm

RAF-2015-875780331.xlsm

Nome a atribuir ao **Anexo P3 (i-RAF)**

P3-AAAA-CCCCCCCC.xlsm

P3-2015-875780331.xlsm

f) Apoio aos serviços

Durante o período da recolha de dados, o INA assegurou o esclarecimento de dúvidas sobre o preenchimento dos ficheiros e o controlo regular dos níveis de resposta dos serviços.

Foram disponibilizados no *site* do INA, formulários para pedidos de esclarecimento e dúvidas e para o envio dos ficheiros, bem como um conjunto de FAQs organizadas, consoante tratem-se de FAQ do Questionário ou do Anexo P3.

g) Tratamento da Informação

O questionário da DGAJ englobou os colaboradores em exercício de funções no âmbito da missão à data de 31 de dezembro de 2015 (7.716). Afere-se⁵¹ que a grande maioria dos recursos humanos geridos por esta Direção Geral situa-se ao nível dos tribunais onde se encontram 96% dos seus trabalhadores, dos quais 92% são oficiais de justiça e 4% trabalhadores em regime geral. Os trabalhadores em exercício de funções nos serviços centrais da DGAJ representam 4% do total.

Deste modo, à semelhança do que vem sendo feito em anos anteriores, os dados apresentados nos ficheiros da DGAJ (englobam em conjunto a informação dos trabalhadores dos serviços centrais da DGAJ e dos tribunais) são considerados para os valores da base de dados, no âmbito dos Órgãos de Soberania.

5. Dados e indicadores solicitados aos serviços

Foram solicitados os seguintes dados:

➤ Questionário RAF

- Identificação da entidade através da Inserção do **código SIOE** e verificação de todos os dados da «Identificação da Entidade»: subsector de administração, códigos NIPC e SIOE;
- Identificação do responsável pelo preenchimento, nível e atividade da unidade de formação;
- Caracterização dos trabalhadores afetos ao serviço e dos trabalhadores que participaram em ações de formação, por cargo, carreira, grupo e género;
- Encargos com a formação, pessoal e orçamento da entidade — despesas anuais com formação, fontes de financiamento, encargos totais com pessoal e orçamento executado da entidade;

⁵¹ Fonte: Balanço Social 2014 da Direção Geral da Administração da Justiça (pag.11)

- Indicadores de execução do plano de formação, referentes a ações, formandos e custos; número de ações realizadas mas não planeadas - extra-plano;
- Caracterização dos trabalhadores que participaram em ações de formação por cargo, carreira, grupo e género, ao abrigo do regime de autoformação.

➤ Anexo P3 (i – RAF)

- Caracterização das ações de formação profissional **planeadas** por área de formação, modalidade, tipo e duração de ações, volume de formação, custos, tipo de horário, regime de formação, formandos e entidade formadora;

Desde que tenha havido planeamento da formação, nos termos do DL nº 50/98 de 11 de Março:

- Plano de Formação;
- ou
- Plano de Frequência de ações de formação.
- Caracterização das ações de formação profissional **realizadas** por área de formação, modalidade, tipo e duração de ações, volume de formação, custos, tipo de horário, regime de formação, formandos e entidade formadora;

Nota final:

O processo de recolha de dados ocorreu em condições normais, tendo sido desenvolvida uma intensa atividade de apoio aos serviços na fase de preenchimento dos ficheiros, traduzida na satisfação e adesão significativas, nomeadamente através de elevados níveis de resposta dos serviços integrantes da administração direta e indireta do estado, administração local e regiões autónomas, tendo sido recebidos 1.420 questionários (não ocorreram situações de questionários sem tratamento).

- Relatório RAF 2011 - Suportou-se em 1.215 questionários, representativos de 1.783 serviços, 518.318 trabalhadores e representou 81,8% do total de trabalhadores.
- Relatório RAF 2012 - Suportou-se em 1.237 questionários, representativos de 1.732 serviços, 552.649 trabalhadores e representa 85,4% do total de trabalhadores.
- Relatório RAF 2013 - Suportou-se em 1.371 questionários, representativos de 1.896 serviços, 582.735 trabalhadores e representa 92% do total de trabalhadores.

- Relatório RAF 2014 - Este relatório suporta-se em 1.444 questionários, representativos de 1.640 serviços, 584.374 trabalhadores e representa 95,4% do total de trabalhadores.
- Relatório RAF 2015 - Este relatório suporta-se em 1.420 questionários, representativos de 1.600 serviços, 584.366 trabalhadores e representa 94,21% do total de trabalhadores.

ANEXOS

ANEXO I

Tabela de Indicadores

ina



DIREÇÃO-GERAL DA QUALIFICAÇÃO
DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS 6

Tabela de Indicadores

Nº Indicador		formula de cálculo	2015	2014	2013	2012
Universo						
1	Universo geral de serviços		1.806	1.819	2.153	2.220
2	Universo de trabalhadores da Administração Pública		620.248	612.572	632.563	646.972
3	Nº de trabalhadores do sexo feminino no universo		373.790	366.557	377.360	385.184
4	Nº de trabalhadores do sexo masculino no universo		246.458	246.015	255.203	261.788
Amostra						
5	Nº total de relatórios recebidos		1.420	1.444	1.371	1.237
6	Nº de serviços abrangidos		1.600	1.640	1.896	1.732
7	Nº de trabalhadores		584.366	584.374	582.735	552.649
8	% da amostra no universo nos trabalhadores da AP	$= (7)/(2) * 100$	94,21%	95,40%	92,12%	85,42%
9	Nº de trabalhadores do sexo feminino na amostra		347.343	348.704	341.287	315.698
10	Nº de trabalhadores do sexo masculino na amostra		237.023	235.670	241.448	236.951
11	% de mulheres na amostra	$= (9)/(7) * 100$	59,40%	59,67%	58,57%	57,12%
12	% de homens na amostra	$= (10)/(7) * 100$	40,60%	40,33%	41,43%	42,88%
Trabalhadores em Formação						
13	Nº de total de trab. que participaram em ações de formação		240.451	246.543	236.679	224.797
14	% de trab. que participaram em ações de formação	$= (13)/(7) * 100$	41,15%	42,20%	40,62%	40,68%
15	Nº de trabalhadores em ações do sexo feminino		147.042	148.741	139.621	126.178
16	Nº de trabalhadores em ações do sexo masculino		93.409	97.802	97.058	98.699
17	% de trab.sexo fem. que participaram em ações de formação (T trab amostra formação)	$= (15)/(13) * 100$	61,15%	60,33%	58,99%	56,13%
18	% de trab.sexo masc. que participaram em ações de formação (T trab amostra formação)	$= (16)/(13) * 100$	38,85%	39,67%	41,01%	43,91%
19	rácio entre nº de mulheres em ações e o nº total mulheres da amostra	$= (15)/(9) * 100$	42,30%	42,70%	40,91%	39,97%
20	rácio entre nº de homens em ações e o nº total homens da amostra	$= (16)/(10) * 100$	39,40%	41,50%	40,20%	41,65%
21	Nº de total de trab em ações de autoformação		29.765	30.385	27.915	21.358
22	% de trabalhadores em ações de autoformação	$= (21)/(7) * 100$	5,1%	5,2%	4,8%	3,9%
23	Nº de total de trab sexo feminino em ações de autoformação		22.415	22.528	21.379	15.674
24	Nº de total de trab sexo masculino em ações de autoformação		7.350	7.857	6.536	5.684
25	% trab.sexo fem. que participaram em ações de autoformação (T trab amostra formação)	$= (23)/(21) * 100$	75,31%	74,14%	76,59%	73,39%
26	% de trab.sexo masc. que participaram em ações de formação (T trab amostra formação)	$= (24)/(21) * 100$	24,69%	25,86%	23,41%	26,61%
27	rácio entre nº de mulheres em ações autoformação e o nº total mulheres da amostra	$= (23)/(9) * 100$	6,50%	6,46%	6,26%	4,96%
28	rácio entre nº de homens em ações autoformação e o nº total homens da amostra	$= (24)/(10) * 100$	3,10%	3,33%	2,71%	2,40%
Caracterização dos Serviços						
29	% de serviços em relação ao universo	$= (6)/(1) * 100$	88,59%	90,16%	88,06%	78,02%
30	% de serviços com unidades de formação		20,92%	21,68%	23,34%	23,50%
31	% de serviços que ministram formação para o exterior		6,34%	6,65%	7,00%	6,20%
32	% de serviços que elaboram plano de formação		43,10%	40,58%	43,54%	42,80%
33	% de serviços que não elaboram plano de formação		56,90%	59,42%	56,46%	57,20%
34	Nº serviços sem autoformação		795	815	779	710
35	% serviços sem autoformação		55,99%	56,40%	56,82%	57,40%
36	Nº serviços com autoformação		625	629	592	527
37	% serviços com autoformação		44,01%	43,56%	43,18%	42,60%
38	% serviços em que os trabalhadores não tiveram formação		3,2%	2,8%	3,5%	3,6%

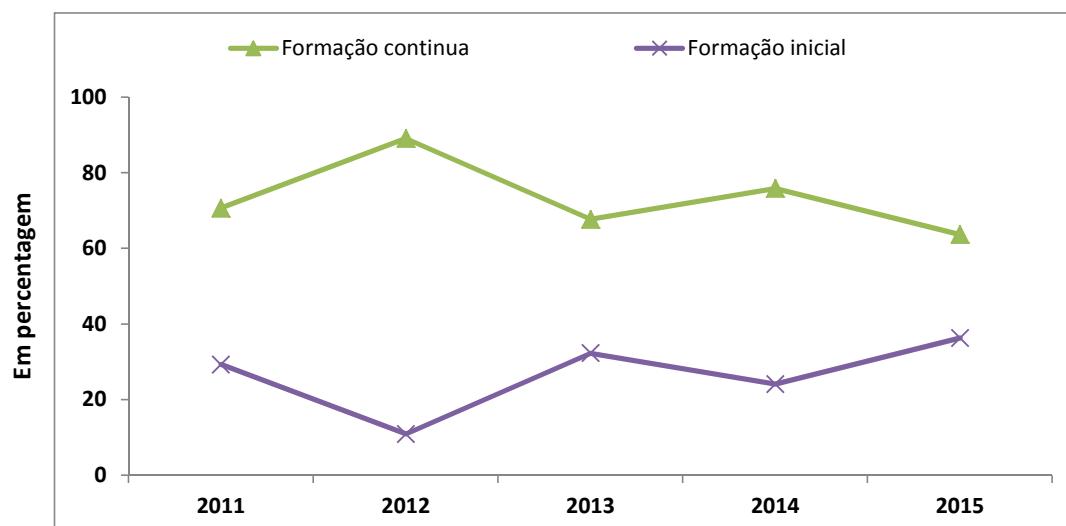
ANEXO II

Retrato da Formação

Resumo de Indicadores da caracterização das ações de formação desde
2011 a 2015

Total AP

Modalidade

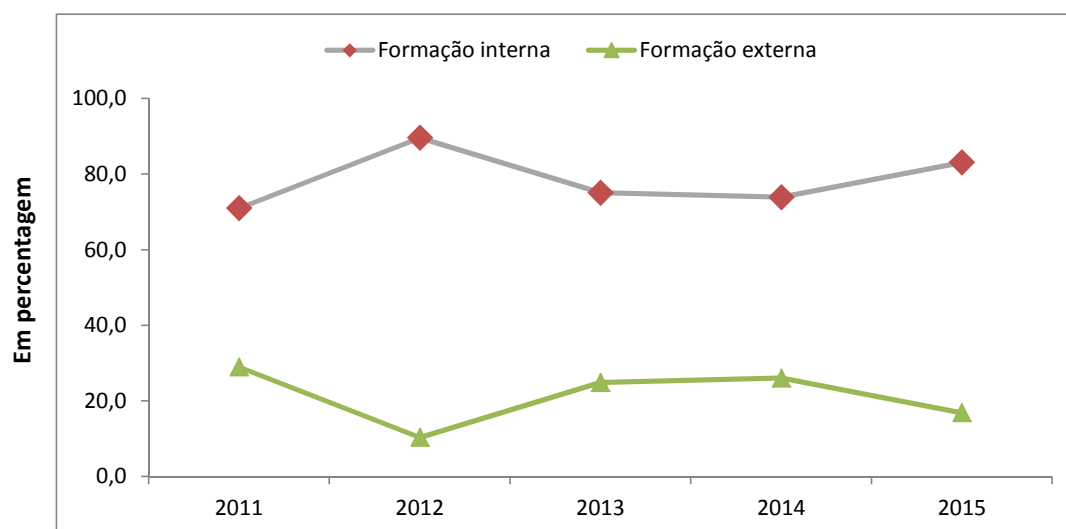


%	2011	2012	2013	2014	2015
Formação contínua	70,7	89,1	67,7	75,9	63,7
Formação inicial	29,3	10,9	32,3	24,1	36,3

(*)

Total AP

Tipo de ação

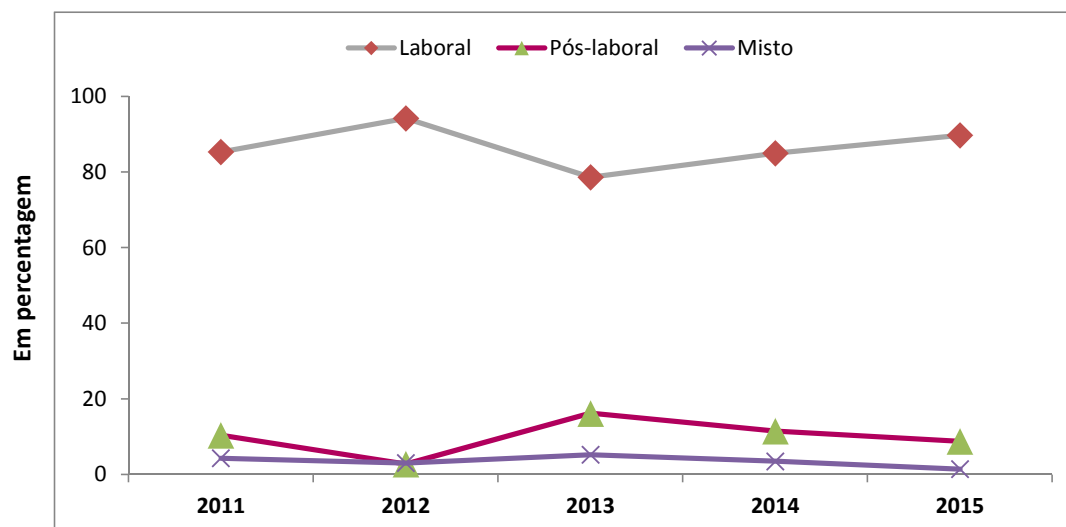


%	2011	2012	2013	2014	2015
Formação interna	71,0	89,6	75,1	73,9	83,1
Formação externa	29,0	10,4	24,9	26,1	16,9

(*)

Total AP

Tipo de horário

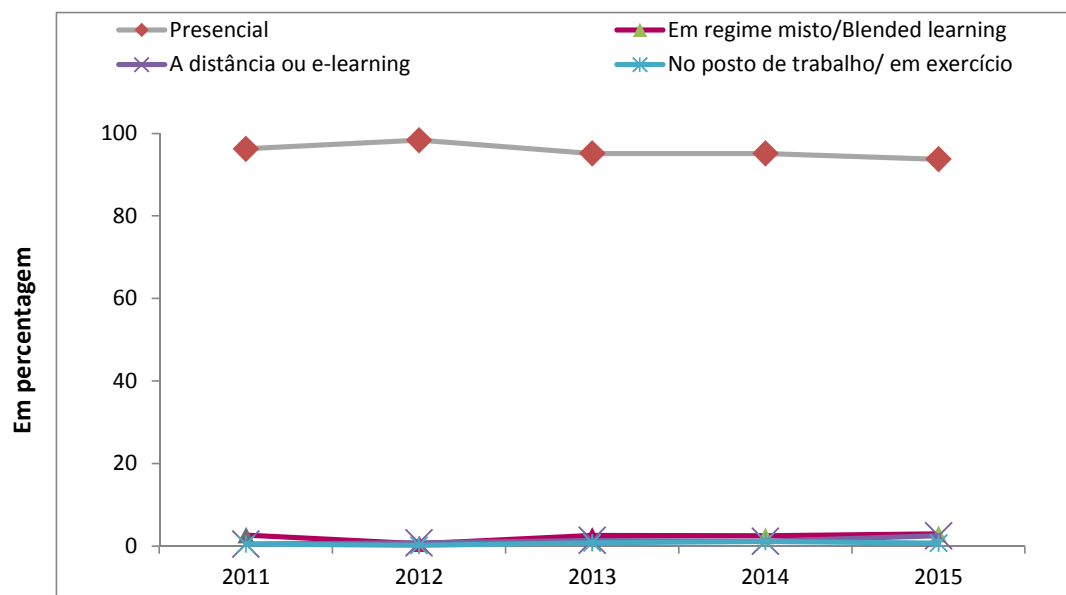


%	2011	2012	2013	2014	2015
Laboral	85,3	94,2	78,6	85,0	89,8
Pós-laboral	10,4	2,8	16,2	11,5	8,8
Misto	4,3	3,0	5,2	3,5	1,5

(*)

Total AP

Regime



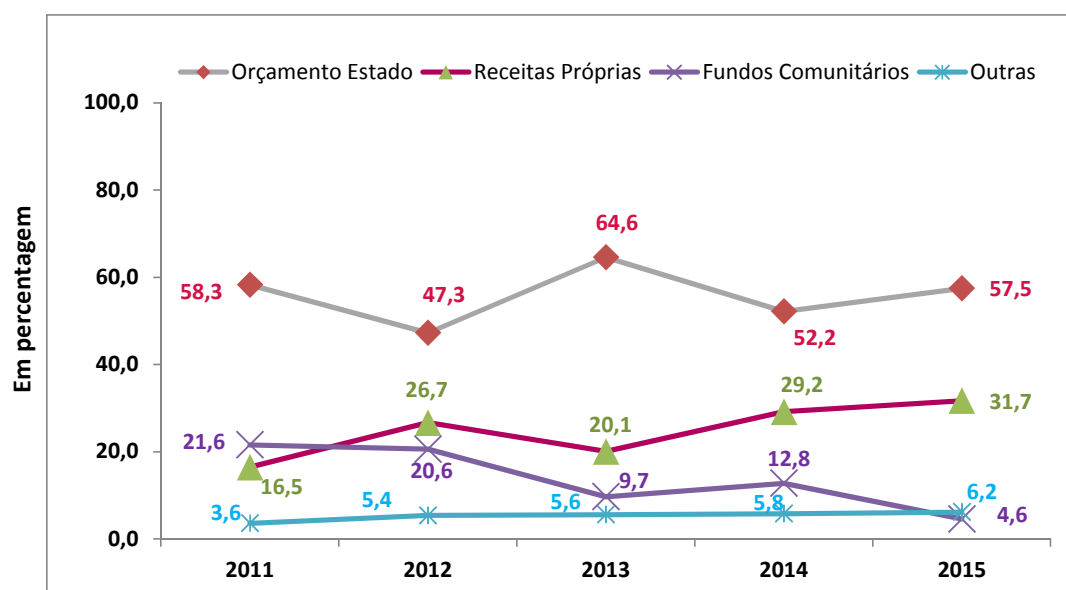
%	2011	2012	2013	2014	2015
Presencial	96,3	98,4	95,2	95,2	93,8
Em regime misto/Blended learning	2,7	0,6	2,6	2,5	3,0
A distância ou e-learning	0,5	0,8	1,4	1,2	2,5
No posto de trabalho/ em exercício	0,5	0,2	0,8	1,1	0,8

(*)

Total AP

Fontes de Financiamento

(1)



%	2011	2012	2013	2014	2015
Orçamento Estado	58,3	47,3	64,6	52,2	57,5
Receitas Próprias	16,5	26,7	20,1	29,2	31,7
Fundos Comunitários	21,6	20,6	9,7	12,8	4,6
Outras	3,6	5,4	5,6	5,8	6,2 (*)

(1) % Questionários com reporte de custos/financiamento	70,0	73,0	75,0	75,0	81,0
---	------	------	------	------	------

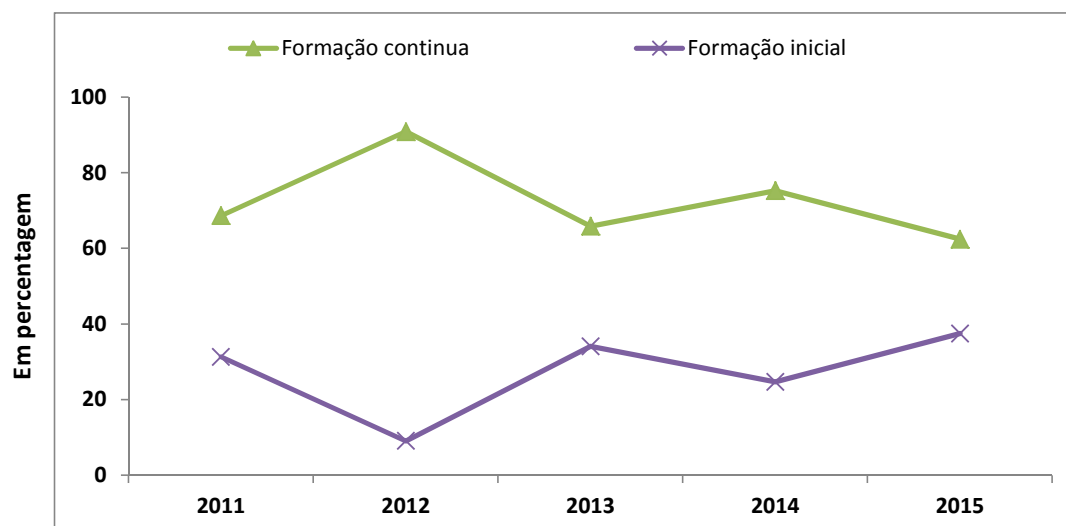
Notas:

(*) por razões de arredondamento o total pode não corresponder à soma das parcelas.

(1) estes valores devem ser analisados em conjunto, com a percentagem de questionários com reporte de custos e financiamento da formação.

Administração Central

Modalidade

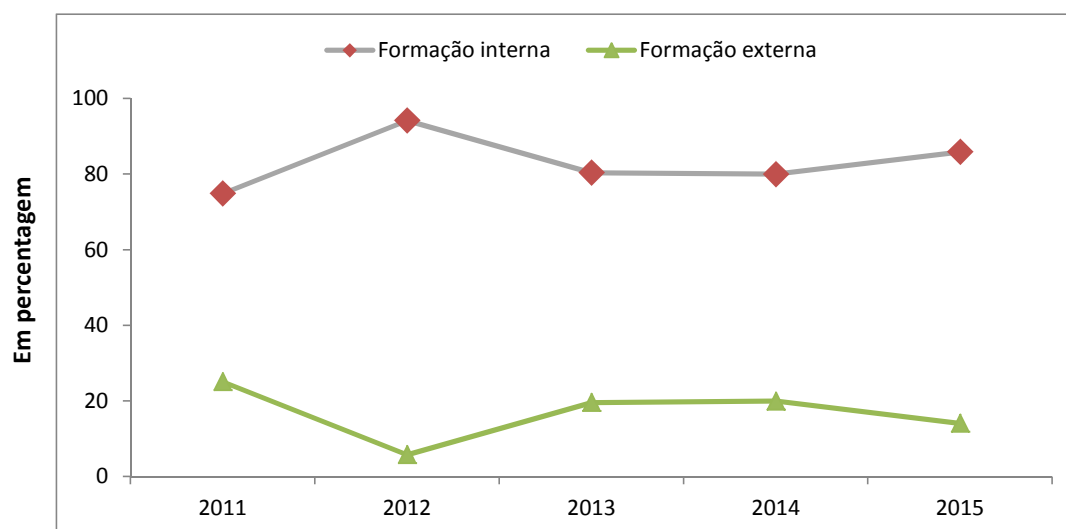


%	2011	2012	2013	2014	2015
Formação contínua	68,7	90,9	65,9	75,3	62,5
Formação inicial	31,3	9,1	34,1	24,7	37,5

(*)

Administração Central

Tipo de ação

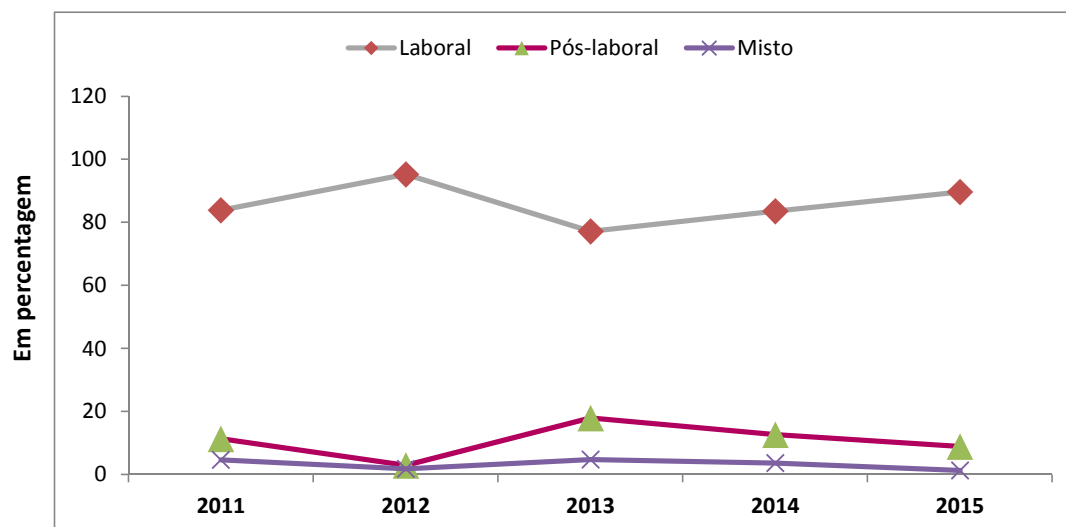


%	2011	2012	2013	2014	2015
Formação interna	74,9	94,2	80,4	80,0	85,9
Formação externa	25,1	5,8	19,6	20,0	14,1

(*)

Administração Central

Tipo de horário

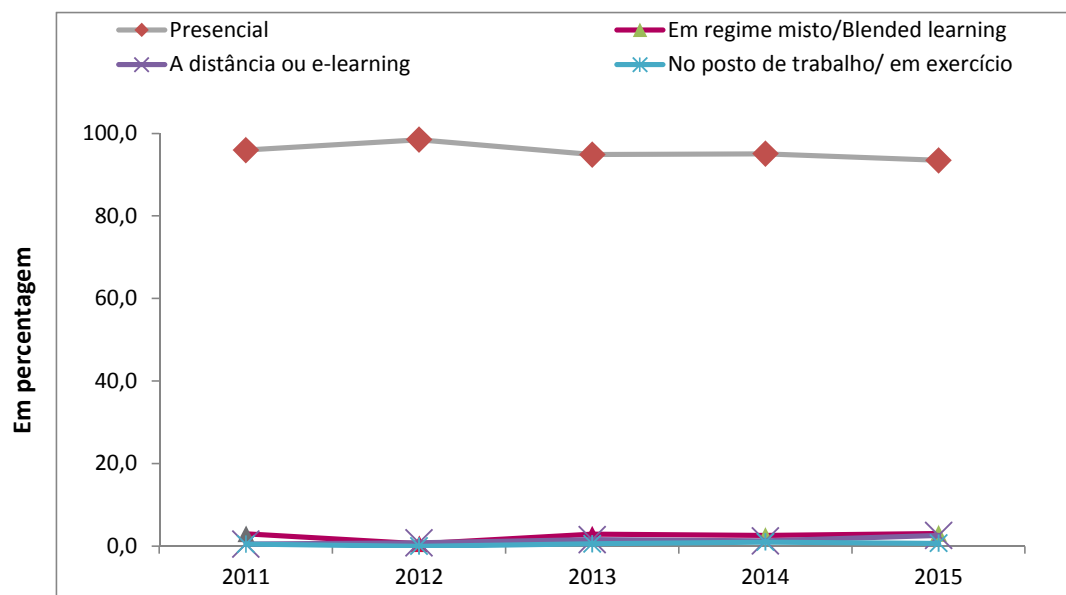


%	2011	2012	2013	2014	2015
Laboral	83,9	95,3	77,2	83,6	89,7
Pós-laboral	11,4	2,9	18,0	12,7	8,9
Misto	4,7	1,8	4,8	3,6	1,3

(*)

Administração Central

Regime



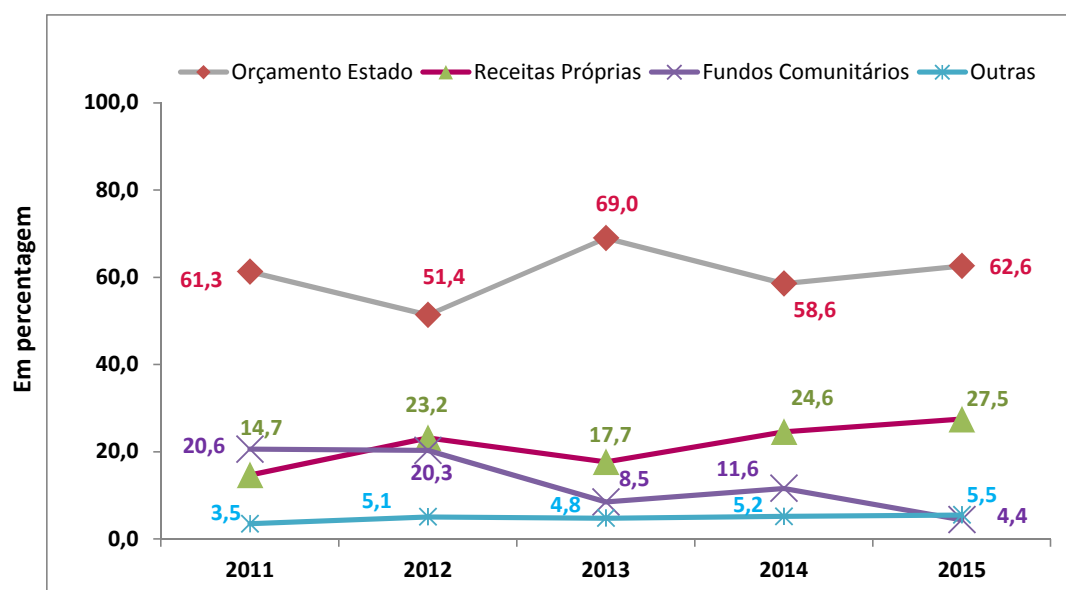
%	2011	2012	2013	2014	2015
Presencial	96,0	98,5	94,9	95,1	93,5
Em regime misto/Blended learning	3,0	0,6	2,9	2,6	3,1
A distância ou e-learning	0,5	0,8	1,6	1,3	2,6
No posto de trabalho/ em exercício	0,5	0,0	0,6	1,0	0,7

(*)

Administração Central

Fontes de Financiamento

(1)



%	2011	2012	2013	2014	2015
Orçamento Estado	61,3	51,4	69,0	58,6	62,6
Receitas Próprias	14,7	23,2	17,7	24,6	27,5
Fundos Comunitários	20,6	20,3	8,5	11,6	4,4
Outras	3,5	5,1	4,8	5,2	5,5 (*)

(1) % Questionários com reporte de custos/financiamento	66,0	68,0	73,0	73,0	80,0
---	------	------	------	------	------

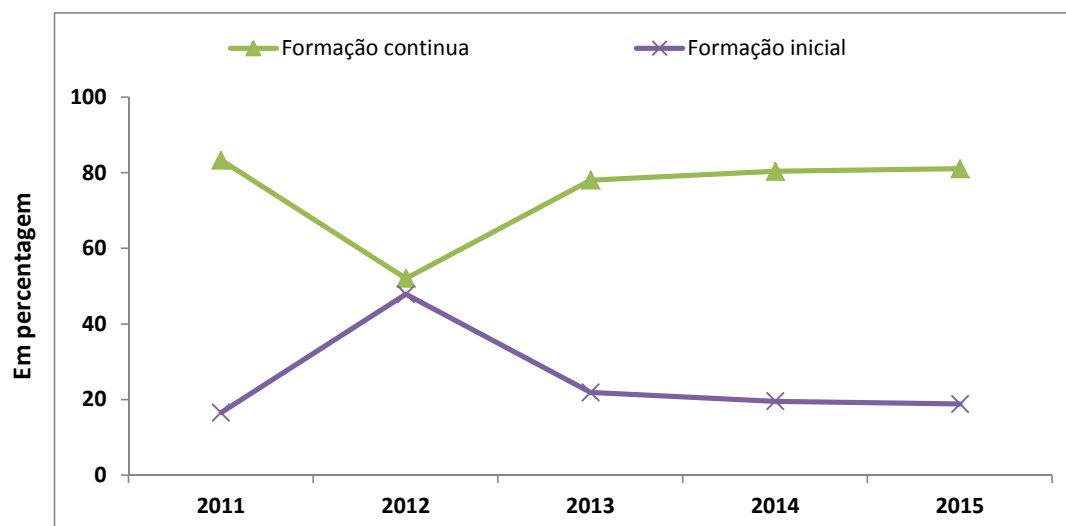
Notas:

(*) por razões de arredondamento o total pode não corresponder à soma das parcelas.

(1) estes valores devem ser analisados em conjunto, com a porcentagem de questionários com reporte de custos e financiamento da formação.

Administração Local

Modalidade

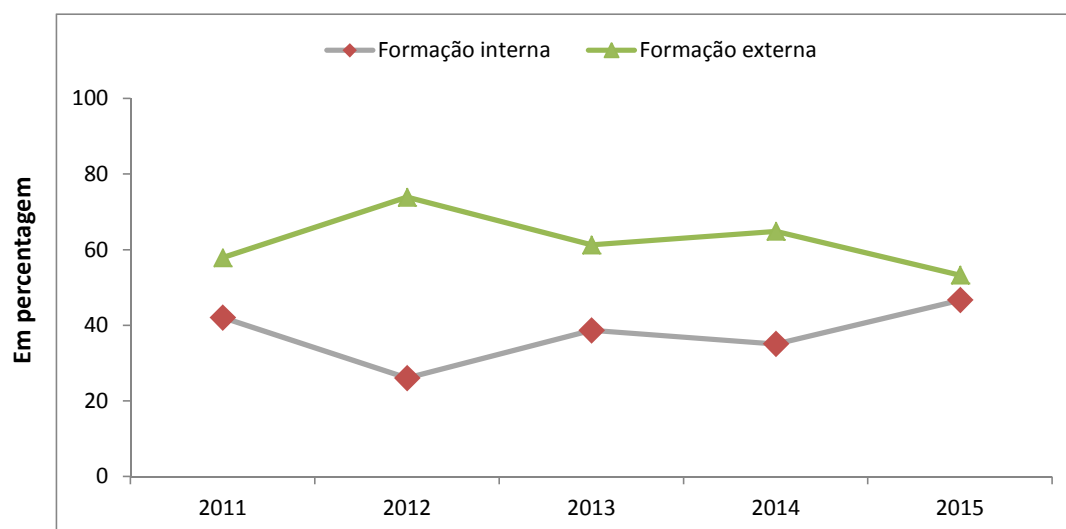


%	2011	2012	2013	2014	2015
Formação contínua	83,4	52,1	78,1	80,4	81,1
Formação inicial	16,6	47,9	21,9	19,6	18,9

(*)

Administração Local

Tipo de ação

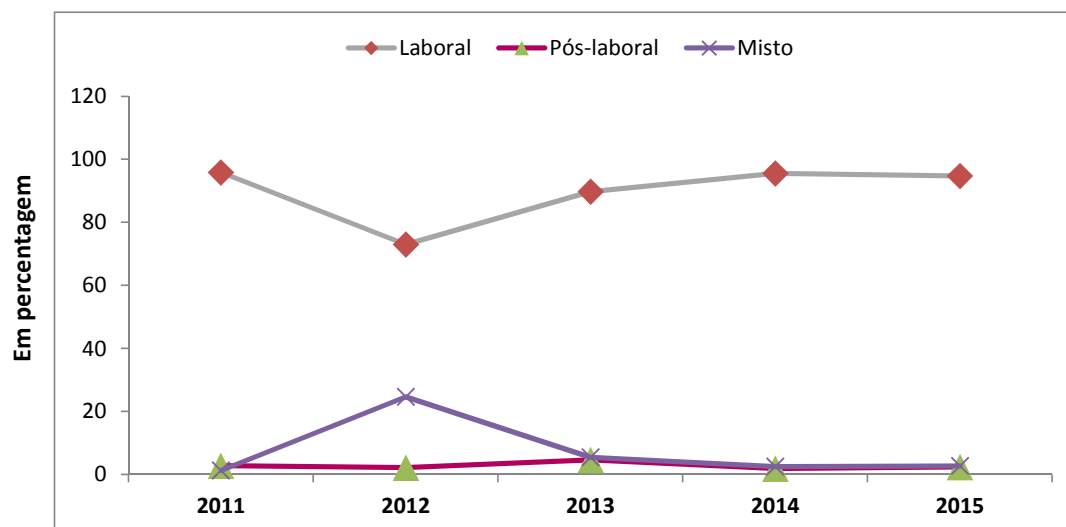


%	2011	2012	2013	2014	2015
Formação interna	42,1	26,1	38,7	35,1	46,7
Formação externa	57,9	73,9	61,3	64,9	53,3

(*)

Administração Local

Tipo de horário

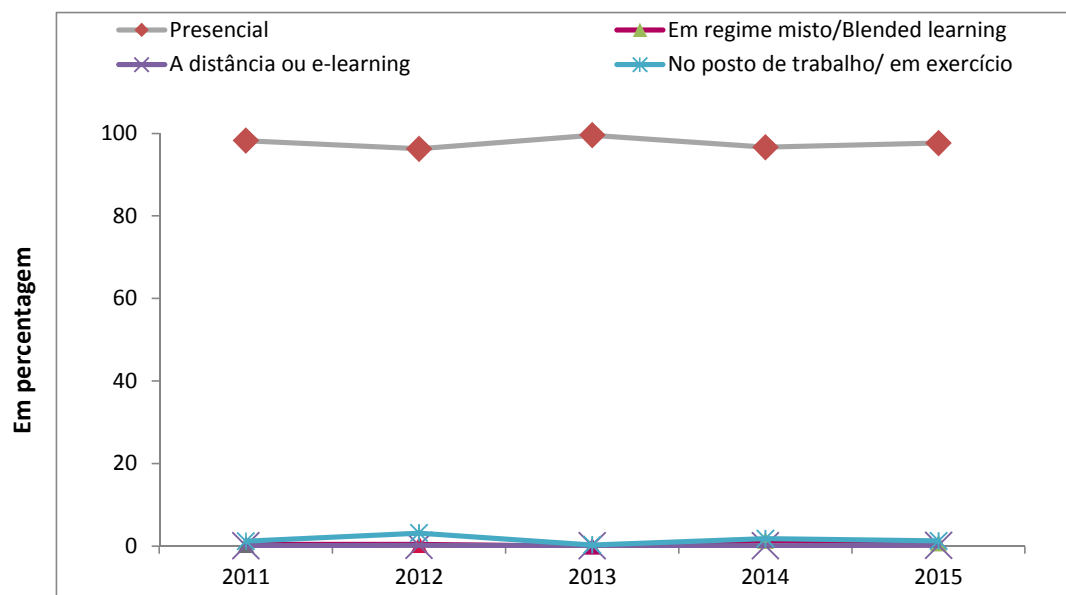


%	2011	2012	2013	2014	2015
Laboral	95,9	73,0	89,8	95,6	94,8
Pós-laboral	2,8	2,2	4,7	1,9	2,4
Misto	1,3	24,7	5,5	2,5	2,8

(*)

Administração Local

Regime



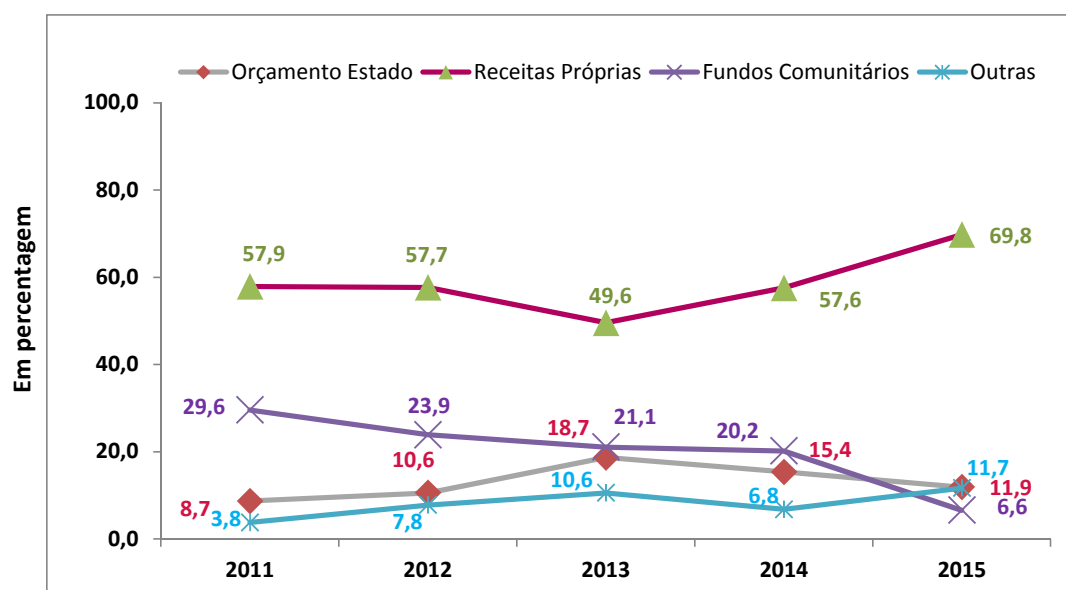
%	2011	2012	2013	2014	2015
Presencial	98,3	96,3	99,6	96,7	97,7
Em regime misto/Blended learning	0,4	0,4	0,0	1,4	0,8
A distância ou e-learning	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2
No posto de trabalho/ em exercício	1,2	3,2	0,3	1,8	1,3

(*)

Administração Local

Fontes de Financiamento

(1)



%	2011	2012	2013	2014	2015
Orçamento Estado	8,7	10,6	18,7	15,4	11,9
Receitas Próprias	57,9	57,7	49,6	57,6	69,8
Fundos Comunitários	29,6	23,9	21,1	20,2	6,6
Outras	3,8	7,8	10,6	6,8	11,7

(*)

(1) % Questionários com reporte de custos/financiamento	95,0	93,0	93,0	94,0	98,0
---	------	------	------	------	------

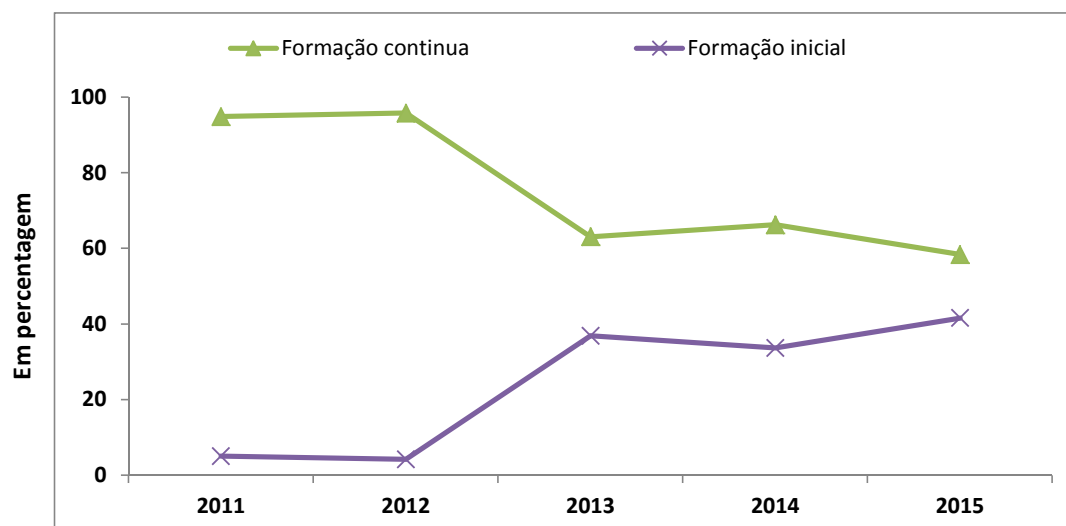
Notas:

(*) por razões de arredondamento o total pode não corresponder à soma das parcelas.

(1) estes valores devem ser analisados em conjunto, com a porcentagem de questionários com reporte de custos e financiamento da formação.

RAA

Modalidade

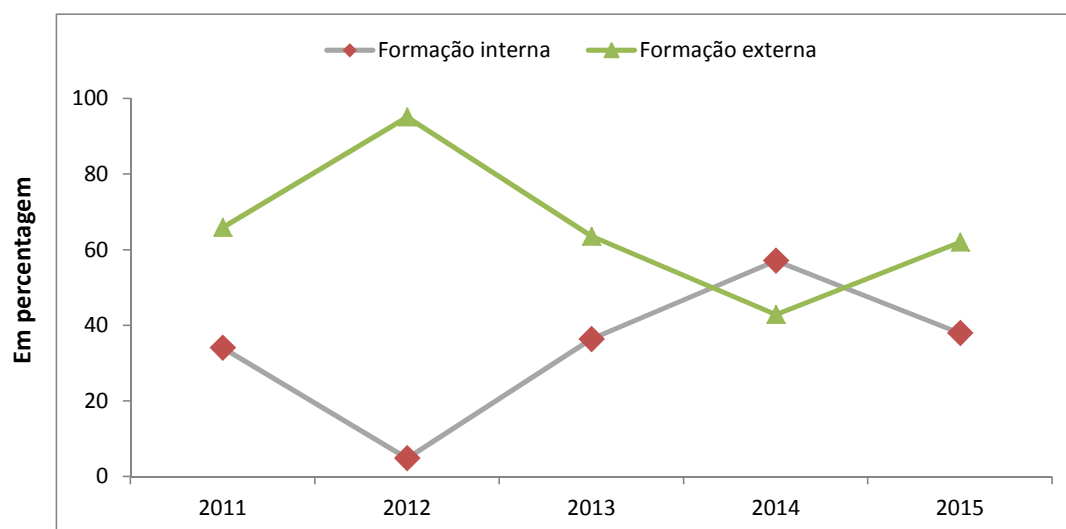


%	2011	2012	2013	2014	2015
Formação contínua	94,9	95,8	63,1	66,3	58,4
Formação inicial	5,1	4,2	36,9	33,7	41,6

(*)

RAA

Tipo de ação

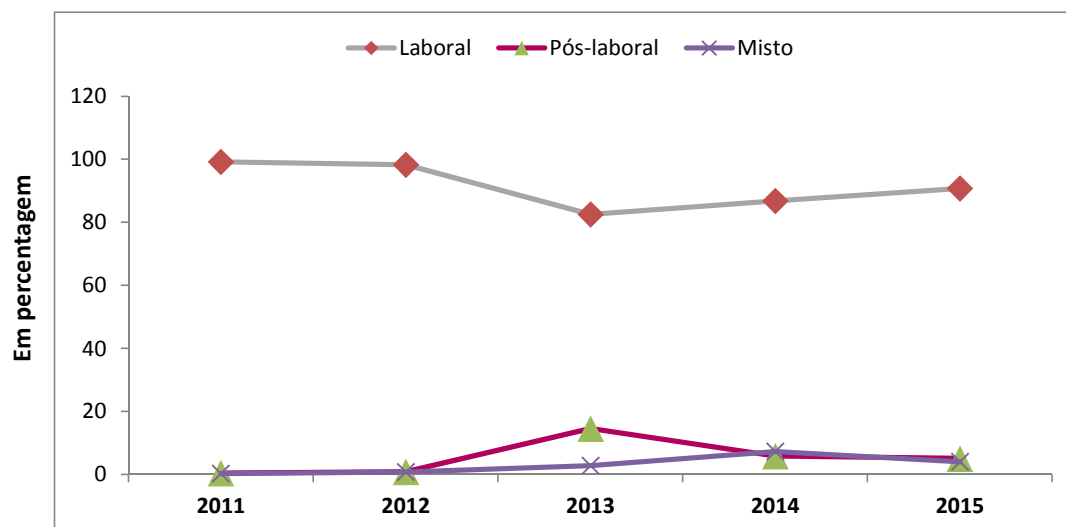


%	2011	2012	2013	2014	2015
Formação interna	34,1	4,9	36,4	57,1	38,0
Formação externa	65,9	95,1	63,6	42,9	62,0

(*)

RAA

Tipo de horário

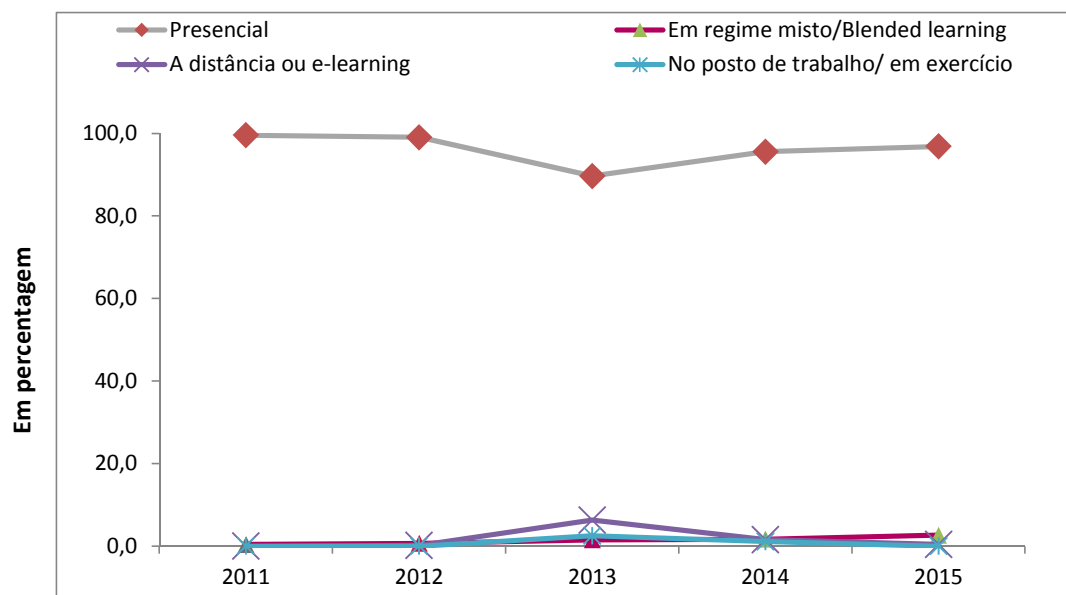


%	2011	2012	2013	2014	2015
Laboral	99,2	98,3	82,6	86,8	90,8
Pós-laboral	0,5	0,9	14,6	5,9	5,1
Misto	0,3	0,8	2,8	7,3	4,0

(*)

RAA

Regime



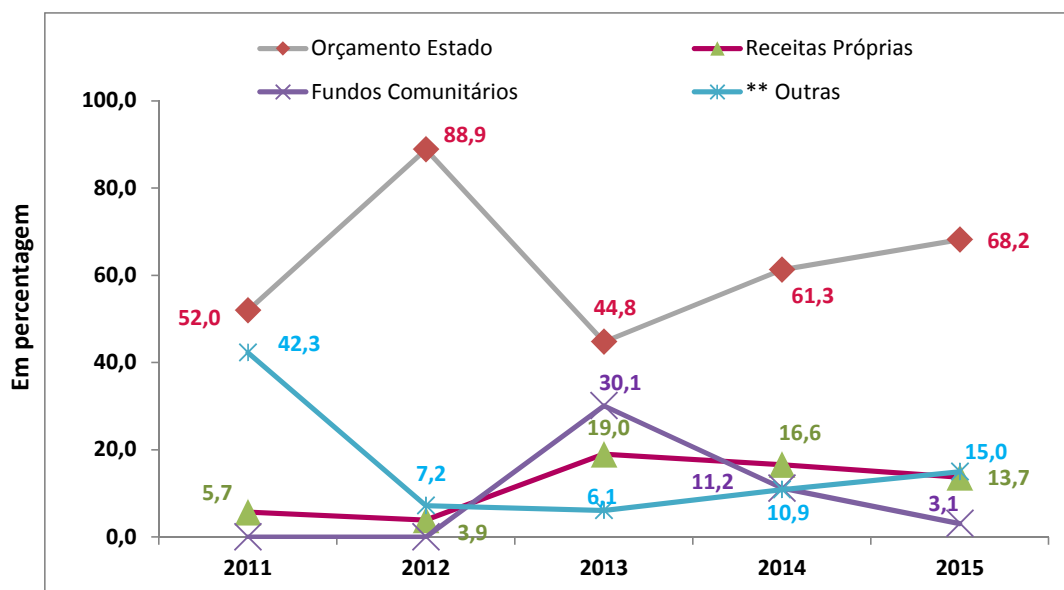
%	2011	2012	2013	2014	2015
Presencial	99,6	99,1	89,7	95,6	96,9
Em regime misto/Blended learning	0,4	0,7	1,5	1,7	2,7
A distância ou e-learning	0,0	0,2	6,3	1,6	0,4
No posto de trabalho/ em exercício	0,0	0,0	2,5	1,1	0,0

(*)

RAA

Fontes de Financiamento

(1)



%	2011	2012	2013	2014	2015
Orçamento Estado	52,0	88,9	44,8	61,3	68,2
Receitas Próprias	5,7	3,9	19,0	16,6	13,7
Fundos Comunitários	0,0	0,0	30,1	11,2	3,1
** Outras	42,3	7,2	6,1	10,9	15,0 (*)

(1) % Questionários com reporte de custos/financiamento	56,0	62,0	53,0	63,0	69,0
---	------	------	------	------	------

Notas:

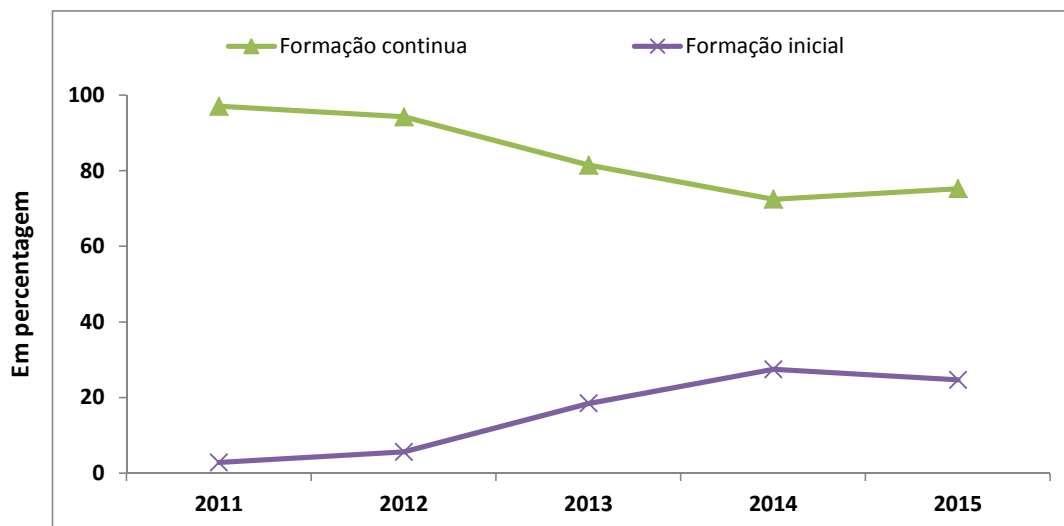
(*) por razões de arredondamento o total pode não corresponder à soma das parcelas.

(1) estes valores devem ser analisados em conjunto, com a percentagem de questionários com reporte de custos e financiamento da formação.

** "Outras" fontes corresponde em parte ao orçamento regional da RAA.

RAM

Modalidade

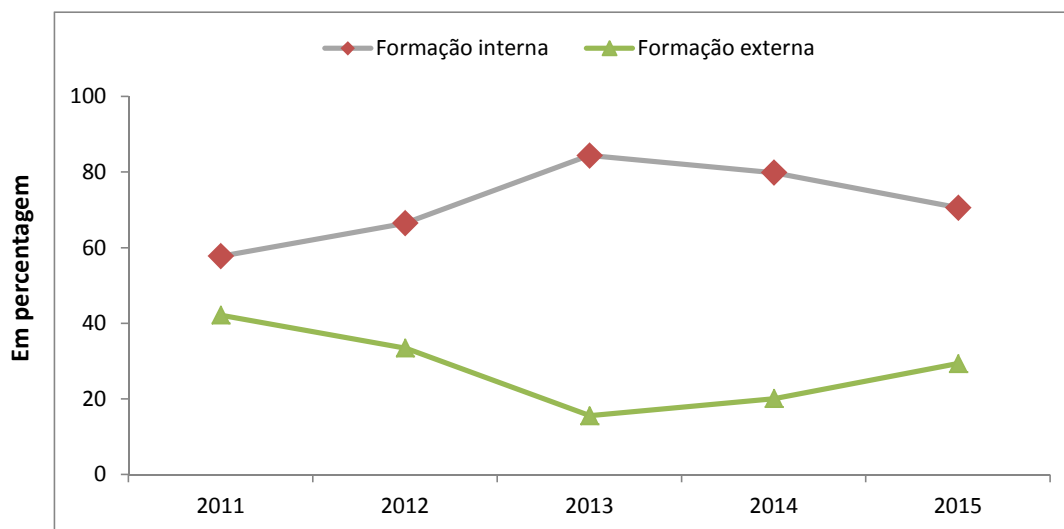


%	2011	2012	2013	2014	2015
Formação contínua	97,1	94,3	81,5	72,5	75,3
Formação inicial	2,9	5,7	18,5	27,5	24,7

(*)

RAM

Tipo de ação

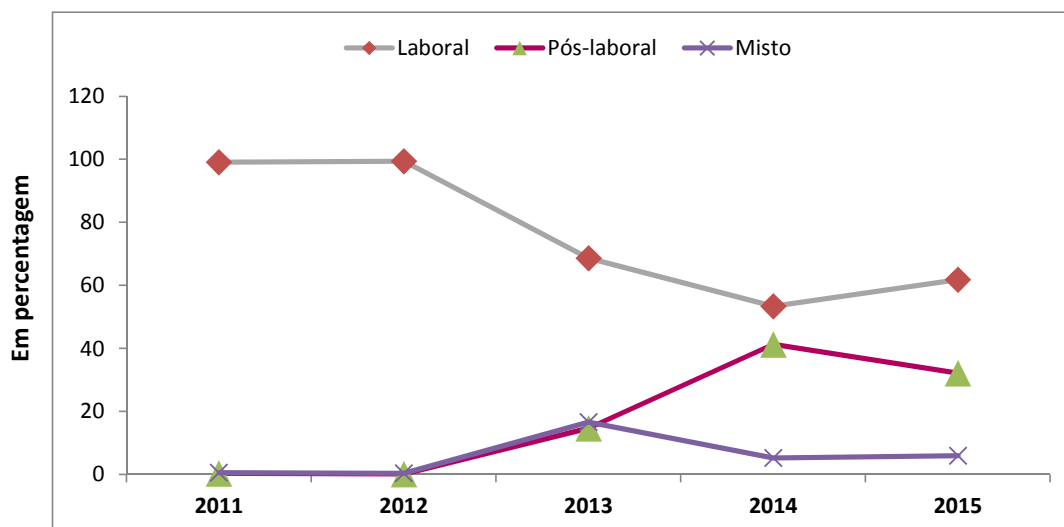


%	2011	2012	2013	2014	2015
Formação interna	57,8	66,5	84,4	79,9	70,6
Formação externa	42,2	33,5	15,6	20,1	29,4

(*)

RAM

Tipo de horário

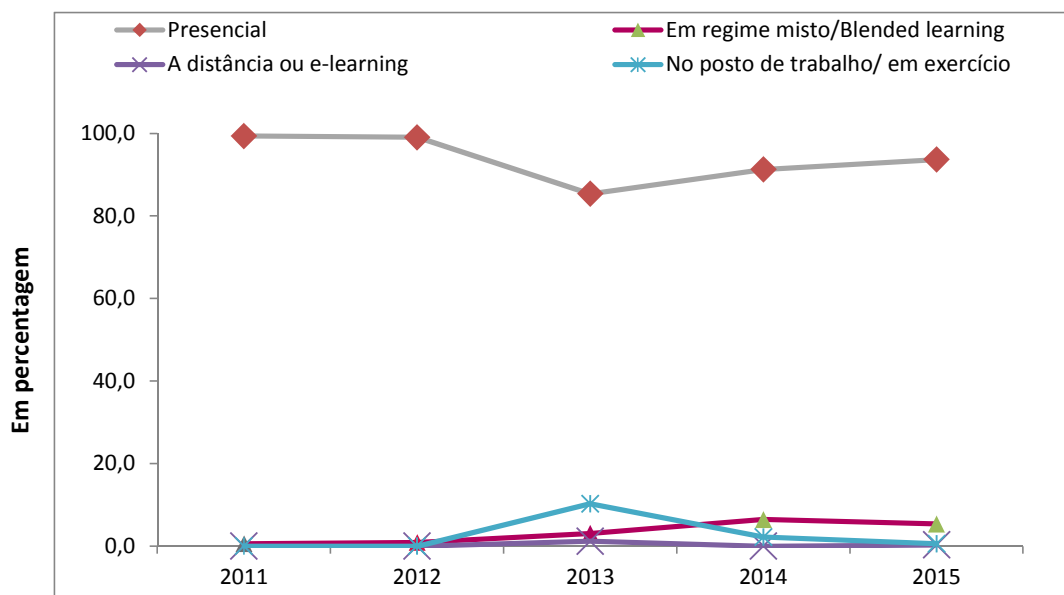


%	2011	2012	2013	2014	2015
Laboral	99,1	99,4	68,7	53,4	61,8
Pós-laboral	0,4	0,2	14,7	41,3	32,2
Misto	0,6	0,4	16,6	5,3	6,0

(*)

RAM

Regime

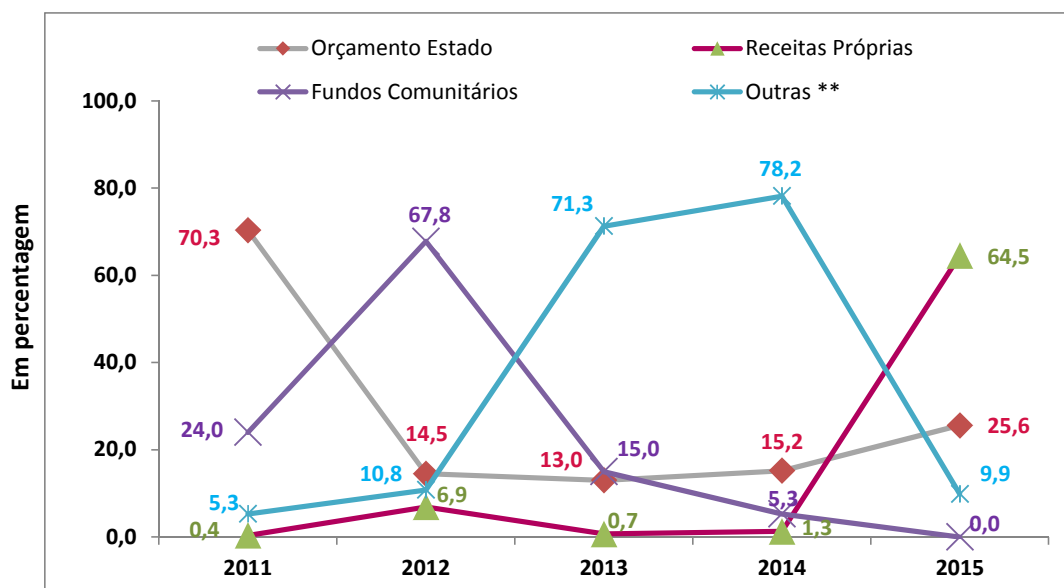


%	2011	2012	2013	2014	2015
Presencial	99,4	99,1	85,4	91,3	93,7
Em regime misto/Blended learning	0,6	0,9	3,1	6,5	5,4
A distância ou e-learning	0,0	0,0	1,2	0,0	0,3
No posto de trabalho/ em exercício	0,0	0,0	10,3	2,2	0,6

(*)

RAM

Fontes de Financiamento



%	2011	2012	2013	2014	2015
Orçamento Estado	70,3	14,5	13,0	15,2	25,6
Receitas Próprias	0,4	6,9	0,7	1,3	64,5
Fundos Comunitários	24,0	67,8	15,0	5,3	0,0
Outras **	5,3	10,8	71,3	78,2	9,9 (*)

(1) % Questionários com reporte de custos/financiamento	38,0	30,0	25,0	26,0	27,0
---	------	------	------	------	------

Notas:

(*) por razões de arredondamento o total pode não corresponder à soma das parcelas.

(1) estes valores devem ser analisados em conjunto, com a percentagem de questionários com reporte de custos e financiamento da formação.

** "Outras" fontes corresponde em parte ao orçamento regional da RAM.

ina



DIREÇÃO-GERAL DA QUALIFICAÇÃO
DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS 1

ANEXO III

Questionário RAF

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

- » Antes de preencher o questionário leia as instruções.
- » Para bom funcionamento do questionário, é necessário permitir a execução de Macros
Para permitir a execução de Macros:
 - » Ficheiro » Opções » Centro de Fidedignidade » Definições do Centro de Fidedignidade » Definições das Macros
 - » Activar todas as macros » OK.
- » Para melhor compreensão de execução de Macros veja ainda as instruções nos documentos de apoio
Ativar Macros Excel 2007/2010.
- » Este Questionário é para ser preenchido por cada entidade, na perspetiva da formação profissional (planeada ou não) realizada pelos seus trabalhadores.

» **atenção** para recolha dos dados temos 2 ficheiros distintos :

- Questionário RAF
- Anexo P3 (i-RAF)

» O Questionário está dividido em folhas (da P1 / P2 / P4 / P5 e P6).

As folhas P2 a P6 só ficarão visíveis, se responder

Sim à pergunta da linha 59 na folha P1 (terá de clicar em cima do quadrado):

"Houve formação durante o ano em análise?"

» Quando **não tenha havido formação** profissional realizada pelos trabalhadores da entidade no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, deverá deixar em branco

a pergunta "Houve formação durante o ano em análise?" Não

Nesse caso o Questionário termina na folha

P1

e **não tem de entregar o Anexo P3.**

» O Questionário contém ainda uma folha de

«Validações»

que servirá de ajuda ao correto preenchimento.

» Respeite a ordem de preenchimento, começando na página 1 (folha P1) e seguindo até à página 6 (folha P6).

Pág. Seguinte

P1 / P2 / P4 / P5 / P6

» **atenção** os dados referentes à folha

P3

- AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DESENVOLVIDAS

serão preenchidos à parte num Anexo P3 (i-RAF) e entregues em conjunto com este Questionário.

» Na página 1 (folha)

P1

insira apenas o código SIOE da Entidade em 31/12/2015 e verifique se todos

os dados da «Identificação da Entidade» aparecem corretamente preenchidos.

» Após preenchimento dos dados que lhe são pedidos, escreva também

no campo «Observações» a designação da Entidade respondente e o respetivo Código SIOE,

caso se verifique alguma das seguintes situações:

se a Entidade respondente agrega dados de várias Entidades no mesmo questionário, deve escrever de novo o seu código SIOE e Designação e os de todas as Entidades cujos dados agregou;

se a Entidade respondente é diferente da Entidade a que os dados deste questionário dizem respeito.

» Sempre que aparecer o carater «», à direita de um campo, significa que este não está preenchido ou preenchido incorretamente.

A folha de Validações serve para o ajudar a localizar essas situações.

» **atenção** apenas os campos com

fundo branco

são suscetíveis de preenchimento.

» Os campos de preenchimento automático tem

fundo amarelo

» **atenção** não copie (copiar/colar ou copy/paste) tabelas do Excel ou Word directamente para o questionário.

Esta operação sobrepe-se à validação dos campos, conduzindo a um preenchimento irregular.

» O ficheiro tem de ser gravado obrigatoriamente no formato .xlsm.

versão excel - livro com permissão para Macros de Excel (*.xlsm)

» Atribua o seguinte nome ao **Questionário**: RAF-AAAA-CCCCCCCC.xlsm em que:

AAAA - Ano a que respeita o Questionário (4 algarismos);

CCCCCCCC - Código SIOE do organismo a que se referem os dados em 2015 (9 caracteres).

Exemplo para a INA em 2015: RAF-2015-875780331.xlsm

» No fim do preenchimento verifique se existem erros na folha de Validações

«Total de Alertas»

Se existirem, corrija o questionário antes de o enviar.

» Se pretender imprimir o questionário, depois de preenchido, carregue no botão

Imprimir

da folha P1.

» Depois de confirmar que o **Questionário** está corretamente preenchido deverá guardá-lo, gravá-lo e entregá-lo on-line em conjunto com o **Anexo P3 (i-RAF)** em www.ina.pt

Exemplo para a INA em 2015:

Nome a atribuir ao **Questionário RAF**

RAF-2015-875780331.xlsm

atenção o código SIOE tem que ser igual nos 2 ficheiros

Nome a atribuir ao **Anexo P3 (i-RAF)**

P3-2015-875780331.xlsm

» Se a Entidade respondente tiver que enviar mais do que um questionário, preencha um questionário de entrega para cada um, com o código SIOE correspondente.

» Para esclarecimento de dúvidas e para enviar o questionário utilize os formulários disponibilizados

para o efeito no site do INA - www.ina.pt.

Obrigado pela sua colaboração

A Equipa:

Marina Pereira (coordenação)
Catarina Ivens Ferraz
Cláudia Anjos
Fátima Carrêlo

Total de Alertas 9

VALIDAÇÃO DO PREENCHIMENTO

	Nº de Alertas	Ação
Alertas no preenchimento da folha P1		
	8	
Há campos que não estão preenchidos	6	Preencha os campos assinalados com «
O endereço de correio electrónico não está preenchido ou não está escrito correctamente	1	Corrija
Não preencheu o Quadro 1	1	Preencha o número de trabalhadores do Quadro 1
Alertas no preenchimento da folha P2		
	1	
Nas linhas com «, existem mais trabalhadores em formação que os declarados no Quadro 1	0	Verifique se está correto.
Não preencheu o Quadro 2	1	Preencha o número de trabalhadores do Quadro 2
Alertas no preenchimento da folha P4		
	0	
Falta a descrição de outros financiamentos	0	
O total de despesa e o total de financiamento não coincide	0	
Os encargos totais com pessoal (4.3) não podem exceder o orçamento executado (4.4)	0	
Alertas no preenchimento da folha P5		
	0	
Alertas no preenchimento da folha P6		
	0	
Nas linhas com «, existem mais trabalhadores em formação que os declarados no Quadro 2	0	

RELATÓRIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE 2015

Ano a que se refere o questionário

IMPORTANTE:
Leia a folha de instruções antes de começar o preenchimento.

Identificação da Entidade

Insira apenas o Código SIOE (*) e verifique a Identificação da Entidade

Orgão de Soberania/Ministério/Adm. Local/Adm. Reg. Autónoma
Entidade
Número de Identificação de Pessoa Colectiva - NIPC
(*) Código SIOE

Consultar o código SIOE em:

<http://www.sioe.dgaep.gov.pt>

Identificação do responsável pelo preenchimento

Nome
Cargo
Telefone
E-mail

1- Número de trabalhadores da entidade por cargo/carreira/grupo e género

Quadro 1	Cargo/ Carreira/ Grupo	Género		Total
		F	M	
Dirigente superior				
Dirigente intermédio				
Técnico superior				
Assistente técnico, técnico nível interm., administrativo				
Assist. operac., operário, auxiliar, aprend. e pratic.				
Informático				
Magistrado				
Diplomata				
Pessoal de Investigação Científica				
Docente Ensino Universitário				
Docente Ensino Superior Politécnico				
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Sec.				
Pessoal de Inspeção				
Médico				
Enfermeiro				
Téc. Diagnóstico e Terapêutica				
Técnico Superior de Saúde				
Chefia Tributária				
Pessoal de Administração Tributária e Aduaneira				
Conservador e Notário				
Oficial dos Registos e do Notariado				
Oficial de Justiça				
Forças Armadas				
Polícia Judiciária				
Polícia de Segurança Pública				
Guarda Nacional Republicana				
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras				
Guarda Prisional				
Outro Pessoal de Segurança				
Bombeiro				
Polícia Municipal				
Outro Pessoal				
TOTAL				

Na orgânica da entidade existe uma unidade para a área da formação? Não

A unidade ministra formação para o exterior? Não

Foi elaborado plano de formação para o ano a que corresponde este relatório? Não

Houve formação durante o ano em análise? Sim

Neste caso deverá preencher os Quadros desde P2 a P6.

Observações:

2- Número de trabalhadores da entidade que participaram em ações de formação profissional, por cargo/carreira/grupo e género

Inclui os trabalhadores que fizeram autoformação

		Género		Total
		F	M	
Quadro 2	Dirigente superior			
	Dirigente intermédio			
	Técnico superior			
	Assistente técnico, técnico nível interm., administrativo			
	Assist. operac., operário, auxiliar, aprend. e pratic.			
	Informático			
	Magistrado			
	Diplomata			
	Pessoal de Investigação Científica			
	Docente Ensino Universitário			
	Docente Ensino Superior Politécnico			
	Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Sec.			
	Pessoal de Inspeção			
	Médico			
	Enfermeiro			
	Téc. Diagnóstico e Terapêutica			
	Técnico Superior de Saúde			
	Chefia Tributária			
	Pessoal de Administração Tributária e Aduaneira			
	Conservador e Notário			
	Oficial dos Registos e do Notariado			
	Oficial de Justiça			
	Forças Armadas			
	Polícia Judiciária			
	Polícia de Segurança Pública			
	Guarda Nacional Republicana			
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras			
	Guarda Prisional			
Outro Pessoal de Segurança				
Bombeiro				
Polícia Municipal				
Outro Pessoal				
TOTAL				

Notas:
• Os valores totais dos campos 4.1 e 4.2, têm de ser idênticos.
• O valor a inserir no campo 4.3, corresponde ao total das despesas efetuadas com todos os trabalhadores da entidade.
• O valor a inserir no campo 4.4, corresponde ao total das rúbricas do orçamento executado da entidade.

4 - Encargos com a formação, pessoal e orçamento da entidade

4.1 Despesas Anuais com formação

Custos Diretos	<input type="text"/>	€
Custos Indiretos (se possível)	<input type="text"/>	€
Total	<input type="text"/>	€

4.2 Fontes de Financiamento da formação

Orçamento de Estado	<input type="text"/>	€
Receitas Próprias	<input type="text"/>	€
Financiamento Comunitário	<input type="text"/>	€
Outro financiamento	<input type="text"/>	€
Total	<input type="text"/>	€

Qual?

4.3 Encargos totais da entidade com pessoal €

4.4 Orçamento executado da entidade €

NOTA:
Os indicadores em 5.1 só podem ser preenchidos se tiver elaborado Plano de Formação.

5.1 - Indicadores de execução do Plano de Formação

Nº de ações planeadas e realizadas	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Nº total de ações planeadas	<input type="text"/>	
Nº de formandos (participações)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Nº de formandos previstos (participações)	<input type="text"/>	
Custos efectivos da formação	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Custos estimados da formação	<input type="text"/>	

5.2 - Número de ações realizadas mas não planeadas

6 - Número de trabalhadores da entidade que participaram em ações de formação profissional, por cargo/carreira/grupo e género ao abrigo do regime de autoformação

Considere apenas os trabalhadores que fizeram autoformação.

Quadro 4		Género		Total
		F	M	
Cargo/ Carreira/ Grupo	Dirigente superior			
	Dirigente intermédio			
	Técnico superior			
	Assistente técnico, técnico nível interm., administrativo			
	Assist. operac., operário, auxiliar, aprend. e pratic.			
	Informático			
	Magistrado			
	Diplomata			
	Pessoal de Investigação Científica			
	Docente Ensino Universitário			
	Docente Ensino Superior Politécnico			
	Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Sec.			
	Pessoal de Inspeção			
	Médico			
	Enfermeiro			
	Téc. Diagnóstico e Terapêutica			
	Técnico Superior de Saúde			
	Chefia Tributária			
	Pessoal de Administração Tributária e Aduaneira			
	Conservador e Notário			
	Oficial dos Registos e do Notariado			
	Oficial de Justiça			
	Forças Armadas			
	Polícia Judiciária			
	Polícia de Segurança Pública			
	Guarda Nacional Republicana			
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras			
	Guarda Prisional			
Outro Pessoal de Segurança				
Bombeiro				
Polícia Municipal				
Outro Pessoal				
TOTAL				

ANEXO IV

Anexo P3 (i-RAF)

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO ANEXO P3

- » Antes de preencher o Anexo P3 leia as instruções.
- » O Anexo P3 é constituído por 6 folhas: esta folha de «Instruções», a folha «Validações», a folha «ID», a folha «FormaçãoPlaneada», a folha «FormaçãoRealizada» e a folha «IndicadoresExecução».
- » Para bom funcionamento do Anexo P3, é necessário permitir a execução de Macros
 - Para permitir a execução de Macros:
 - » Ficheiro » Opções » Centro de Fidedignidade » Definições do Centro de Fidedignidade » Definições das Macros
 - » Activar todas as macros » OK.
- » Para melhor compreensão de execução de Macros veja ainda as instruções nos documentos de apoio Ativar Macros Excel 2007/2010.
- » No Anexo P3 tem obrigatoriamente de preencher os dados «Identificação» na folha «ID»
- » Na folha «ID» insira os Dados da Entidade e os do responsável pelo preenchimento.
- » Na folha «ID», após preenchimento dos dados que lhe são pedidos, escreva também no campo «Observações» a designação da Entidade respondente e o respetivo Código SIOE, caso se verifique alguma das seguintes situações:

se a Entidade respondente agrega dados de várias Entidades no mesmo questionário, deve escrever de novo o seu código SIOE e Designação e os de todas as Entidades cujos dados agregou;

se a Entidade respondente é diferente da Entidade a que os dados deste questionário dizem respeito (por alterações ocorridas no âmbito do PREMAC).

- » Sempre que aparecer o carater «**<**», à direita de um campo, significa que este não está preenchido, ou está incorreto.
- » atenção apenas os campos com fundo branco são suscetíveis de preenchimento.
- » atenção não copie (copiar/colar ou copy/paste) tabelas do Excel ou Word diretamente para o Anexo. Esta operação sobrepõe-se à validação dos campos, conduzindo a um preenchimento irregular.
- » atenção são de preenchimento obrigatório os campos das colunas:
 - » laranja «FormaçãoPlaneada» «FormaçãoRealizada»
 - » os assinalados com (*) têm de ser preenchidos por seleção da lista de opções «FormaçãoRealizada».
- » atenção não pode haver linhas em branco no meio das preenchidas.
- » Se elabora Plano de Formação ou Plano de Frequência de Ações de Formação, registe os cursos na folha «FormaçãoPlaneada»

Cada ação tem um código (pode ser o que é usado na sua organização), com o seguinte formato (aceita numeros ou letras):

Exemplos:	coluna	Código da Ação	coluna	Código da Edição
		1		1
		1000		20
		A		1
		2		B

- » As ações realizadas registam-se na folha «FormaçãoRealizada»
 - Se a ação a registar em «FormaçãoRealizada» constar da «FormaçãoPlaneada», ao escrever o Código da "Ação" e da "Edição" (preenchimento obrigatório) em «FormaçãoRealizada» parte da informação transitará automaticamente para esta folha. Deverá depois completá-la e, se for o caso, alterá-la.
 - » Os campos de preenchimento automático «Situação» e «Volume de Formação» têm fundo amarelo
 - » Na folha «IndicadoresExecução» poderá consultar os indicadores relativos à execução das ações. (planeadas/não planeadas) da sua entidade.
 - » A folha de «Validações» servirá de ajuda ao correto preenchimento.
 - » No fim do preenchimento verifique se existem erros na folha de Validações «Total de Alertas»
Se existirem, corrija o Anexo P3 antes de o enviar.
 - » O ficheiro tem de ser gravado obrigatoriamente no formato .xlsm.
versão excel - livro com permissão para Macros de Excel (*.xlsm)
 - » Atribua o seguinte nome ao Anexo P3: P3-AAAA-CCCCCCCC.xlsm em que,
 - AAAA - Ano a que respeita a formação (4 algarismos);
 - CCCCCCCC - Código SIOE do organismo a que se referem os dados em 2015 (9 caracteres).
- O Anexo P3, será depois enviado juntamente com o Questionário, ao qual atribuirá o nome: RAF-AAAA-CCCCCCCC.xlsm.
- Exemplo para o INA em 2015: RAF-2015-875780331.xlsm
P3-2015-875780331.xlsm
- » Para esclarecimento de dúvidas utilize os formulários disponibilizados para o efeito no site do INA - www.ina.pt

Obrigado pela sua colaboração

A Equipa:

Marina Pereira (coordenação)
 Catarina Ivens Ferraz
 Cláudia Anjos
 Fátima Carrelo

Total de Alertas 9

VALIDAÇÃO DO PREENCHIMENTO	Nº de Alertas	Ação
<u>Alertas no preenchimento da folha ID</u>	9	
Há campos que não estão preenchidos	8	Preencha os campos assinalados com «
O endereço de correio electrónico não está preenchido ou não está escrito correctamente	1	Corrija
<u>Alertas no preenchimento da folha Formação Planeada</u>	0	
Há linhas com o preenchimento incompleto ou incorreto	0	
<u>Alertas no preenchimento da folha Formação Realizada</u>	0	
Há linhas com o preenchimento incompleto ou incorreto	0	

P3-AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DESENVOLVIDAS ANEXO AO RELATÓRIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE 2015

Ano a que se refere o questionário

Identificação da Entidade

Orgão de Soberania/Ministério/Adm. Local/Adm. Reg. Autónoma «
Entidade «
Número de Identificação de Pessoa Coletiva - NIPC «
(*) Código SIOE «

Consultar o código SIOE em: <http://www.sioe.dgaep.gov.pt>

Identificação do responsável pelo preenchimento

Nome «
Cargo «
Telefone «
E-mail «

Observações:

NOTAS:
 • Não copie tabelas do Excel ou Word diretamente para o questionário.
 • Seleccione a Área de Formação de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (Áreas de Estudo referidas na Portaria nº 256/05, de 16 de Março).
 • No campo Duração, preencher, em cada célula, apenas a duração de 1 ação de formação, independentemente do nº de formandos.
 • Os campos das colunas laranja são de preenchimento obrigatório.

P3 - Ações de formação profissional planeadas

já realizada

Nº Ação	Nº Edição	Designação da Ação	Áreas de Formação (Registo por ação) (*)	Data Inicio Prevista	Data Fim Prevista	Duração Prevista (Horas)	Destinatários	Nº de Formandos Previstos	Volume de Formação Previsto	Modalidade de Formação (*)	Tipo de Ação de Formação (*)	Custos Diretos Estimados (€)	Tipo de Horário (*)	Regime de Formação (*)	Entidade Formadora (*)
1									0,00						
2									0,00						
3									0,00						
4									0,00						
5									0,00						
6									0,00						
7									0,00						
8									0,00						
9									0,00						
10									0,00						
11									0,00						
12									0,00						
13									0,00						
14									0,00						
15									0,00						
16									0,00						
17									0,00						
18									0,00						
19									0,00						
20									0,00						
21									0,00						
22									0,00						
23									0,00						
24									0,00						
25									0,00						
26									0,00						
27									0,00						
28									0,00						
29									0,00						
30									0,00						
31									0,00						
32									0,00						
33									0,00						
34									0,00						
35									0,00						
36									0,00						
37									0,00						
38									0,00						
39									0,00						
40									0,00						
41									0,00						
42									0,00						
43									0,00						
44									0,00						
45									0,00						
46									0,00						
47									0,00						
48									0,00						
49									0,00						
50									0,00						
51									0,00						
52									0,00						
53									0,00						
54									0,00						
55									0,00						

Nº Ação	Nº Edição	Designação da Ação	Áreas de Formação (Registo por ação) (*)	Data Inicio Prevista	Data Fim Prevista	Duração Prevista (Horas)	Destinatários	Nº de Formandos Previstos	Volume de Formação Previsto	Modalidade de Formação (*)	Tipo de Ação de Formação (*)	Custos Diretos Estimados (€)	Tipo de Horário (*)	Regime de Formação (*)	Entidade Formadora (*)
1463									0,00						
1464									0,00						
1465									0,00						
1466									0,00						
1467									0,00						
1468									0,00						
1469									0,00						
1470									0,00						
1471									0,00						
1472									0,00						
1473									0,00						
1474									0,00						
1475									0,00						
1476									0,00						
1477									0,00						
1478									0,00						
1479									0,00						
1480									0,00						
1481									0,00						
1482									0,00						
1483									0,00						
1484									0,00						
1485									0,00						
1486									0,00						
1487									0,00						
1488									0,00						
1489									0,00						
1490									0,00						
1491									0,00						
1492									0,00						
1493									0,00						
1494									0,00						
1495									0,00						
1496									0,00						
1497									0,00						
1498									0,00						
1499									0,00						
1500									0,00						
Planeadas:			0			0,00		0	0,00			0,00			

NOTAS:
 - Não copie tabelas do Excel ou Word diretamente para o questionário.
 - Selecione a Área de Formação de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (Áreas de Estudo referidas na Portaria nº 256/05, de 16 de Março).
 - No campo Duração, preencher, em cada célula, apenas a duração de 1 ação de formação, independentemente do nº de formandos.
 - Os campos das colunas laranja são de preenchimento obrigatório.
 - Todos os campos assinalados com (*) são de preenchimento obrigatório, tendo de ser preenchidos por seleção da lista de opções.

P3 - Ações de formação profissional realizadas

Quadro 3

Nº Ação	Nº Edição	Designação da Ação	Áreas de Formação (Registo por ação) (*)	Situação	Data Início Efetiva	Data Fim Efetiva	Duração Efetiva (Horas)	Destinatários	Nº de Formandos Efetivos	Volume de Formação Efetivo	Modalidade de Formação (*)	Tipo de Ação de Formação (*)	Custos Diretos Efetivos (€)	Tipo de Horário (*)	Regime de Formação (*)	Entidade Formadora (*)
1										0,00						
2										0,00						
3										0,00						
4										0,00						
5										0,00						
6										0,00						
7										0,00						
8										0,00						
9										0,00						
10										0,00						
11										0,00						
12										0,00						
13										0,00						
14										0,00						
15										0,00						
16										0,00						
17										0,00						
18										0,00						
19										0,00						
20										0,00						
21										0,00						
22										0,00						
23										0,00						
24										0,00						
25										0,00						
26										0,00						
27										0,00						
28										0,00						
29										0,00						
30										0,00						
31										0,00						
32										0,00						
33										0,00						
34										0,00						
35										0,00						
36										0,00						
37										0,00						
38										0,00						
39										0,00						
40										0,00						
41										0,00						
42										0,00						
43										0,00						
44										0,00						
45										0,00						
46										0,00						
47										0,00						
48										0,00						
49										0,00						
50										0,00						
51										0,00						
52										0,00						
53										0,00						
54										0,00						
55										0,00						
56										0,00						
57										0,00						
58										0,00						
59										0,00						
60										0,00						
61										0,00						
62										0,00						
63										0,00						

Nº Ação	Nº Edição	Designação da Ação	Áreas de Formação (Registo por ação) (*)	Situação	Data Inicio Efetiva	Data Fim Efetiva	Duração Efetiva (Horas)	Destinatários	Nº de Formandos Efetivos	Volume de Formação Efetivo	Modalidade de Formação (*)	Tipo de Ação de Formação (*)	Custos Diretos Efetivos (€)	Tipo de Horário (*)	Regime de Formação (*)	Entidade Formadora (*)
1489										0,00						
1490										0,00						
1491										0,00						
1492										0,00						
1493										0,00						
1494										0,00						
1495										0,00						
1496										0,00						
1497										0,00						
1498										0,00						
1499										0,00						
1500										0,00						
Planeada e realizada:				<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0,00"/>			<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0,00"/>	<input type="text" value="0,00"/>						
Realizada, não-planeada:				<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0,00"/>			<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0,00"/>	<input type="text" value="0,00"/>						
Nº total de ações:				<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0,00"/>			<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0,00"/>	<input type="text" value="0,00"/>						

P3 - Indicadores de Execução da Formação

Situação	Nº de Ações	Duração Prevista (Horas)	Duração Efetiva (Horas)	Nº de Formandos Previstos	Nº de Formandos Efetivos	Volume de Formação Previsto	Volume de Formação Efetivo	Custos Diretos Estimados (€)	Custos Diretos Efetivos (€)	OBS.
Planeadas	0	0,00	_____	0	_____	0,00	_____	0,00	_____	Ponto 5.1 do RAF
Planeadas e realizadas	0	_____	0,00	_____	0	_____	0,00	_____	0,00	Ponto 5.1 do RAF
Indicadores de Execução do Plano de Formação (%)	Nº de Ações	Nº de Horas		Nº de Formandos (participações)		Volume de Formação		Custos Diretos		OBS.
	n.d.	n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		Ponto 5.1 do RAF
Situação	Nº de Ações	Duração Prevista (Horas)	Duração Efetiva (Horas)	Nº de Formandos Previstos	Nº de Formandos Efetivos	Volume de Formação Previsto	Volume de Formação Efetivo	Custos Diretos Estimados (€)	Custos Diretos Efetivos (€)	OBS.
Realizadas, não-planeadas	0	_____	0,00	_____	0	_____	0,00	_____	0,00	Ponto 5.2 do RAF

ANEXO V

Glossário

Glossário

A	
ADIE	ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO
AMA	AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.
AP	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
B	
BOEP	BOLETIM ESTATÍSTICO DO EMPREGO PÚBLICO
C	
CNAEF	CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO
D	
DGAE	DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
DGAEP	DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO
DGAJ	DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA
DGAL	DIREÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS
DRAPMA	DIREÇÃO REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
DGESTÉ	DIREÇÃO-GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
DROAP	DIREÇÃO REGIONAL DE ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
F	
FUNDAÇÃO CEFA	FUNDAÇÃO PARA OS ESTUDOS E FORMAÇÃO AUTÁRQUICA ⁵²
M	
MA	MINISTÉRIO DO AMBIENTE
MAFDR	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
MAI	MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
MC	MINISTÉRIO DA CULTURA
MCTES	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
MDN	MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ME	MINISTÉRIO DA ECONOMIA
MEDU	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MF	MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
MJ	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
MM	MINISTÉRIO DO MAR
MNE	MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
MPI	MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS
MS	MINISTÉRIO DA SAÚDE
MTSSS	MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
O	
OE	ORÇAMENTO DO ESTADO
P	
PCM	PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
R	
RAA	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
RAF	RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE FORMAÇÃO
RAM	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

⁵² Nos termos do Decreto-Lei nº193/2015, de 14 de setembro, a Fundação CEFA foi extinta e as suas atribuições foram transferidas para a DGAL que passa a dispor de uma unidade orgânica desconcentrada, designada Centro de Formação Autárquica.

S

SIEP	SÍNTESE ESTATÍSTICA DO EMPREGO PÚBLICO
SIOE	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO



ina



DIREÇÃO-GERAL DA QUALIFICAÇÃO
DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS